



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS

JAIRON BARBOSA GOMES

**ESPAÇO PÚBLICO E OCUPAÇÃO POR VENDEDORES INFORMAIS
NO CENTRO COMERCIAL DE ARAGUAÍNA-TO**

ARAGUAÍNA - TO
2022

JAIRON BARBOSA GOMES

**ESPAÇO PÚBLICO E OCUPAÇÃO POR VENDEDORES INFORMAIS
NO CENTRO COMERCIAL DE ARAGUAÍNA-TO**

Projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais para fins de qualificação pelo orientador e pela Banca Examinadora. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES)-Código de financiamento 001.

Orientador: Prof. Dr. Wallace Rodrigues.

ARAGUAÍNA – TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- G633e Gomes, Jairon Barbosa Gomes.
Espaço público e ocupação por vendedores informais no centro comercial de Araguaína - TO. / Jairon Barbosa Gomes. – Araguaína, TO, 2022.
140 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2022.
Orientador: Wallace Rodrigues
Coorientador: Thelma Pontes
1. Trabalho informal. 2. Mercado de trabalho. 3. Desemprego. 4. Direito à cidade. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JAIRON BARBOSA GOMES

ESPAÇO PÚBLICO E OCUPAÇÃO POR VENDEDORES INFORMAIS NO CENTRO
COMERCIAL DE ARAGUAÍNA-TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais para fins de defesa pela Banca Examinadora e aprovada nesta data. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES)-Código de financiamento 001.

Orientador: Prof. Dr. Wallace Rodrigues.

Araguaína, 12 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^o. Wallace Rodrigues – UFNT
(Orientador)


Prof.^o. Dr.^o. Miguel Pacífico Filho – UFNT
(Membro Titular Interno)


Prof.^o. Dr.^o. Mirleide Char Benia - UFPA
(Membro Titular Externo)


Prof.^o Thelma Pontes Borges – UFNT
(Coorientadora)

Dedico este trabalho aos meus pais (*in memoriam*), Onofre e Jaci, que diante de todas as dificuldades e adversidades da vida, me ofereceram uma educação para além da educação escolar e me proporcionaram todas as condições adequadas para que eu tivesse uma educação melhor que eles tiveram.

AGRADECIMENTOS

Ao findar dessa caminhada do mestrado e do trabalho acadêmico de conclusão do curso, são necessários alguns agradecimentos, no que diz respeito ao apoio acadêmico, emocional e mesmo financeiro de algumas pessoas que contribuíram de forma positiva ao longo desses dois anos de formação e se fizeram indispensáveis em suas formas de atuar no meu caminho profissional e acadêmico. Vocês conseguiram, no tempo e forma de vocês, deixar essa caminhada mais suave, saborosa e confortável.

A Deus, por ter me concedido saúde e coragem e muita determinação para encarar muitas horas de estudos e concentração, ainda mais sendo a minha turma a primeira da pós-graduação a enfrentar a pandemia de Covid-19.

Com muito afeto, a toda minha ancestralidade e aos meus pais (*in memoriam*) Onofre Gomes e Jaci Dourado, que sempre me proporcionaram uma educação melhor que a que eles tiveram em suas vidas, não poupando esforços para custear toda uma vida educacional mediante as crises financeiras e econômicas vividas pelo Brasil. A vocês, meu muito obrigado, sempre.

Aos meus irmãos, Jair, Jailson e Jaqueline, agradeço por terem me acolhido na retomada aos estudos acadêmicos depois de quinze anos longe de uma universidade. Sem o apoio de vocês não teria sido fácil.

Ao meu amigo Sérgio Augusto que, além de ter dividido as despesas e uma casa em Araguaína por mais de dois anos, me incentivou a me inscrever na seleção do mestrado e me acompanhou durante todo o processo, desde a seleção do edital, a efetuação dos créditos e as indagações da construção da dissertação.

A toda turma da Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 4ª turma, 2020, da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT.

Ao professor Wallace Rodrigues, orientador da dissertação, por todo apoio e carinho dispensado em nossos encontros virtuais e reuniões. Obrigado por compreender as minhas limitações, cortar os meus excessos e me orientar no caminho adequado.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDire, em especial aos professores Miguel Pacífico Filho e Thelma Pontes Borges por participarem como membros da banca de qualificação dessa dissertação.

Os cumprimentos também à professora Mirleide Chaar Bahia – UFPA que muito gentilmente atendeu a solicitação de participar desta banca com suas contribuições enriquecedoras.

Aos vários funcionários da UFNT, em especial, representados na pessoa do Francisco (Secretário Acadêmico do PPGDire), a quem por muitas vezes recorri a informações e

solicitações acadêmicas.

Os agradecimentos também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento recebido durante dois anos de bolsa. O que me oportunizou concluir os créditos, publicar artigos e efetuar a pesquisa final.

Gratidão também aos amigos que de alguma forma contribuíram nessa jornada. A Luciana, por me auxiliar na revisão dos textos, à Thelma, por financiar a compra de livros e cópias, ao Adlesman por me ouvir atentamente a cada reclamação ou tentativa de desistência, ao Thiago por me auxiliar na confecção dos mapas, ao Rafael por proporcionar a edição do vídeo oriundo das entrevistas com os participantes da pesquisa e ao Giovane por oportunizar condições para a pesquisa de campo em Araguaína.

Agradeço também a todos os dez sujeitos participantes da pesquisa, que me receberam e responderam atentamente a cada uma das perguntas que foram efetuadas no momento da ida a campo.

A todos vocês, serei grato sempre.

Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Mas o que eu tenho
É só um emprego
E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade
Tem gente que não tem nada
E outros que tem mais do que precisam

(Música de Trabalho – Legião Urbana)
(Composição: Dado Villa-Lobos / Marcelo Bonfá /
Renato Russo

RESUMO

Neste trabalho sugestionamos realizar um estudo sobre as dinâmicas dos espaços públicos e ocupação destes por trabalhadores da economia informal no centro comercial de Araguaína. O presente trabalho surge a partir da minha trajetória profissional, tendo minhas origens em uma família de comerciantes que transitou pelas cidades de Araguaína (TO) e Marabá (PA), ambas, ‘cidades médias’ no contexto da Amazônia Legal. Essa realidade me leva a construir a pesquisa, onde o objetivo central do estudo é contribuir com o melhor entendimento desse segmento a partir do olhar e das vivências dos vendedores informais presentes no centro comercial de Araguaína, buscando entender qual a percepção que estes sujeitos têm em relação à cidade e ao trabalho desenvolvido, além de questões oriundas da ordem social, econômica e política da categoria. Tudo à luz das explicações teóricas sobre o setor informal e a precarização das relações trabalhistas, de que forma as dinâmicas dos espaços públicos e as ocupações pelos vendedores informais, podem ajudar a repensar esse segmento e traçar um perfil aproximado da realidade de Araguaína. Sendo assim, assume-se a pesquisa qualitativa do tipo observação participante com a aplicação de questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas e posterior análise do material com uso da Análise de Conteúdo como instrumento de análise da materialidade dos fatos. A técnica da Bola de Neve foi utilizada para o acesso aos entrevistados da pesquisa. O estudo se baseia na análise das entrevistas – histórias de vida e de trabalho dos vendedores informais e tomou como hipótese a dimensão da “precarização das relações trabalhistas”.

Palavras chave: Cidades, Trabalho, Economia Informal, Espaço Público, Precarização e Araguaína.

ABSTRACT

In this work we suggest carrying out a study on the dynamics of public spaces and their occupation by informal economy workers in the commercial center of Araguaína. The present work arises from my professional trajectory, having my origins in a family of merchants that transited through the cities of Araguaína (TO) and Marabá (PA), both 'medium cities' in the context of the Legal Amazon. This reality leads me to build the research, where the main objective of the study is to contribute to a better understanding of this segment from the perspective and experiences of informal sellers present in the commercial center of Araguaína, seeking to understand what perception these subjects have in relation to the city and the work developed there, in addition to issues arising from the social, economic and political order of the category. All in the light of theoretical explanations about the informal sector and the precariousness of labor relations, how the dynamics of public spaces and occupations by informal sellers can help to rethink this segment and draw an approximate profile of the reality of Araguaína. Therefore, a qualitative research of the participant observation type is assumed with the application of a semi-structured questionnaire with closed and open questions and subsequent analysis of the material using Content Analysis as an instrument for analyzing the materiality of the facts. The sampling strategy ("snowball sampling") was used to access the survey respondents. The study is based on the analysis of the interviews – life and work histories of informal sellers and took as a hypothesis the dimension of the “precariousness of labor relations”.

Keywords: Cities, Work, Informal Economy, Public Space, Precariousness and Araguaína.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC Paulista – Região Metropolitana de São Paulo composta por Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

AI 05 – Ato Institucional Número 05

Amazônia Legal – Área de atuação da SUDAM compreendendo nove estados.

BR – Rodovias Federal

CadÚnico – Conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAP. - Capítulo

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EPP – Empresa de Pequeno Porte

eSocial - Plataforma online do Governo Federal da área trabalhista

FGTS – Fundo de Garantia Estatística

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais e Assexuais.

MA – Maranhão

ME – Microempresa

MP – Medida Provisória

MT – Ministério do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG's – Organizações Não Governamentais

PA – Pará

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PD – População Desocupada

PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho

PDV – Ponto de Venda

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMA – Prefeitura Municipal de Araguaína

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil

PO – População Ocupada

Poloamazonia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

Polonoroeste – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

REGIC – Regiões de Influência das Cidades – IBGE

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SM – Salário Mínimo

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

TO – Tocantins

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

LISTA DE FIGURAS

FOTOS

Figura 01 – Abertura da Rua Cônego João Luma na década de 1960.

Figura 02 – Rua Cônego João Lima na atualidade (2020).

Figura 03 – Rua Cônego João Lima.

Figura 04 – Rua Cônego João Lima.

Figura 05 – Rua Prefeito João de Souza Lima.

Figura 06 – Rua 1º de Janeiro.

Figura 07 – Rua 1º de Janeiro.

Figura 08 – BR-153 – Belém Brasília.

Figura 09 – BR-153 – Belém Brasília

Figura 10 – Rua Santos Dumont.

Figura 11 – Rua Santos Dumont.

Figura 12 – Rua Filadélfia.

Figura 13 – Rua Filadélfia.

Figura 14 – Rua Marginal Neblina.

Figura 15 – Rua José de Brito.

Figura 16 - Rua José de Brito.

MAPAS

Mapa 01 – Mapa Situação Explicativa de Araguaína – TO.

Mapa 02 – Mapa de Localização de Trabalho.

Mapa 03 – Mapa de Calor – Mobilidade Urbana.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01** – Relações de gênero entre os entrevistados da pesquisa.
- Gráfico 02** – Escolaridade entre os entrevistados da pesquisa – vendedores da economia informal de Araguaína.
- Gráfico 03** – Migração, ou local de origem a partir do estado.
- Gráfico 04** – Faixa etária dos vendedores da economia informal, comércio de rua de Araguaína.
- Gráfico 05** – Produto comercializado pelos vendedores da economia informal, comércio de rua de Araguaína.
- Gráfico 06** – Característica do ponto de venda, móvel ou fixo.
- Gráfico 07** – Média de filhos entre os vendedores da economia informal de Araguaína.
- Gráfico 08** – Participação dos entrevistados em associação ou organização política.
- Gráfico 09** – Recebimento do benefício da Prefeitura Municipal de Araguaína na pandemia de Covid19 e Auxílio Emergencial do Governo Federal.
- Gráfico 10** – Transações comerciais e venda de produtos no circuito da economia inferior em Araguaína.
- Gráfico 11** – Tipos de mídias e estratégias comerciais de vendas.
- Gráfico 12** – Saldo de emprego formal no estado do Tocantins de dezembro 2004 a 2009.
- Gráfico 13** – Análise do saldo do emprego formal em Araguaína – TO nos anos de 2008, 2010, 2015 e 2019.
- Gráfico 14** – Total de empregados por ano no município de Araguaína – TO de 2009 a 2018.
- Gráfico 15** – Classe de rendimento nominal mensal em Araguaína de acordo com o Censo 2010.
- Gráfico 16** – Total de empregados Araguaína 2018.
- Gráfico 17** – Empregados por setor em Araguaína.

LISTA DE FLUXOGRAMA

- Fluxograma 01** – Esquema da Síntese Metodologia

LISTA DE TABELAS

- 01** – Informações sociais dos entrevistados da dissertação.
- 02** – Informações sociais, trabalho e família dos entrevistados da dissertação.
- 03** – Informações sobre benefícios sociais e fonte de renda.
- 04** – Informações sobre formas de pagamento / venda no PDV.
- 05** – Nomenclatura da Área do Trabalho.
- 06** – Acompanhamento da População Ocupada em Araguaína de 2015 a 2019.
- 07** – Cadastro Central de Empresa, Unidades Locais, Pessoal Ocupado, Pessoal Ocupado Assalariado e Salário Médio em Araguaína nos anos 2006, 2012, 2015 e 2019.
- 08** – Número de empregos formais em Araguaína – TO dez. 2019 por categoria empregatícia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO17

1 – ARAGUAÍNA E A FORMAÇÃO DAS CIDADES NA AMAZÔNIA LEGAL51

1.1 Aspectos Socioeconômicos de Araguaína59

1.2 - Migração em Araguaína e Vendedores da Economia Informal65

2 - ESPAÇO PÚBLICO DA ECONOMIA INFORMAL EM ARAGUAÍNA71

2.1 - Capital e Articulações Sociais na Área do Trabalho77

2.2 - Direito à Cidade81

2.3 – Os sentidos do trabalho – Um debate sobre o trabalho informal na Amazônia Legal83

2.4 – Trabalho Informal em Araguaína88

2.5 – A Reforma Trabalhista e o Contexto da Classe Trabalhadora no Brasil91

2.6 - Para entender o RAIS e o CAGED no contexto da Economia Informal em Araguaína – TO94

3 – CIDADES PARA O CAPITAL NA AMAZÔNIA E O DIREITO À CIDADE AOS VENDEDORES INFORMAIS105

CONSIDERAÇÕES FINAIS122

REFERÊNCIAS125

APÊNDICES130

INTRODUÇÃO

Considerando que a ocupação dos espaços públicos se estabelece a partir de ações políticas de diversos grupos da população, entendemos que a cidade é construída nestes espaços a partir do momento em que as pautas de determinados grupos ganham visibilidade. Dessa forma, as dinâmicas do espaço público e seus movimentos de ocupação são delineados, revelando elementos associados às condições sociais, educacionais, políticas e econômicas, bem como às capacidades individuais.

Neste trabalho, sugestionamos realizar um estudo sobre as dinâmicas dos espaços públicos e ocupação destes pelos ambulantes no centro comercial da cidade de Araguaína, situada ao norte do estado do Tocantins e considerada centro de decisões políticas, sociais e econômicas da região.

O interesse pela pesquisa nasce e se fundamenta a partir da minha trajetória profissional, tendo minhas origens na cidade de Marabá (PA) e atualmente residindo em Araguaína (TO). Ambas cidades possuem uma relação histórica e familiar que me instiga, me provoca e me conduz a trilhar caminhos nesta pesquisa em espaços urbanos, paisagens que exprimem valores afetivos significativos na minha jornada profissional, cognitiva e humana.

Sou filho de comerciantes e por muito tempo vivemos da prática comercial como sustento do núcleo familiar. É por isso que as questões do comércio informal e da ocupação dos espaços públicos, mais especificamente da principal rua comercial da cidade, acabam por se tornar alvo de investigação nessa trajetória do mestrado.

O objetivo central deste estudo é contribuir com o melhor entendimento desse segmento a partir do olhar e das vivências dos vendedores informais presentes no centro comercial de Araguaína, buscando entender qual a percepção que estes sujeitos têm em relação à cidade e ao trabalho desenvolvido, além de questões oriundas da ordem social, econômica e política da categoria.

Nos interessa entender, à luz das explicações teóricas sobre o setor informal e a precarização das relações trabalhistas, de que modo as dinâmicas dos espaços públicos e as ocupações pelos vendedores informais, ambulantes ou camelôs nas “ruas de comércio” podem ajudar a repensar esse segmento e traçar um perfil aproximado da realidade de Araguaína.

Especificamente, tentamos compreender qual sentido estes trabalhadores apresentam com relação às questões sociais, culturais, políticas e econômicas para o espaço público pesquisado e também inferir de que forma podemos traçar um perfil desse segmento para melhor conhecermos suas dinâmicas em Araguaína, cuja economia é uma das mais importantes

para o estado do Tocantins. Cabe destacar, ainda, nossa preocupação em refletir, a partir da análise aqui apresentada, sobre o comércio informal com base nas explicações teóricas sobre o assunto.

Harvey (2014) menciona que os espaços urbanos nas sociedades capitalistas se configuram cada vez mais fragmentados e com a presença de grandes conflitos nas relações entre os sujeitos sociais, principalmente porque o crescimento das cidades está atrelado diretamente a fatores como o desenvolvimento do sistema capitalista vigente e a concentração de pessoas a fim de consumirem produção excedente.

No contexto amazônico, observa Thery (2005), esse crescimento se dá impulsionado por fluxos ligados à economia em função dos períodos históricos e, desta forma, a urbanização das cidades amazônicas criou um sistema problemático, caracterizado por baixo ou nenhum acesso aos serviços urbanos básicos, o que também destaca Reis (2019). Essa realidade não é diferente na formação do estado do Tocantins e na estruturação de suas cidades, dentre elas Araguaína, sobre a qual Becker (2006) se debruça.

A partir de Lefebvre (2001) e Harvey (2014) decidimos repensar o papel estratégico destas cidades destaques na Amazônia para além de uma função meramente fornecedora de variáveis de interesse do capital, uma análise que contemple questões como o desenvolvimento humano e sustentável da região e as dimensões de um direito à cidade que vá além do capital e da crise urbana discutida por Maricato (2015).

Problematiza-se, aqui, as dinâmicas do espaço público e as ocupações realizadas por vendedores da economia informal, ambulantes ou camelôs no centro comercial da cidade escolhida, incluindo a rua principal – Avenida Cônego João Lima – e suas paralelas e transversais, conhecidas como “ruas de comércio”. Apresentaremos, aqui, de que forma esses atores sociais vulneráveis se apropriam destes espaços e buscaremos entender quais são os efeitos desta ocupação na espacialização na construção histórico-social da cidade.

O espaço público se configura em uma multiplicidade de uso e tem relações históricas com a cidade em suas diversas dimensões. É nesse ambiente que encontramos o centro político, financeiro e social da cidade, com bancos, lojas, comércios varejistas, estacionamentos, passantes e ambulantes, e o palco de protestos, manifestações, comemorações e eventos de natureza pública e particular.

A todo tempo nos deparamos com diferentes relações estabelecidas nas ruas, calçadas e principalmente nas esquinas, locais de cruzamentos e ligações entre uma rua e outra e pontos de uma visualidade ambulante que vive e resiste à força do sistema capitalista excludente e que constantemente deixa as condições de trabalho cada vez mais precárias.

Nesse sentido, destacamos que as ruas e as esquinas nos espaços públicos assumem

grande importância no campo das relações sociais, nos movimentos cotidianos e nas dinâmicas de sua ocupação da cidade de Araguaína. É nesse recorte espacial e na temporalidade do hoje que a pesquisa se assenta.

Na Avenida Cônego João Lima, tomada como ponto de início da análise, observamos a presença de grandes empreendimentos, alguns de capital internacional, outros grupos de capital nacional e também empresas locais apoiadas pela força da elite regional. Paralelos a esse universo temos os sujeitos que vivem e trabalham com o comércio informal.

Estes trabalhadores estão espremidos e sufocados nas suas diversas formas entre uma esquina e outra do centro comercial, sem poder, por regra do poder público local, se concentrar nas calçadas, local de passagem, circulação de pessoas e livre acesso. Ainda assim, mesmo que não seja legalmente permitido, percebe-se que estes sujeitos estão avançando os espaços delimitados pela prefeitura e ocupando-os num fluxo mais intenso devido à crise de emprego dos últimos anos.

Nesse sentido, com o tempo, esses vulneráveis do mercado de trabalho da cidade de Araguaína acabaram por utilizar o centro comercial de uma outra forma. Passam, assim, a se concentrar nas mais de uma dezena de esquinas entre uma quadra e outra que compõem um cenário de uma visualidade ambulante que vai de uma ponta a outra e contrasta com os empreendimentos considerados “legais” pelo poder público e órgãos de fomento às classes patronal e empresarial.

Definimos, assim, a perspectiva marxista para a construção da narrativa deste trabalho, tendo como referência teórica David Harvey (2004 e 2014) e a sua discussão sobre as cidades. Outros teóricos da mesma linha, como Sader (1988), Maricato (2015) e Gohn (2013), nos subsidiam a compreender as questões das ocupações urbanas e atuação dos movimentos sociais no Brasil nos últimos anos, bem como o debate da precarização do trabalho, mercado informal e as novas relações de trabalho no país com base em Castel (2015) e Antunes (2018). Abordamos, por fim, a frente de discussão fundamentada em Becker (2006 e 2015) para entendermos a formação do urbano na Amazônia.

A partir desta base, no primeiro capítulo apresentamos em um primeiro plano a metodologia da pesquisa com a caracterização do universo de pesquisa, em um estudo de campo nas principais ruas e avenidas de comércio da cidade, englobando os instrumentos da pesquisa, período e sujeitos pesquisados, caminhos metodológicos percorridos, os primeiros dados da coleta de informações do objeto de pesquisa, algumas análises destes dados segundo o referencial teórico utilizado e uma apresentação de como estão estruturados os vendedores informais pesquisados.

No segundo, debatemos a cidade de Araguaína no contexto da formação das cidades na

Amazônia Legal, no que pese os seus aspectos socioeconômicos e as questões relacionadas à migração em Araguaína e aos vendedores da economia informal.

No terceiro capítulo, debatemos as dinâmicas dos espaços públicos e os vendedores da economia informal, ambulantes e camelôs da cidade tocantinense, abordando a região central, espaço público selecionado na pesquisa, e os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos balizadores. É um capítulo dedicado à discussão sobre o trabalho, mais especificamente o informal e em recorte espacial em Araguaína.

No quarto capítulo, argumentamos com base no referencial teórico de Lefebvre (2001) e Harvey (2014) o contexto das cidades para o capital na Amazônia e o Direito à Cidade aos vendedores informais de Araguaína mediante a análise das entrevistas de campo por meio da Análise de Discurso. É a materialidade das informações coletadas que refutam as hipóteses levantadas pela pesquisa. Após, temos as Considerações Finais.

Em síntese, este trabalho trata sobre a relação entre espaço, cidade e as dinâmicas dos movimentos de ocupação na cidade de Araguaína, articulando as áreas dos movimentos sociais, de ocupação da cidade e da espacialização na cidade.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste estudo, assumo a pesquisa qualitativa do tipo observação participante como a abordagem utilizada no processo de investigação. Compreendo que o ofício de pesquisar é um labor que não pode ser simplificado apenas em ferramentas e técnicas de pesquisa que sejam muito engessadas a uma estrutura de ciência academia e ocidental que por muito tempo norteia o saber.

Quando me proponho a pesquisar as dinâmicas sociais, movimentos de ocupação urbano, atores sociais, suas interações políticas, econômicas e culturais, compreendo a necessidade de pensar um caminho ou caminhos que sigam as principais diretrizes da academia, mas que contemplem a realidade em sua multidisciplinaridade.

O pesquisador é o condutor das direções que serão encaminhadas ao longo do processo. Sabemos que o trilhar da pesquisa é algo extenso e trata-se de um caminho cheio de possibilidades de mudanças e surpresas durante o processo. As escolhas que assumo nesta dissertação são carregadas de subjetividades, principalmente no que concerne ao tema das questões urbanas, comércio e atividades informais realizadas na rua. Elas estão relacionadas com a minha história de vida, passando por questões familiares e contribuindo assim para que eu tenha uma compreensão e interpretação mais ampla do objeto de estudo.

Nesse sentido, em um primeiro momento da pesquisa, utilizarei da investigação exploratória como o tipo de pesquisa qualitativa por compreender que essa modalidade busca entender como os sujeitos sociais se percebem e se encontram dentro daquilo que é pesquisado em uma situação específica de estudo. A pesquisa qualitativa compreende aspectos particulares do local e participantes (grupos) pesquisados e possui uma abordagem ampla de compreensão dos dados coletados.

Este pesquisador realizou uma observação direta da realidade em estudo em um recorte de tempo (atualidade) e espacial (“ruas de comércio” no centro comercial de Araguaína). De acordo com Marconi & Lakatos (2003), a observação participante possibilita que o pesquisador tenha um maior envolvimento com o grupo pesquisado, mesmo que esse envolvimento possa lhe trazer certas dificuldades no percorrer da pesquisa com relação à objetividade do estudo.

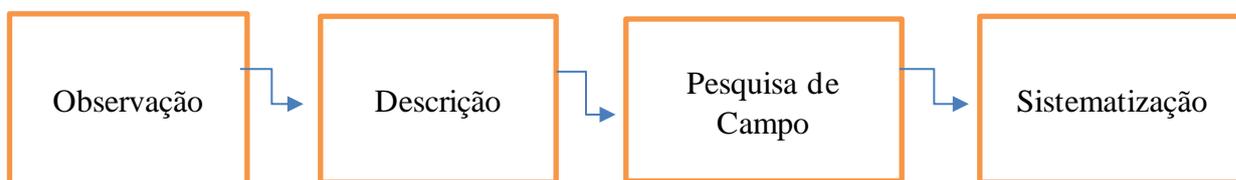
Contudo, muito além de uma observação participante, este tipo de pesquisa nos traz respostas mais rápidas aos problemas em que a comunidade pesquisada está envolvida, nos possibilitando compreensões mais apuradas das vivências dos sujeitos, suas vulnerabilidades e problemas encontrados no cotidiano.

A pesquisa qualitativa com a observação participante quebra alguns paradigmas epistemológicos provenientes de longo prazo e, por sua vez, gera mais autonomia aos sujeitos

pesquisados.

Ao elencar a observação participante pontuamos que um contato imediato com o objeto de pesquisa nos possibilita obter uma caracterização mais apurada das dinâmicas dos espaços urbanos e das ocupações praticadas pelos ambulantes na cidade de Araguaína, mais especificamente no centro comercial, na Avenida Cônego João Lima e suas imediações. Sendo assim, a observação participante é uma probabilidade de colocar no mesmo ambiente de estudo o pesquisador e o pesquisado, como salientam Marconi & Lakatos (2003).

Esquema da Síntese Metodológica



Fonte: Adaptação de Marconi & Lakatos (2003)

Caracterização do universo de pesquisa

A pesquisa tem enquanto *lôcus* a cidade de Araguaína (TO), especificamente os sujeitos que são ocupantes dos espaços públicos, vendedores da economia informal (ambulantes e camelôs) presentes nas ruas e esquinas do centro comercial, ou seja, “nas ruas de comércio”.

Entendemos, ancorados em Furtado (2008), que a reprodução e manutenção das formas sociais dos países considerados desenvolvidos acaba por ser sustentada pela força de trabalho empregada e exercida nos países periféricos. Sendo assim, acreditamos que as dinâmicas dos espaços públicos na cidade de Araguaína e os seus movimentos de ocupação por vendedores da economia informal (ambulantes e camelôs) nas ruas e esquinas do centro comercial de Araguaína sejam pura materialização dessa relação exploratória internacional e da crescente crise do emprego em caráter global.

Na sequência, apresentamos duas imagens pictóricas de momentos distintos da Avenida Cônego João Lima, nos anos de 1960 e 2020, e um Mapa de Situação Explicativa da Localização de Araguaína enquanto *lôcus* de análise.

Figura 01: Abertura da Rua Cônego João Lima na década de 60



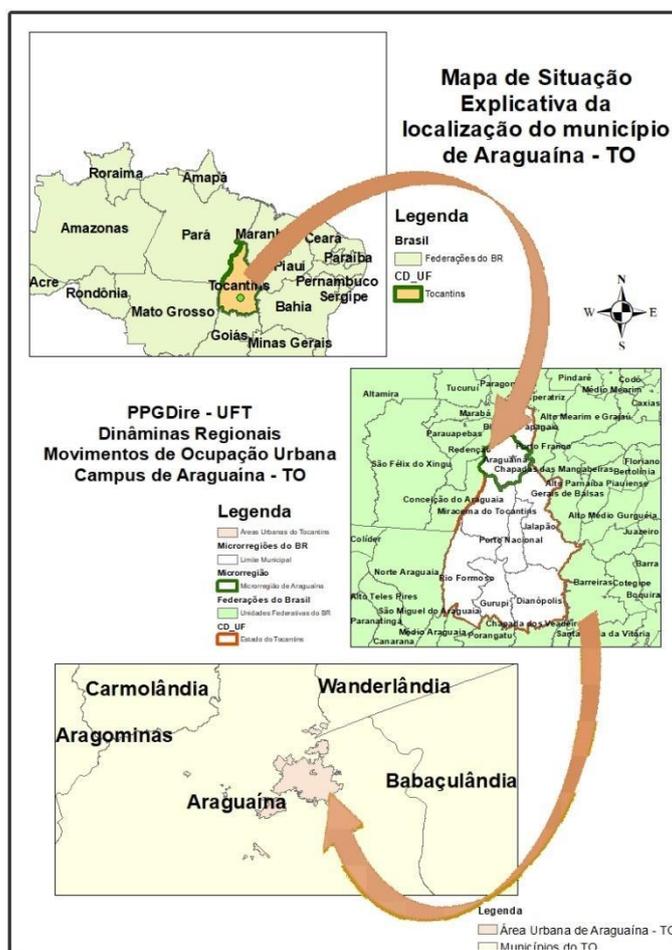
Fonte: Souza (2019) – Centro de Documentação Histórica da UFT (CDH-UFT)

Figura 02: Rua Cônego João Lima na atualidade (2020)



Fonte: Portal Araguaína Notícias (2020)

Mapa 01 – Mapa Situação Explicativa de Araguaína – TO



Fonte: Elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

Caracterizando os principais corredores de comércio de Araguaína

Pretendemos dissertar e apresentar ao leitor uma breve caracterização das principais “ruas de comércio” existentes em Araguaína. Na oportunidade da pesquisa de campo, realizada com dez trabalhadores da economia informal presentes no centro comercial da cidade, o pesquisador percorreu os principais corredores de comércio do município a fim de compreender como funciona a geografia espacial do setor de comércio e serviços na cidade, visto que este setor se relaciona com o tema em pesquisa e se configura como o maior empregador da economia formal da cidade e maior concentração do PIB do município, a verificar pelos dados do IBGE (2010).

Partindo do pressuposto da observação participante do pesquisador em campo, foi elaborada uma descrição dos principais corredores do comércio da cidade de Araguaína por meio de uma apresentação pictórica e narrativa com base em cada rua percorrida no momento da pesquisa de campo.

A visita a cada uma dessas ruas fez parte do processo de incursão à cidade para posteriormente ser definido como espaço geográfico a ser estudado. Como todo o universo da cidade seria muito extenso, optamos por delimitar o local de estudo nas imediações do ‘antigo centro’ comercial de Araguaína.

Dentro desse processo, observamos empiricamente a configuração de núcleos, ou “ruas de comércio”, a se comportar com características múltiplas. A seguir, apresentamos uma breve caracterização de imagens e textos descritivos de cada rua, onde estas foram agrupadas em três categorias: Corredores de Comércio Popular em Araguaína (Rua Cônego João Lima, Prefeito João de Souza Lima e 1º de Janeiro), Corredores do Setor Rodoviarismo (Ruas Santos Dumont e BR-153 – Belém-Brasília) e Corredores do Comércio Segmentado em Araguaína (Ruas Marginal Neblina, Filadélfia e José de Brito).

Corredores do Comércio Popular em Araguaína

Rua Cônego João Lima

Consideramos nesta pesquisa enquanto Corredores do Comércio Popular as principais “ruas de comércio” presentes no centro comercial antigo da cidade de Araguaína. São elas a Cônego João Lima, historicamente a rua de maior importância do município, e as ruas ao seu entorno, tais como 1º de Janeiro ou ruas que se conectam com ela, estendendo o comércio de um território a outro na cidade. Na Cônego João Lima encontra-se a sede do poder legislativo

da cidade, ou seja, a Câmara Municipal de Araguaína, e as principais instituições financeiras, lojas de departamentos e franquias, além de grande concentração de comércios e serviços do município e os prédios do antigo shopping da cidade e do camelódromo ‘Shopping Popular’.

É neste espaço que se concentra grande parte dos vendedores da economia informal e onde são estruturados os pontos de vendas de quase todos os associados da Associação Comercial dos Microempreendedores de Araguaína, ou seja, da categoria de trabalhadores da economia informal organizada. As entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa se concentraram 80% nesta avenida e 20% nas proximidades da Av. 1º de Janeiro.

Figura 03 e 04: Rua Cônego João Lima



Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Rua Prefeito João de Souza Lima

A Avenida Prefeito João de Souza Lima faz conexão com a Avenida Cônego João Lima à altura da Praça das Bandeiras, ligando o “antigo centro comercial” com a Avenida Filadélfia - TO-222, uma das entradas e saídas da cidade em direção aos municípios de Babaçulândia, Filadélfia e Carolina. A avenida realiza a intersecção entre os bairros São João e Senador.

Nesta mesma via, está presente, à altura da Avenida Filadélfia, o prédio do Espaço Municipal de Comércio e Cultura Feirinha, a antiga Feirinha da Cidade, região onde anteriormente se concentravam alguns ambulantes, vendedores de comida, carros estacionados com venda de produtos de outras praças e trabalhadores da zona rural com a venda de seus produtos oriundos do campo.

Com a nova organização do espaço, a Prefeitura Municipal de Araguaína, por meio das ações políticas municipais, em consonância com recursos provenientes do Tesouro Municipal

e Governo Federal destinados por políticos do estado, realizou um processo de “higienização” de mais um espaço público da cidade, contando com atuações das secretarias de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e Planejamento e Tecnologia. Nesta mesma avenida, encontra-se agência dos Correios, farmácias, supermercados e atualmente um número diminuto de vendedores ambulantes em suas calçadas em vista das últimas transformações.

Figura 05: Rua Prefeito João de Souza Lima



Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Rua 1º de Janeiro

A Rua 1º de Janeiro é paralela à Avenida Cônego João Lima, sendo mais uma porta de entrada e acesso ao centro comercial das pessoas que chegam via TO-222 e Avenida Filadélfia. Possui grande fluxo de pessoas e carros em toda a sua extensão, alternando os segmentos de comércio em algumas faixas da avenida. Ora se tem grande concentração de bares, distribuidoras de bebidas, lojas de materiais para construção e postos de gasolina, ora se tem lojas de grife, cartórios, sobrados e escritórios de fazendas e bancos. Ao percorrer toda a sua extensão durante pesquisa de campo, notamos que mesmo não tendo uma grande concentração de vendedores da economia informal em uso de suas calçadas e esquinas, ela se faz importante por ser uma nova artéria para o comércio informal no centro de Araguaína, visto que o espraiamento dos pontos de vendas, aos poucos, começa a ganhar territórios além do espaço com maior movimento de pedestres da cidade. É nesta avenida que temos a presença de três dos trabalhadores entrevistados pela pesquisa.

Figura 06 e 07: Rua 1º de Janeiro

Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Corredores do Setor do Rodoviarismo em Araguaína

Denominamos nesta pesquisa Corredores do Setor do Rodoviarismo em Araguaína as principais ruas e avenidas onde a presença de comércio e serviços na área automobilista é extremamente forte: a BR-153 (Belém - Brasília) e a Rua Santos Dumont. Nestas duas vias há a presença de concessionárias (Fiat, Mitsubishi, Toyota, Ford, Hyundai e Volkswagen), de lojas de tratores (Valtra e Comagril), de lojas de sementes, de autopeças e de serviços de transportes. Trata-se da porta de entrada da cidade para as pessoas que chegam via TO-222, oriundas de municípios como Barra do Grotá, Aragominas, Muricilândia, Santa Fé do Araguaia, Carmolândia, Jacilândia, Araguaã e Xambioá, via TO-164.

A sua importância para a economia local é histórica devido ao marco que foi a construção da BR-153 para a dinâmica da cidade de Araguaína e o surgimento dos primeiros estabelecimentos comerciais às margens da rodovia: postos de gasolina, restaurantes, bordéis, bares, borracharias, hotéis e casas de passagem. A Rua Santos Dumont contém no seu epicentro a presença do Terminal Rodoviário de Araguaína, com grande fluxo de ônibus e vans em níveis intermunicipal e interestadual.

Figura 08 e 09: BR-153 – Belém Brasília



Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Figura 10 e 11: Rua Santos Dumont



Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Corredores do Comércio Segmentado em Araguaína

Denominamos nesta pesquisa Corredores do Comércio Segmentado em Araguaína as novas ruas para onde parte do comércio e serviços da cidade tem migrado nos últimos anos. São estas as ruas Filadélfia, Marginal Neblina e a José de Brito, territórios no espaço urbano onde se reconfiguram as atividades comerciais. Nesta área, há a supervalorização do capital imobiliário e a criação de nichos de mercado com comércios segmentados para um público específico e com um poder de compra elevado, ou seja, com hipervalorização do valor de troca em detrimento do valor de uso.

De acordo com Lefebvre (2001), a cidade e a realidade urbana dependem diretamente do valor de uso dentro das relações capitalistas de produção.

O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. [...] entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora. (LEFEBVRE, 2001, p. 14)

A materialização dos postulados por Lefebvre (2001) no contexto da cidade pesquisada se assenta neste corredor de comércio segmentado em Araguaína e nos desdobramentos do avanço do capital no espaço urbano, com uma supervalorização do valor de troca em suas várias nuances, tais como o surgimento de loteamentos, condomínios fechados, verticalização do mercado imobiliário e a privatização de espaços públicos.

Rua Filadélfia

Considerada uma das precursoras desse movimento de higienização e plasticidade da paisagem urbana de Araguaína, a Avenida Filadélfia contém em sua extensão uma forte presença de estabelecimentos da área alimentar, farmácias, três grandes supermercados, órgãos públicos e o Parque de Exposições de Araguaína, sede do Sindicato Rural de Araguaína e onde acontece anualmente a Exposição Agropecuária de Araguaína (Expoara).

É nesta avenida que se localiza também a sede da Associação Comercial e Industrial de Araguaína (Aciara), órgão relacionado à classe patronal no município, ou seja, referente aos contratantes da economia formal e local. Nas proximidades da avenida têm se concentrado alguns dos principais empreendimentos imobiliários, ou seja, da verticalização do modo de viver na cidade com a presença dos primeiros prédios reconfigurando a paisagem urbana.

Ao utilizarmos Lefebvre (2001), destacamos a diferença entre o habitat e o habitar na formulação das cidades. Aos poucos, perde-se o habitar nas cidades em função do habitat. Ou seja, as características tradicionais de lar, com relações interpessoais imbricadas perdem espaço para as funções meramente mercadológicas de ser morar.

Figura 12 e 13: Rua Filadélfia



Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Rua Marginal Neblina

A Avenida Marginal Neblina está edificada ladeando um ramal aquífero, o córrego Neblina, com construções em suas margens e a presença de alguns empreendimentos comerciais. O corredor comercial faz a ligação entre as Avenidas 1º de Janeiro e Filadélfia e é o caminho que direciona para a Via Lago, a mais nova reconfiguração espacial na cidade com a presença de um lago artificial, construção de lanchonetes e futuramente condomínios fechados. O Neblina Shopping está situado na avenida e converge em sua estrutura comércio de alimentos, bares, academias, lojas de roupas e agências de viagem. Há grandes obras no córrego Neblina neste momento, buscando melhorar as recorrentes enchentes.

Para compreender essas transformações em Araguaína, recorreremos novamente a Lefebvre:

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a *cidade*, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. O *urbano* assim designado parece poder passar sem o solo e sem a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e de inscrições numa espécie de transcendência imaginária (LEFEBVRE, 2001, p. 54-55).

No que se refere à caracterização da cidade, dos espaços públicos para a construção da pesquisa, debate-se algumas questões conceituais e neste momento a reflexão é sobre as diferenças entre os conceitos de cidade e urbano. Ambas são tomadas pela referência em Lefebvre (2001), onde o autor postula que o conceito de cidade é diferente de urbano pelas

dimensões de análises que são tomadas. A cidade é o atual, o concreto e as edificações, enquanto o urbano são as relações sociais, pessoais e os entremeios com a cidade. Nos interessa as dimensões do urbano, mesmo não sendo este trabalho um profícuo estudo sobre urbanismo em Araguaína.

Figura 14: Rua Marginal Neblina



Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Rua José de Brito

Fechando o circuito das ruas de comércio segmentado em Araguaína, descrevemos sobre a Rua José de Brito, corredor comercial que liga a rua Santos Dumont à Marginal Neblina e Cônego João Lima. Na sua geografia está presente a Prefeitura Municipal de Araguaína, o Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína (HDT), escritórios de advocacia, instituições financeiras, bares, restaurantes e clínicas de estética. Tanto na Marginal Neblina, quanto na José de Brito e Filadélfia percebemos uma baixa ocupação por parte dos trabalhadores da economia informal de Araguaína. O que se nota é a presença de um ou outro trabalhador atuando em condições adversas à imponente do grande e novo capital presente nestas avenidas.

Percorrer as principais “ruas de comércio” da cidade de Araguaína foi necessário para uma compreensão macro da presença e atuação dos vendedores da economia informal no município e o Direito à Cidade em perspectiva Lefebvriana. Na análise dos dados a partir do questionário aplicado em campo, apresentamos um *mapa de calor*¹ da localização desses

¹ Mapa de calor – metodologia estabelecida pelo pesquisador para trabalhar geograficamente a localização de trabalho dos pesquisados e movimentos pendulares realizados durante o dia para execução do seu trabalho nas ruas. O mapa de calor será apresentado no momento de análise das entrevistas.

trabalhadores e o local das suas respectivas residências.

Figura 15 e 16: Rua José de Brito



Fonte: Registro de campo (Jairon Gomes, 2021)

Instrumentos da Pesquisa

Os instrumentos de pesquisa utilizados neste estudo têm como ponto de partida a observação participante, a pesquisa documental realizada previamente em alguns órgãos públicos e instituições de ensino ou relacionadas com a temática, a pesquisa bibliográfica e a documentação direta em campo com a interação individual entre o pesquisador e os sujeitos participantes. As escolhas estão amparadas pelos direcionamentos de Marconi & Lakatos (2003), material tido como referência na disciplina de Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Científica ministrada à quarta turma do PPGDire da UFT, Campus Araguaína.

A escolha pela entrevista como um instrumento de trabalho, que tem um conforto maior na hora do encontro entre as duas partes participantes do processo, se justifica, de acordo com Marconi & Lakatos (2003 p. 195), por ser “[...] um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”. Dessa forma, com esse instrumento de trabalho obtive informações no que diz respeito aos aspectos sociais, políticos e econômicos dos atores sociais pesquisados.

É válido ressaltar que foi eleita como forma de entrevista a denominada de não-estruturada, pela qual se tem uma maior liberdade de explorar o tema e com possibilidades de aplicação de perguntas abertas, criando assim uma relação mais ampla e informal com o pesquisado. As entrevistas foram gravadas e posteriormente feitas as suas transcrições do material com o objetivo da contextualização e problematização da pesquisa de mestrado. Desta forma, pudemos caracterizar as dinâmicas dos espaços públicos e movimentos de ocupação dos

trabalhadores ambulantes na cidade de Araguaína por meio da observação participante e coleta de relatos orais dos sujeitos sociais atuantes nestes espaços da cidade e pelo estudo de dados fornecidos por instituições sociopolíticas do município.

De posse dos dados coletados, trabalhamos as informações a fim de realizar as observações e na tentativa de interpretar os significados das respostas obtidas no percurso da coleta de dados em campo. A proposta partiu de uma pesquisa participativa, com diálogos, conexões, registros fotográficos, análise de conteúdo e entrevistas. Trata-se de um estudo que buscou refletir sobre as demandas locais, o espaço público, a população de Araguaína e as histórias e vivências dos vendedores da economia informal como centro do debate e das relações políticas e sociais estabelecidas por eles e as suas capacidades de se articularem no cotidiano.

Para isso – e com o objetivo de categorizar e utilizar estratégias de análise do texto por meio das repetições nos textos escritos, com base na materialidade, no empírico, nos fenômenos reais e das mensagens coletadas em campo pelo pesquisador social –, decidimos utilizar a Análise de Conteúdo como ferramenta para analisar o material textual coletado a partir da transcrição das entrevistas, baseando-nos nos esclarecimentos de Caregnato & Mutti (2006).

Para coleta das entrevistas foi adotada a técnica “bola de neve” que, como explica Juliana Vinuto (2014), é uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência, útil para pesquisar grupos difíceis de serem estudados, principalmente quando não há precisão sobre sua quantidade.

A técnica “bola de neve” funciona, inicialmente, com a localização de pessoas com perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Posteriormente, o pesquisador inicia contatos e passa a tatear o grupo a ser pesquisado, solicitando, em seguida, que estes contatos indiquem novos com as características desejadas, visando aumentar o quadro de amostragem. Ou seja, um entrevistado informa sobre um novo e possível participante da pesquisa e assim sucessivamente.

Período e sujeitos da Pesquisa

A pesquisa de campo aconteceu no período de janeiro a dezembro de 2021 e teve como sujeitos os vendedores informais ambulantes que utilizam de espaços públicos nas ruas e esquinas da cidade para realizar o labor diário com o intuito de auferir renda para o seu sustento e de suas famílias. Além destes atores sociais, outros sujeitos são de fundamental importância para a compreensão do estudo, sendo os órgãos públicos do município e estado, a classe empresarial, informantes diversos e sujeitos que trabalhem com as questões de urbanização, emprego, renda e vulnerabilidade.

Caminhos Metodológicos

A pesquisa foi realizada caminhando por algumas etapas: levantamento de material bibliográfico e coleta de dados com os órgãos competentes ao assunto pesquisado; levantamento preliminar da realidade local com idas a campo para execução do trabalho de investigação por meio das entrevistas; compreensão da realidade sob a óptica do referencial teórico da pesquisa; e apontamentos dos possíveis indicadores existentes no ambiente urbano, mais especificamente nas ocupações das ruas.

Primeira etapa

Levantamento bibliográfico dos eixos que perpassam pela temática do estudo de mestrado juntamente com a coleta de dados em órgãos, sites e banco de dados que contemplem a questão dos vendedores informais na cidade de Araguaína, as diretrizes da cidade e a forma em como está estruturado o centro comercial. Esta primeira etapa foi direcionada também para a caracterização sócio-histórica da formação da cidade de Araguaína, da formação das cidades médias na Amazônia Legal e de estudos que objetivem compreender as dinâmicas do uso da cidade pelos seus atores sociais.

Segunda etapa

Levantamento preliminar da realidade local com idas a campo para execução do trabalho de investigação por meio das entrevistas abertas, não estruturadas, em um contato individual do pesquisador com vendedores informais presentes nas esquinas do centro comercial da cidade, ou nas chamadas “ruas de comércio”. Neste momento realizei a sistematização da quantidade de dez (10) entrevistados que foram selecionados por critérios de aproximação e indicações feitas pelos próprios informais, utilizando a técnica “bola de neve”. A produção de um roteiro de entrevista aberta e a ida ao campo com a observação participante também acontece neste momento. Nesta etapa já estava munido dos meus instrumentos de pesquisa muito bem estruturados, com uma revisão bibliográfica estruturada e com os dois primeiros capítulos do projeto já consolidados.

Terceira etapa

Compreensão da realidade sob a óptica do referencial teórico da pesquisa, que é o David

Harvey. Foi nesta etapa que realizei as transcrições das entrevistas, analisei os discursos utilizando o referencial teórico para estudo do caso e tentei compreender as questões de vulnerabilidade dos vendedores informais que estão ocupando os espaços urbanos da cidade em um viés de desenvolvimento que contemple um debate do direito à cidade, cidade para o capital e um desenvolvimento mais humano. Nesta etapa me direcionei para a análise dos dados encontrados seguindo o referencial teórico. Após esses três momentos, cheguei ao ponto da apresentação das considerações finais do trabalho e seus possíveis desdobramento dentro da realidade social vivida em Araguaína.

Coleta de dados referentes ao objeto de pesquisa

Com relação à coleta de dados da pesquisa, descrevo que esta foi estruturada segundo Oliveira (2016). Buscamos os primeiros contatos com os nossos colaboradores a fim de estreitarmos laços e interações com os sujeitos atuantes no mercado informal no centro de Araguaína. Posteriormente, realizamos uma observação focal e, em um último momento, uma observação seletiva com o intuito de partirmos de uma análise mais focal para compreendermos as dinâmicas macro.

A observação foi participante com uma análise descritiva do fenômeno observado, aplicação de questionário com questões abertas a serem respondidas pelo colaborador, entrevistas que aconteceram *in lócus* com a complementação de registros fotográficos para uma riqueza maior do trabalho. As questões referentes à necessidade de solicitação de autorização para a gravação das entrevistas junto aos colaboradores, assim como a autorização do código de ética e pesquisa da UFT, foram trabalhadas após a qualificação do projeto. Roteiro de questionário para o público participante e modelo do termo de compromisso para registros fotográficos sonoros e áudio estão presentes no apêndice.

Após a etapa de coleta de dados referente ao objeto de pesquisa, fizemos a análise dos dados obtidos segundo o referencial teórico, caracterização do universo da pesquisa e as classificações quanto às categorias teóricas, empíricas e unidades de análise.

Ainda tendo Oliveira (2016) como referência, ressaltamos a importância desta etapa de coleta de dados onde a autora nos assevera que somente com o quadro teórico da pesquisa bem estruturado conseguimos seguir com os instrumentos de pesquisa e a ida a campo, onde, neste espaço e tempo, começaram a surgir as categorias empíricas da pesquisa.

Análise dos dados segundo o referencial teórico

Posterior à fase de coleta de dados referente ao objeto de pesquisa realizamos a etapa de análise destes dados segundo referencial teórico utilizado na dissertação, assumindo a teoria

de David Harvey (2014, 2015) de análise das cidades relacionadas com as questões do capital, apropriação dos meios de produção, relações trabalhistas, a dinâmica do comércio/setor terciário, emprego, mercado informal e vulnerabilidade dos colaboradores pesquisados.

De posse do material coletado em pesquisas e entrevistas realizadas com os colaboradores, trabalhamos variáveis tais como origem do vendedor informal, sexo, escolaridade, idade, estado civil, produto comercializado, tempo de permanência no espaço, como aconteceu o processo de ocupação do espaço, se existe alguma associação desta categoria, se há uma divisão familiar do trabalho e outros pontos.

Outros Caminhos Metodológicos da Pesquisa

Os passos iniciais relacionados à incursão do trabalho de campo aconteceram no início do ano de 2021 com o intuito de estabelecer as primeiras conexões com o universo da pesquisa e levantar os dados iniciais. Naquele momento, também passaram a ser realizadas consultas a órgãos públicos, sites, portais e levantamento de dados secundários, assim como a expedição dos ofícios.

Fomos estabelecendo, assim, uma teia de relações que nos aproximassem dos trabalhadores da economia formal e informal do centro comercial de Araguaína. Para mantermos a privacidade dos entrevistados, optamos por identificá-los ao longo deste trabalho a partir de produtos comercializados, e não pelos nomes.

Utilizando da oportunidade de ser cliente de uma das lojas de roupa presentes no centro nevrálgico da Cônego João Lima, o pesquisador estabeleceu, aos poucos, uma relação de amizade e confiança com as vendedoras, que o conectarem posteriormente com o primeiro vendedor informante a ser o ponto de partida da próxima teia de relações a ser construída.

É nesse fluxo que conhecemos o Sr. Água de Coco, vendedor na Avenida Cônego João Lima e cujo ponto fica na calçada da Câmara Municipal de Vereadores de Araguaína. O primeiro contato com o entrevistado acontece no dia 09 (nove) de fevereiro de 2021.

A justificativa da seleção dos participantes da pesquisa se assenta por conta da aproximação que foi sendo estabelecida entre o público pesquisado e a aceitação espontânea dos trabalhadores da economia informal em participar da aplicação do questionário da pesquisa qualitativa e observação participante do pesquisador. Não deixando de mencionar o primoroso trabalho de relacionamento feito pela vendedora de loja na Av. Cônego João Lima e a nossa relação construída com muito afeto e disponibilidade da sua parte, sempre me explicando como funciona a dinâmica diurna dos trabalhadores e frequentadores da principal “rua de comércio” da cidade.

Mergulhamos no universo do comércio, trabalho e das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas no centro de Araguaína, em um primeiro momento, como um exercício para a elaboração do artigo da disciplina em curso e, posteriormente, retornando a campo, em julho de 2021, para as entrevistas e aplicação do questionário. Foi uma semana caminhando pelas principais “ruas de comércio” da cidade embaixo de sol a pino em escutas atentas aos depoimentos de homens e mulheres que trabalham na economia informal.

Em uma das andanças pela cidade enquanto laboratório vivo das dinâmicas locais, destaco na Av. Prefeito João de Souza Lima a presença de comerciantes da economia informal que historicamente ocuparam esta avenida e que agora convivem com outra realidade: a da construção e implantação do prédio do Espaço Municipal de Comércio e Cultura Feirinha, antiga Feirinha da Cidade.

Os trabalhadores contemplados a ter um box no espaço passaram por um processo em 2017, após acordos judiciais, onde os “velhos barracos” da Feirinha foram demolidos e, a partir deste novo momento, o governo municipal vendeu a proposta de um recomeço a esses sujeitos invisibilizados no espaço urbano. O marketing se pauta no resgate à tradição com links à Nova Feirinha com instalações modernas, conforto e segurança. A obra foi construída com recursos do Tesouro Municipal e Governo Federal.

No dia 11 de fevereiro de 2021 fiz uma visita à Prefeitura Municipal de Araguaína na tentativa de coletar as primeiras informações para a pesquisa referentes ao universo de estudo: os vendedores da economia informal do município, mais precisamente aqueles fixos e presentes no cenário urbano das principais avenidas.

Na oportunidade, comecei as investigações pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente por conta da construção do novo prédio da antiga “Feirinha”, localizada na Av. Prefeito João de Souza Lima com a Via Filadélfia. Uma vez na Secretaria, fui recebido pela servidora Helena Dias Fernandes, que fez as primeiras explanações sobre o processo de abertura da nova feirinha e as orientações de quais secretarias do município tinham relações políticas com os trabalhadores da economia informal da cidade.

O novo prédio da “Feirinha” - Espaço Municipal de Comércio e Cultura Feirinha foi inaugurado no dia 11 de dezembro de 2020. A princípio, quem vai utilizar o espaço enquanto trabalhadores com acesso aos boxes são sujeitos que já residiam no espaço da antiga “Feirinha” e que possuem ação ou acordo judicial com a prefeitura.

A partir da conversa com Helena Dias Fernandes, fui consultar outros órgãos na cidade tais como: Vigilância Sanitária (aspectos relacionados à manipulação de alimentos por alguns dos vendedores), IBGE, Sistema Nacional de Emprego (Sine), SEBRAE Regional Araguaína e

Fundação de Atividade Municipal Comunitária de Araguaína (Funanc) – órgão que fica dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação [onde fui atendido por Joana] e cujo prédio fica onde era a antiga Universidade Federal do Tocantins (UFT), na Avenida Primeiro de Janeiro, no Bairro São João. A Funanc é gestora dos espaços públicos da cidade.

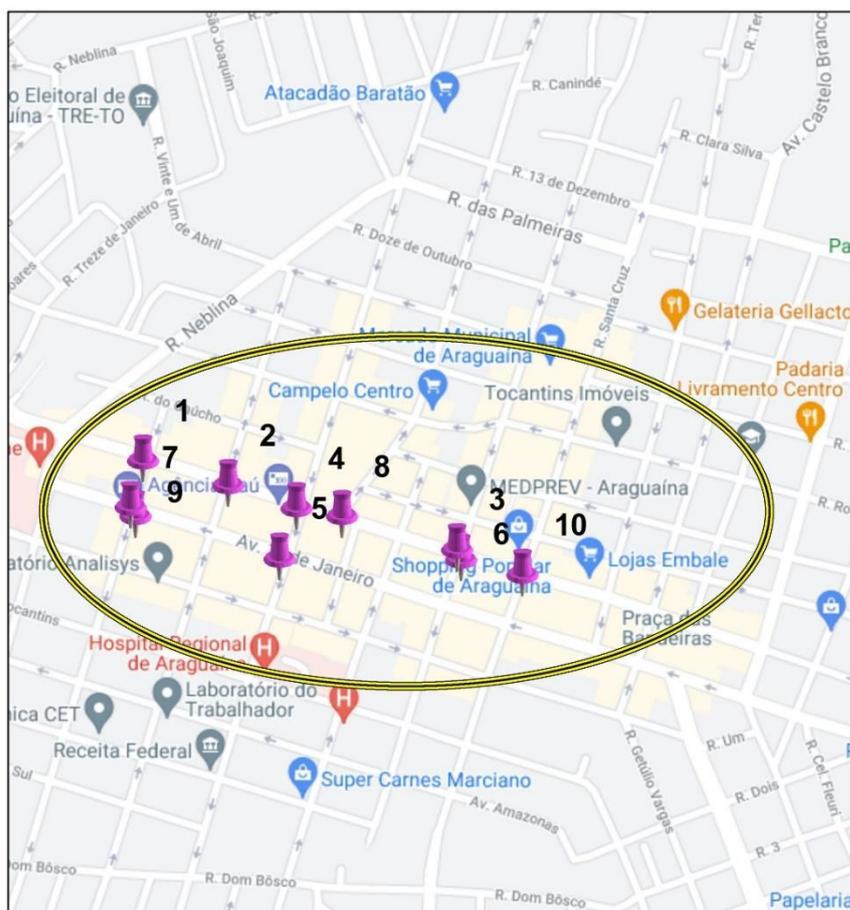
Outras informações coletei no site da Prefeitura de Araguaína, como as legislações sobre as feiras livres e comércio de rua. A Secretaria Municipal de Cultura, que está no mesmo prédio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), também realiza um trabalho com os vendedores da economia informal da cidade. Na oportunidade, fui informado que em situações como feiras agropecuárias, Dia de Finados nos cemitérios, portas de shows particulares, entre outras, é de responsabilidade da Secretaria de Cultura a organização dos trabalhadores da economia informal. A secretaria possui um cadastro com os dados referentes a esses vendedores, porém, não obtivemos êxito com os diálogos tanto com a Funanc, quanto com a Secult.

Os caminhos da pesquisa também me levaram à unidade do SEBRAE da Microrregião de Araguaína. Na instituição, o posicionamento com relação à categoria é do trabalho realizado pelo SEBRAE nacionalmente com os cidadãos da economia informal no sentido de orientá-los e direcioná-los ao Microempreendedor Empreendedor Individual (MEI). De acordo com o Sr. Eletrônicos, presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína, que são os trabalhadores do mercado informal presentes no centro da cidade, dos 43 (quarenta e três) associados, a maioria é cadastrada como MEI e, na medida do possível, participa das atividades propostas pelo SEBRAE local e efetua o pagamento da taxa do INSS referente à seguridade social.

A segunda etapa de campo aconteceu no mês de julho, período considerado de grande movimento comercial por conta do Verão Amazônico e da venda de produtos e utensílios para os acampamentos e praias no rio Araguaia. É em meio às altas temperaturas que as entrevistas e aplicação dos questionários são efetuadas pelo pesquisador com dez (10) participantes e dentro de uma variedade de sujeitos no que concerne às questões gênero, faixa etária, escolaridade, cidade de origem (migração), tipo de produto comercializado, localização nos espaços públicos e atuação política por participar ou não da associação representativa dos vendedores da economia informal de Araguaína.

Mediante o exposto, apresentamos a seguir um mapa de localização de cada um dos 10 participantes da pesquisa, onde pode se ter uma leitura cartográfica do Ponto de Venda (PDV) de cada comerciante entrevistado e área (raio) de atuação da pesquisa.

Mapa 02 – Mapa de Localização de Trabalho.



Mapa de Localização de Trabalho

**Ocupação do Espaço Público
Araguaína- TO**

Legenda



Localização de Trabalho

□ Cidade Urbanizadas - Araguaína



275 137,5 0 275 Metros

Entrevistados

Nome

- 1 - Eletrônicos
- 2 - Variedades
- 3 - Roupas
- 4 - Miho Assado
- 5 - Pastel
- 6 - Variedades e Eletrônicos
- 7 - Churrasco Grego
- 8 - Água de Coco
- 9 - Eletrônicos e Roupas
- 10 - Calçados

Fonte: Elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

Como estão estruturados os vendedores informais pesquisados

Sistematização das 10 (dez) entrevistas realizadas em pesquisa de campo pelo pesquisador com aplicação de questionário aberto semiestruturado com objetivo de coletar informações para análise e contribuição da dissertação de mestrado sobre os vendedores da economia informal da cidade de Araguaína, região norte do estado do Tocantins. Aspectos relacionados ao trabalho/renda nas ruas, calçadas e esquinas ou sobre as vulnerabilidades acometidas a esta classe de trabalhadores e as precarizações atuais.

Tabela 01: Informações sociais dos entrevistados da dissertação

Identificação	E. Civil	Idade	Escolaridade	Endereço	Cidade Origem	Estado
Eletrônicos	União Estável	51 anos	Fundamental Incompleto	Rua 05, nº 207 – St. Dom Orione.	Moju	PA
Variedades	Casado	47 anos	Fundamental Completo	Chácara Água Limpa – Km 26 – Wanderlândia	Mauriti	CE
Roupas	Solteiro	39 anos	Fundamental Incompleto	Rua Zambia S/Nº Qd. 154, LT09 – Setor Lago Azul	Arame	MA
Milho Assado	Solteira	38 anos	Superior Incompleto	Rua das Macaúbas, Qd. 18, Lote 16 – St. Araguaína Sul	Goiânia	GO
Pastel	União Estável	47 anos	Fundamental Incompleto	Rua Cabo Verde S/Nº - Lago Azul 04	Muricilândia	TO
Variedade e Eletrônicos	Casado	59 anos	Primário Incompleto	Rua 02, Nº 1592 – Setor Vila Norte	São Luís dos Montes Belos	GO
Churrasco Grego	Casado	38 anos	Médio Completo	Rua B – Setor Ana Maria	Imperatriz	MA
Água de Coco	Divorciado	62 anos	Médio Completo	Av. Carajás, Qd. 01, Lote 07 – St. Jardim Deus É Fiel	Tuntum	MA
Eletrônicos e Roupas	Solteiro	30 anos	Superior Completo	Rua 12, Qd. 07, Lt. 15 – Setor Coimbra	Araguaína	TO
Calçados	Casada	35 anos	Superior Completo	Rua 25, S/Nº - Setor Lago Azul	Alto Parnaíba	MA

Fonte: Dados do trabalho de campo e elaborado pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Tabela 02: Informações sociais, trabalho e familiar dos entrevistados da dissertação

Identificação	Produto Comercializado	Ponto Fixo ou Volante	Filhos	Quantos Filhos	Raça	Participa de Alguma Associação	Nome da Associação
Eletrônicos	Eletrônicos – Artigos de Cozinha	Fixo	Sim	03 Filhos	Pardo	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína
Variedades	Variedades – eletrônicos	Fixo	Sim	02 Filhos	Negro	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína
Roupas	Variedades – eletrônicos e roupas	Fixo	Não	00 Filhos	Negro	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína
Milho Assado	Milho Assado e Pastel – Alimentos	Fixo	Sim	02 Filhos	Parda	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína
Pastel	Pastel e Bolo Frito – Alimentos	Fixo	Sim	03 Filhos	Negro	Não	Sem atuação política em movimentos
Variedade e Eletrônicos	Variedades – eletrônicos e roupas	Fixo	Sim	04 Filhos	Branco	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína
Churrasco Grego	Churrasco Grego – Alimentos	Móvel	Sim	01 Filho	Negro	Não	Sem atuação política em movimentos
Água de Coco	Água de Coco – Bebidas	Fixo	Sim	02 Filhos	Pardo	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína
Eletrônicos e Roupas	Variedades – eletrônicos e roupas	Móvel	Sim	01 Filho	Pardo	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína
Calçados	Variedades – eletrônicos, roupas e calçados	Fixo	Sim	01 Filho	Negra	Sim	Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína

Fonte: Dados do trabalho de campo e elaborado pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Tabela 03: Informações sobre benefícios sociais e fonte de renda

Identificação	Recebeu Benefício da Pref. Na Pandemia Covid19	Recebeu Auxílio Emergencial Gov. Federal	Possui outra fonte de renda mantenedora
Eletrônicos	Sim	Sim	Não
Variedades	Sim	Sim	Não
Roupas	Sim	Sim	Não
Milho Assado	Sim	Sim	Não
Pastel	Sim	Não	Não
Variedade e Eletrônicos	Sim	Sim	Não
Churrasco Grego	Sim	Sim	Não
Água de Coco	Sim	Sim	Não
Eletrônicos e Roupas	Sim	Sim	Não
Calçados	Sim	Não	Não

Fonte: Dados do trabalho de campo e elaborado pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Tabela 04: Informações sobre formas de pagamento/vendas no PDV

Identificação	Pix	Cartão Crédito	Cartão Débito	A Vista	Fiado	Transferência	Possui Rede Social	Tipo de Mídia Utilizada
Eletrônicos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	WhatsApp	Cartão de Visita
Variedades	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Plotagem
Roupas	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Nenhuma
Milho Assado	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	WhatsApp	Nenhuma
Pastel	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Variedade e Eletrônicos	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Churrasco Grego	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	WhatsApp e Tõ No Lucro App	Plotagem no carrinho e uniforme
Água de Coco	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Eletrônicos e Roupas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	WhatsApp	Banner
Calçados	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	WhatsApp	Cartão da Loja

Fonte: Dados do trabalho de campo e elaborado pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Foram identificados 43 participantes da Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína. Desse total, temos a participação de 07 mulheres, perfazendo um percentual de 16,2% de participação de gênero na associação dos trabalhadores da economia informal na cidade, e um quantitativo de 36 homens, majoritariamente a força masculina na organização política dos vendedores de ruas de Araguaína, o que representa 83,8% da atuação na associação atualmente.

Chama a atenção o panorama da maioria da força trabalhadora ser do sexo masculino, o que foi perceptível no trabalho de campo, ou seja, nas incursões pelas “ruas do comércio” da cidade e pelos dados coletados junto aos atores políticos que estão à frente da associação enquanto movimento organizado que luta pela categoria.

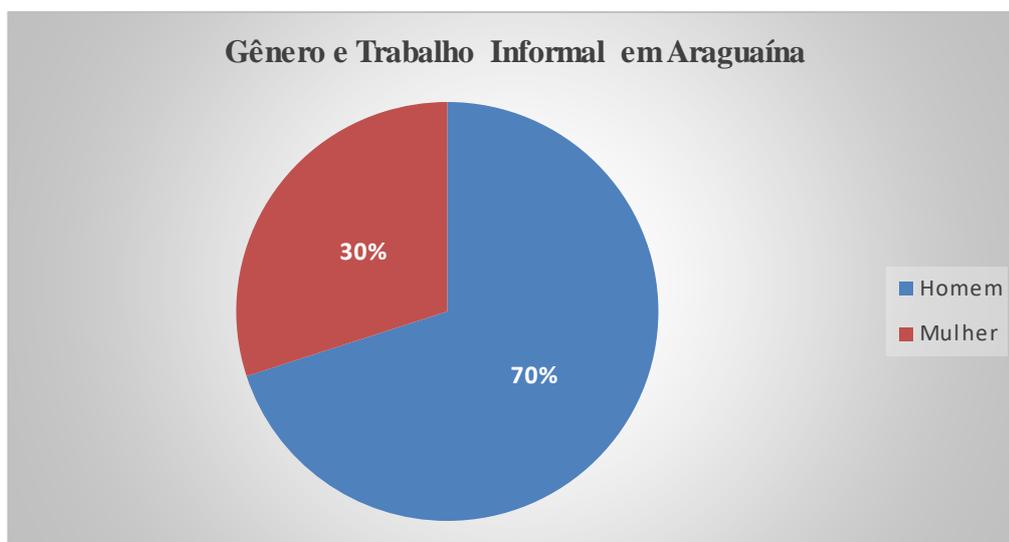
Na esteira do debate ficam algumas reflexões a serem tomadas como nota quando se analisa a questão dos vendedores da economia informal do município que estão ocupando as principais “ruas de comércio” da cidade.

Primeiramente, a ser considerada a questão de gênero, ou mais especificamente o trabalho feminino nas ruas, as mulheres estão na venda do milho, pastel, salgados, calçados, vestuários, sempre em atividades femininas em nossa sociedade.

O segundo ponto a se refletir é sobre a acentuada precarização do trabalho feminino dentro do contexto da vulnerabilidade do trabalho na atualidade, concentrando-se as mulheres em outras categorias de trabalho informal que não passem pelas atividades de vendedores informais nas ruas, ou seja, a ocupar a submissão à ordem do mercado de outras formas, tais como as funções de diaristas, faxineiras, babás, manicures, cabeleireiras autônomas, vendedoras de porta a porta, entre outras.

Por fim, coloca-se a fragilidade da representatividade da força feminina dentro das atuações políticas dos movimentos, a observar como título de exemplo a associação tida como ponto de análise da dissertação em curso. O labor nas ruas sob as adversidades do tempo e das vulnerabilidades dos centros comerciais requer e se relaciona com aspectos da ordem da força e do esforço físico exaustivo. O gráfico a seguir nos mostra uma leitura significativa da relação de gênero dentro do universo do vendedor informal de rua em Araguaína.

Gráfico 01: *Relação de gênero entre os entrevistados da pesquisa*



Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

A respectiva leitura dentro do universo amostral da pesquisa é de que 70% da força de trabalho autônoma, informal e presente no comércio de rua da cidade de Araguaína é constituída por homens, ao passo que 30% é formada pelas mulheres. Já com relação à escolaridade dos entrevistados, constata-se que 50% dos trabalhadores da economia informal possuem a educação básica como grau de instrução, ou melhor, compreendendo as fases do ensino primário, fundamental incompleto e completo.

No indicador escolaridade (**Gráfico 02**), chama atenção o percentual de 30% quando são somadas as pessoas com nível superior completo ou em formação, o que denota que o trabalho na rua está diretamente relacionado à precarização das novas relações de trabalho e falta de oportunidades, como citado por muitos entrevistados, além de outras vulnerabilidades do campo do emprego e renda na cidade.

Gráfico 02: *Escolaridade entre os entrevistados da pesquisa – vendedores da economia informal de Araguaína*

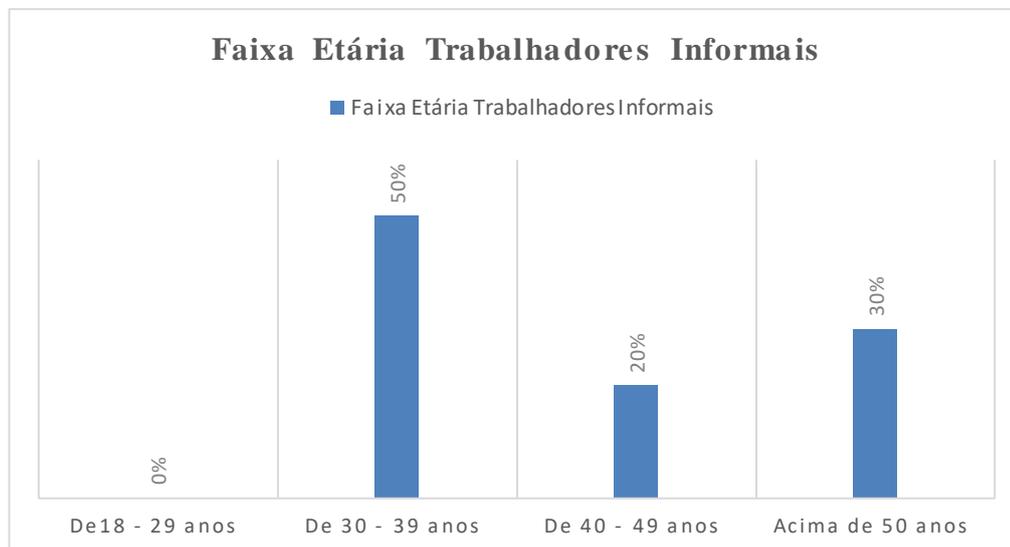


Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Já no indicador faixa etária dos vendedores da economia informal de Araguaína, no universo que foi aplicado o questionário da pesquisa (**Gráfico 03**), podemos inferir para a caracterização dos sujeitos da pesquisa que 50% dos vendedores informais estão na faixa etária de 30 a 39 anos, ou seja, fase adulta, em plena força ativa produtiva. Em outro lado, o número de 20% de vendedores informais com idade entre 40 a 49 anos e 30% com idade acima de 50 anos nos sinaliza informações de uma população que se endereça ao mercado informal, uma vez que não se tem mais oportunidades de emprego formal. A fala do Sr. Variedades é bem emblemática nesse sentido: “[...] é pela idade que eu já tenho, já tô com quarenta e sete ano, e outro porque a falta de emprego, aqui a falta de emprego é grande, então eu tenho outras profissões, só que pra mim é mais viável trabalhar neste ramo que eu tô hoje” (Variedades, 2021).

Referente aos produtos que estes vendedores informais comercializam nas “ruas de comércio” de Araguaína do universo pesquisado, apenas 40% dos entrevistados trabalham com alimentos, bebidas e comidas, como milho verde, água de coco, pastel e churrasquinho. Desse segmento, o gênero feminino acaba sobressaindo mais. A cultura patriarcal se reforça nos dados encontrados na pesquisa, saindo do âmbito doméstico e direcionando-se para o âmbito da vida pública. Denota a expressiva presença (60%) da venda de produtos eletrônicos, roupas e sapatos. Uma reprodução da comercialização de mercadorias/capital por meio dos vendedores informais e desassistidos de leis trabalhistas e seguridade (**Gráfico 04**).

Gráfico 03: *Faixa etária dos vendedores da economia informal, comércio de rua de Araguaína.*



Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Gráfico 04: *Produto comercializado pelos vendedores da economia informal, comércio de rua de Araguaína*

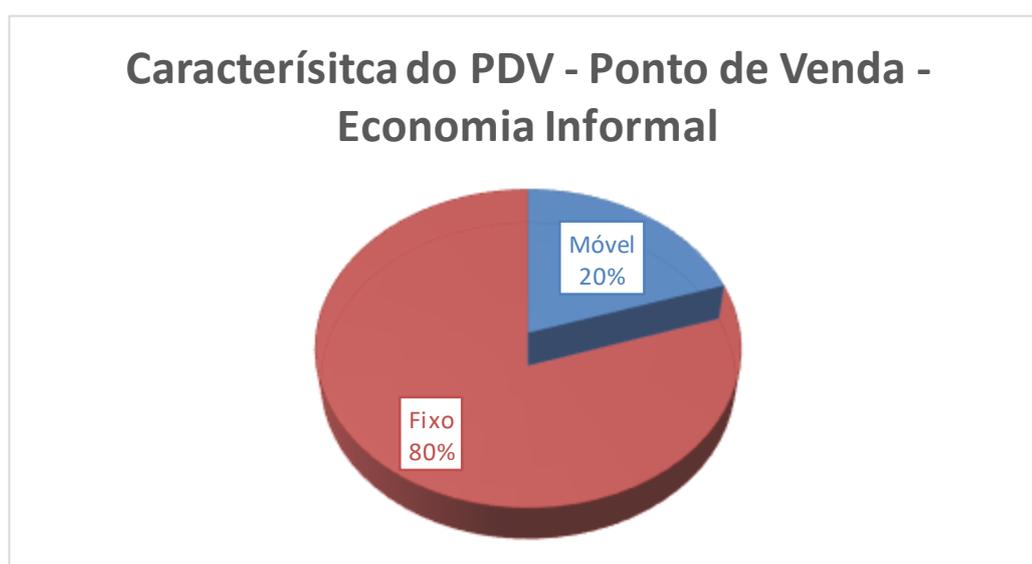


Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

O perfil desse segmento laboral, para melhor dimensionarmos as suas dinâmicas em Araguaína, cidade destaque na região norte do estado do Tocantins, nos aponta que do grupo em estudo 80% possuem o PDV e 20% transitam de uma forma ou outra por lugares diferentes com certa mobilidade.

A fixação dos PDVs ao longo da Cônego João Lima é uma política de caráter municipal que denota da gestão de Valeres Castelo Branco, na voz da Sr^a Milho Verde: “[...] na época que abriu o Shopping Popular era outra gestão, né, era a Valderez Castelo Branco. Então, ela colocou, fez uma [...] alugou um ponto comercial e pois as pessoas que tavam na calçada, porque os vendedores ambulantes são antigos aqui na cidade, desde que eu cheguei aqui que eu comecei trabalhar na rua já existia essa questão de vendedor ambulante ocupando os lugares públicos, então quando a Valderez entrou ela criou essa shopping, tirou muitas pessoas da rua e colocou lá, nem todo mundo se adequo nessa, nessa que ela fez [...]”

Gráfico 05: Característica do ponto de venda, móvel ou fixo

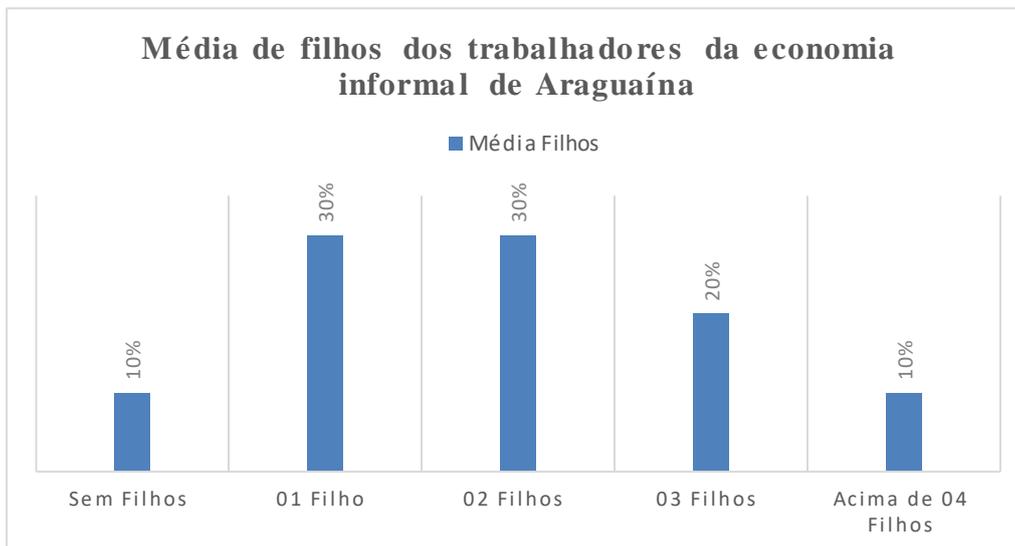


Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Me interessou investigar também a média de filhos de cada um dos vendedores informais entrevistados, dado este apresentado no **Gráfico 06** com 90% dos entrevistados com filhos e 60% com mais de dois filhos, requerendo que estes trabalhadores tenham trabalho, mesmo que em condições de trabalho informal e nas ruas. Outro indicador investigado foi as informações referentes ao grau de participação política em alguma associação, partido político ou movimentos sociais, **Gráfico 07**. Desse universo, 80% dos entrevistados participação da Associação dos Vendedores Ambulantes da Cidade de Araguaína e 40% não tem nenhum vínculo com a instituição. Esse item será recorrente no momento do Capítulo 04 em que análise

de forma mais profunda os vendedores informais pesquisados.

Gráfico 06: Média de filhos entre os vendedores da economia informal de Araguaína



Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor. (Jairon Gomes, 2021)

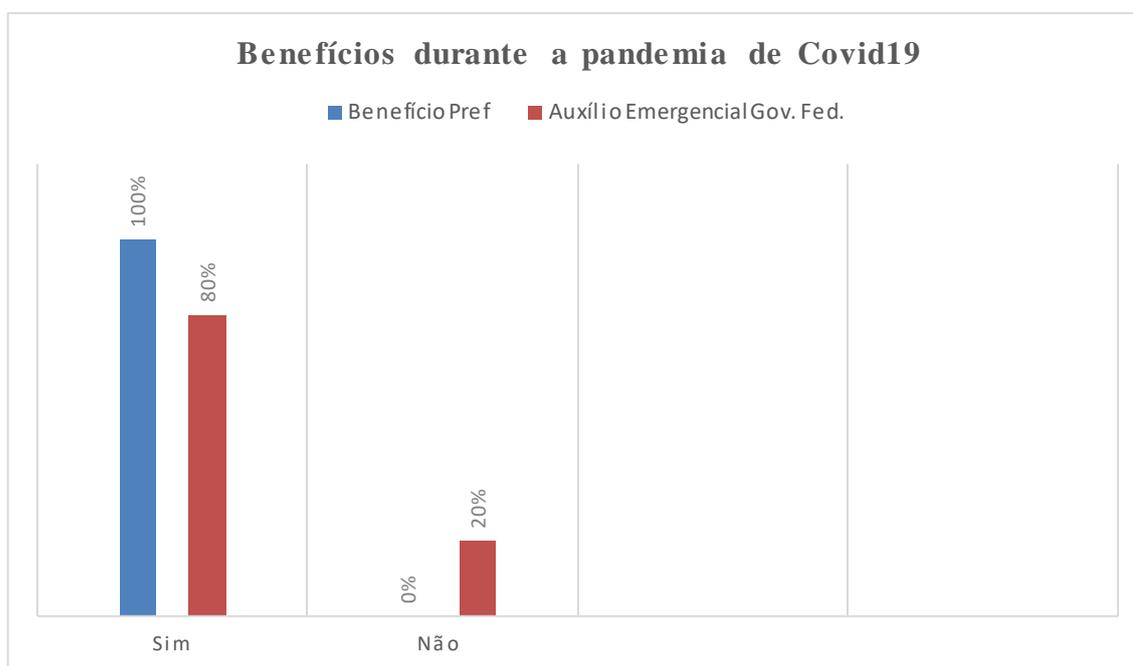
Gráfico 07: Participação dos entrevistados em associação ou organização política



Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

Mediante estarmos em um contexto pandêmico de Covid-19, apurei dados sobre o recebimento de benefícios ao longo do período crítico da pandemia, tanto de origem da gestão municipal como federal, **Gráfico 08**.

Gráfico 08: *Recebimento do benefício da Prefeitura Municipal de Araguaína na pandemia de Covid-19 e Auxílio Emergencial do Governo Federal*

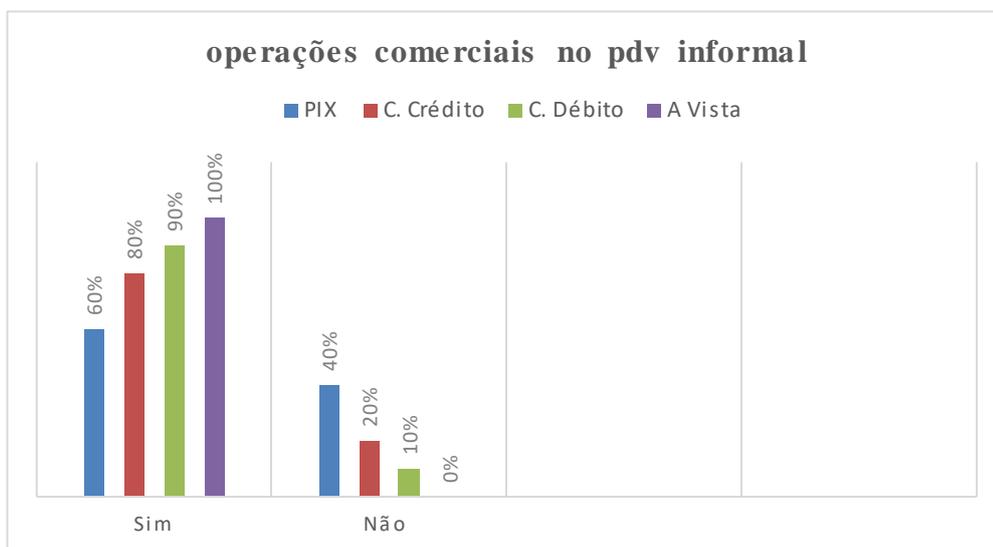


Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor (Jairon Gomes, 2021)

As operações, transações comerciais e estratégias de vendas também foram investigadas na hora da aplicação do questionário e estão presentes na leitura dos **Gráficos 09 e 10**. O Pix, uma transação extremamente eletrônica, já é uma realidade entre os vendedores da economia informal da cidade de Araguaína, ao passo que o uso do *WhatsApp*, como ferramenta de comunicação e de estratégia de vendas, vem crescendo em seu uso entre os vendedores informais. O *smartphone* é uma ferramenta de vendas e também de entretenimento ao longo do exaustivo dia de trabalho e fonte de informações e contato direto com os familiares. A reprodução do capital vai se estruturando aos poucos as dinâmicas da economia inferior Santos (2018).

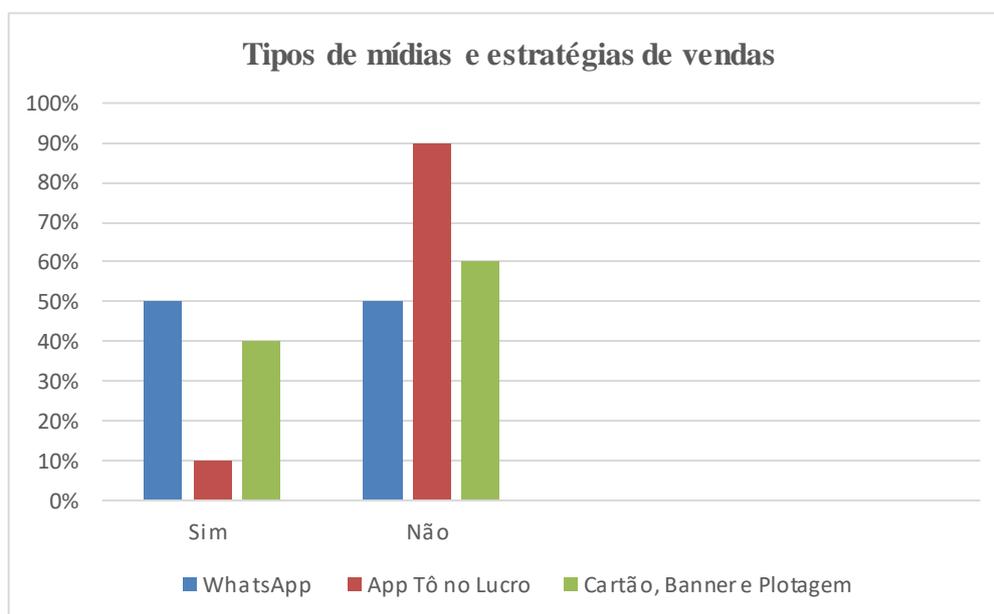
Para Santos (2018) a economia inferior na sociedade capitalista atual são as práticas comerciais que não estão estruturadas dentro da formalidade do mercado, ou seja, todo sistema produtivo que foge a formalidade, neste caso a saber, os trabalhadores informais das principais ruas da cidade de Araguaína.

Gráfico 09: *Transações comerciais e vendas de produtos no circuito da economia inferior em Araguaína*



Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor. (Jairon Gomes, 2021)

Gráfico 10: *Tipos de mídias e estratégias comerciais de vendas*



Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor. (Jairon Gomes, 2021)

1 – ARAGUAÍNA E A FORMAÇÃO DAS CIDADES NA AMAZÔNIA LEGAL

A cidade se encontra prostituída
 Por aqueles que a usaram em busca de saída
 Ilusora de pessoas de outros lugares
 A cidade e sua fama vai além dos mares
 No meio da esperteza internacional
 A cidade até que não está tão mal
 E a situação sempre mais ou menos
 Sempre uns com mais e outros com menos
 (Composição: Chico Science / Nação Zumbi)

Neste capítulo, traçamos uma revisão dos estudos que se relacionam com a pesquisa no sentido de tentar compreender e construir uma narrativa linear de contextualização da formação das cidades médias na região Norte e no contexto amazônico, mais especificamente ao espaço urbano de Araguaína. A discussão aqui apresentada tem como objetivo sedimentar o debate a respeito da construção das cidades, urbanização e suas interfaces com os aspectos históricos, políticos e sociais da formação da cidade pesquisada nas dinâmicas do estado do Tocantins.

Iniciamos esta discussão tomando o recorte da formação das cidades e da construção do espaço público por meio das contribuições do geógrafo e teórico britânico David Harvey (2014) quando este aponta que o sistema capitalista utilizou da urbanização para a sua implantação enquanto sistema produtivo e desenvolvimento a nível global.

Isso se deu a partir de uma relação de absorção do excedente de produção industrial e a urbanização. É na formação e consolidação das cidades que todos os estruturantes do sistema capitalista se asseguram para ganhar contornos mundiais e é com elas que elementos como divisão do trabalho, forças produtivas, relações de produção e materialismo histórico estão diretamente relacionados, conceitos e categorias sistematizados por Marx (1818-1883) em obras como ‘A ideologia Alemã’, ‘O Capital’, ‘A Sagrada Família’ e ‘Manuscritos Econômicos-filosóficos’.

O filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefebvre (2001) destaca que a revolução industrial (1760-1840) traz consigo uma nova dinâmica para os povoados, vilarejos e, conseqüentemente, para a zona rural de todos os países que adotaram o maquinismo como forma de produção. Assim, surge uma nova forma de divisão social do trabalho, relações de produção e forças produtivas baseadas primeiramente na acumulação primitiva e depois na especialização desse modo de produção.

Para Lefebvre (2001), a revolução industrial que acontece após o período feudalista transformou os homens em operários, assumindo o papel de máquinas de produção e desprendendo-os dos seus laços sanguíneos, familiares e relacionados às questões da natureza. Houve uma transformação das relações entre os homens e destes com o espaço natural e,

segundo o autor, houve a concentração da população em torno das cidades impulsionada pela formação do capital e disponibilidade dessa mão de obra a ser explorada pelos detentores dos meios de produção.

Na formação das cidades há uma forte concentração de bens e a modificação e consolidação de novos costumes, criando assim condições de vida próprias desta nova forma de produção e de um sistema em via de consolidação: o capitalismo.

Nesse período temos uma reconfiguração das classes sociais diante das modificações oriundas do novo modo de produção, nascendo a burguesia enquanto detentora dos meios de produção e possuidora do capital nos centros urbanos.

Em contraposição à classe burguesa temos a classe operária, ou seja, os homens e mulheres que não detinham os meios de produção, mas a força de trabalho. O avolumar dessa população na formação das cidades tem várias funcionalidades além de servir de mão de obra disponível ao mercado, como, por exemplo, servir enquanto exército de reserva.

A partir disso, o espaço urbano é alterado, com forte concentração de pessoas, êxodo rural intensificado e a consolidação da atividade secundária em detrimento das atividades primárias, que já não dominam o centro das negociações.

Esse novo espaço urbano contém em si o caos e a desordem, que, conforme Lefebvre (2001), são discutidos por Marx e Engels no âmbito da Inglaterra. Os conflitos presenciados nos espaços públicos e nas habitações levam os dois teóricos a mencionarem primeiramente o conceito de urbanismo em suas análises socioeconômicas desta sociedade em transformação.

A mesma violência oriunda deste sistema produtivo e presente na formação das primeiras cidades pós-revolução industrial é mencionada por Harvey (2014) como algo necessário para a construção do novo mundo urbano. Para ele, a urbanização veio para absorver o excedente de capitais e tem executado este processo em escala planetária de forma exitosa, juntamente com a exclusão das classes que não detém o poder do capital.

É sob essa perspectiva da cidade para o capital que traçamos as observações da pesquisa para entender a formação urbana na Amazônia e em Araguaína, no estado do Tocantins.

Lefebvre (2001) lembra que o feudalismo aos poucos foi sendo substituído pelo capitalismo enquanto sistema e paulatinamente houve o surgimento da propriedade, da troca e da inserção do dinheiro enquanto materialização das trocas comerciais que são estabelecidas nas cidades e entre cidades.

O nascimento da propriedade é algo que demarca bem este momento de transformações, além da nova divisão social do trabalho e das transformações que fazem deste trabalho cada vez mais alienante e presente no espaço urbano. O salário é outra materialização do novo sistema produtivo. Para entender a entrada da cidade no pensamento marxista é fundamental

que se compreenda a divisão do trabalho e outros aspectos relacionados à produção de mercadorias e bens e serviços, como a existência da mais-valia:

A taxa de mais-valia (relação entre os lucros e os salários) tem mais importância que a taxa de lucro, durante esse mesmo período. Ao longo desse processo, a cidade desempenha um papel imenso, ao mesmo tempo subordinado ao capital das forças produtivas existentes, como lugar de acumulação do capital, da extensão dos mercados, da formação da taxa média de lucro e enfim das intervenções políticas. Ao fim do processo, tudo se apresenta como força produtiva do capital e não mais do trabalho. (LEFEBVRE, p.108, 2001)

As cidades originaram os proletariados, assim como os burgueses, e, conseqüentemente, os conflitos sociais. Não havia e nunca houve trabalho/emprego disponível para todos e, portanto, passou a surgir no cenário das cidades a existência de uma massa sobrando de cidadãos. São trabalhadores excluídos do processo e círculo social cidadão.

Harvey (2014) demonstra que em um primeiro momento a industrialização ficou concentrada em regiões economicamente estratégicas do mundo – majoritariamente na Europa – para posteriormente ser difundida a outras partes do globo como forma de expansão do capital. O capitalismo, ao mesmo tempo em que forma as cidades, gera e amplifica os conflitos, e, assim, surgem cidades comerciais e industriais. A partir disso, a exploração do novo sistema vigente ganha outros territórios, passando-se à exploração das Américas e África.

Conseqüentemente começa a formação de novas cidades, mas estas já possuem outros formatos, o que analisaremos à luz dos postulados do geógrafo brasileiro Milton Santos (2018), que nos propõe a pensar e repensar a realidade em que nos encontramos.

Compreender a realidade das cidades do Brasil e as suas raízes históricas, identificando problemas sociais, econômicos e técnicos da urbanização acelerada, deve ocorrer longe de uma comparação extrema aos países desenvolvidos. As dinâmicas internas trazem peculiaridades inerentes da instalação e avanço do capital sob a égide de dependência de grandes potências econômicas globais. Para Santos (2018), categorias como tempo e espaço são essenciais para o entendimento desse contexto.

O autor detalha que a urbanização no terceiro mundo é marcada por forte presença do subemprego na nova configuração do trabalho e pela terceirização da economia em ascensão. Partindo de dados analíticos, o geógrafo interpreta o ritmo da urbanização nestes países por meio de uma cronologia de observações, estudando evolução, questões demográficas e processos socioeconômicos de uma urbanização desigual.

Neste mesmo contexto, Harvey (2014) infere que a urbanização:

[...] tem sido um meio fundamental para a absorção dos excedentes de capital e trabalho ao longo de toda a história do capitalismo. Tem função muito particular na dinâmica da acumulação do capital devido aos longos períodos de trabalho e

rotatividade e a longevidade da maior parte dos investimentos no ambiente construído. Também tem uma especificidade geográfica tal que a produção de espaço e dos monopólios espaciais tornam-se parte integrante da dinâmica da acumulação, não apenas em virtude da natureza dos padrões mutáveis do fluxo de mercadorias no espaço, mas em virtude da natureza mesma dos espaços e lugares criados e produzidos em que esses movimentos ocorrem. (HARVEY, p.92, 2014)

Porém, no caso dos países subdesenvolvidos, Santos (1998) pondera que a industrialização ocorre juntamente com a modernização desta mesma atividade. Ou seja, ao analisarmos a formação das cidades na Europa, mencionada anteriormente, e avaliarmos a formação das cidades no Brasil, fazemos a ressalva de que em território nacional a formação e (re)configuração destes espaços urbanos acontecem em um período em que o sistema capitalista já está altamente estruturado e o setor secundário altamente tecnológico.

Outros contextos e pontos de análise para entender essa urbanização nos países colonizados são as relações entre a urbanização e industrialização e os fatores da evolução demográfica, que se apresentam de forma diferenciada nos países subdesenvolvidos e nos desenvolvidos. São indicadores, ainda, taxa de crescimento da população, redução da mortalidade, migrações do campo para a cidade, redução das fomes e epidemias, avanço da medicina, aumento da expectativa de vida e da natalidade e crescimento natural das populações.

Para Santos (2018),

[...] todas essas constatações permitem-nos explicar que as formas de crescimento urbano materializadas nos países industrializados foram opostas àquelas concretizadas nos países subdesenvolvidos. Para entender o crescimento demográfico urbano faz-se necessário levar em consideração tanto a importância do crescimento natural como êxodo rural. (SANTOS, 2018, p. 59 - 60)

Outras considerações com relação às estruturas socioeconômicas são elementares para compreender o fenômeno da urbanização no Brasil, como a estrutura da atividade urbana, o emprego e o consumo. As cidades dos países subdesenvolvidos estão diretamente relacionadas com atividades predominantemente artesanais, agrícolas e, em maioria, ao setor de comércio. A exportação da matéria-prima e a importação de produtos industrializados é a premissa da característica da economia de países em via de desenvolvimento. A indústria de alimentos é expressiva, a contar o exemplo agroexportador do Brasil. Muitas das cidades nacionais nasceram ou tiveram o ápice de desenvolvimento inseridas em um cenário em que a industrialização já se encontrava muito bem estruturada em uma urbanização industrial.

Atividades como transportes, comunicação e prestação de serviços vieram a participar da estruturação deste espaço urbano nacional. Já com relação ao setor secundário, há a presença de grandes indústrias concentradas em cidades estratégicas e convivendo paralelamente com pequenas empresas, ou seja, a introjeção do capital internacional no país em face a concorrência

acirrada com o capital nacional.

No quesito população ativa e emprego, Santos (1998) assevera que o volume da população ativa nos países subdesenvolvidos é relativamente menor do que a presente nos países desenvolvidos, com uma divisão sexual do trabalho injusta e fraca participação de jovens como empregados ativos na economia dos centros urbanos. Na constituição dessas novas cidades dos séculos XX e XXI o emprego já perdeu a importância no debate urbano, mesmo que ele seja preponderante no setor secundário.

A venda de serviços e bem imateriais e o setor terciário são uma constante em transformação nas novas cidades fora do eixo Europa. Quando o aspecto é referente ao emprego industrial, o que denota é que a maior proporção desses empregos está relacionada ao transporte, circulação, alimentação e necessidades básicas. Na conta do processo de urbanização está o número de empregos no setor público como fonte de renda para estas cidades e intervenções do estado na atividade econômica e política das cidades.

O subemprego que assola as cidades brasileiras e que nos interessa como objeto de investigação na pesquisa também é estudado por Santos (1998), que aponta as seguintes questões correlacionando-as com as estruturas de cada setor terciário da economia:

Por outro lado, o terciário urbano dos países subdesenvolvidos é, em geral, subprodutivo, principalmente o terciário chamado “primitivo”, o que apresenta repercussões negativas sobre a economia global da cidade. É verdade que um terciário assim “inchado” possui certo dinamismo nas condições da economia e da sociedade dos países do Terceiro Mundo no século XX. Além disso a modernização de alguns ramos do setor terciário contribui, em parte, para a eliminação de um grande número de empregos, lançando um número exagerado de pessoas nos ramos menos produtivos, isto é, no terciário primitivo. Assim, enquanto nos países desenvolvidos a pulverização se fazia tanto no setor secundário como no terciário, nos países subdesenvolvidos isso ocorria no terciário. (SANTOS, p. 83, 2018)

As novas cidades surgidas nos países subdesenvolvidos acabam por não terem uma relação mais profundas no espaço e no tempo em que estão inseridas por conta dessa forte dependência relacionada ao capital internacional. Santos (1998) reflete sobre esse processo de alienação da cidade da seguinte forma:

A não integração do território, impedindo a livre circulação dos elementos da economia (homens, bens, capitais) freia, por si só, o desenvolvimento. É por isso que se pode dizer que a cidade dos países subdesenvolvidos se lança à conquista do espaço a partir de duas verdadeiras alienações: a cidade mesma nasce para servir a interesses distantes e, por outro lado, sua zona de influência é, muitas vezes, um desses “espaços derivados”, cuja vida depende, em grande parte, de fatores externos. (SANTOS, 2018, p. 109)

A urbanização da Amazônia acompanha esse entendimento de Santos (2018) e entender essa relação entre o capital na região e as relações de trabalho oriundas desse sistema vigente e

consequentemente a formação dos seus espaços urbanos/“florestas urbanizadas” é o primeiro passo para adentrarmos no debate da cidade de Araguaína e suas relações econômicas dominantes e o contexto da economia informal vivida pelos vendedores ambulantes presentes no centro comercial da cidade mais importante da região norte do estado.

De acordo com Saint-Clair (2013), foi a geógrafa e pesquisadora Bertha Becker (1990) que primeiramente alçou a nomenclatura “floresta urbanizada” para se referir à importância do estudo das cidades e do espaço urbano na região Norte do Brasil, na tentativa de compreender os novos arranjos socioespaciais que começam a se formar após as décadas de 1960 e 70.

Se faz necessário nos apropriarmos desse conceito/metáfora utilizado pela geógrafa para analisarmos os cenários das cidades na Amazônia e aqui Araguaína representará uma pequena parte da multiplicidade da realidade da “floresta urbana” instalada na região Norte do país.

Saint-Clair (2013) afirma que a Amazônia, no contexto urbano e da sua ocupação, deve ser compreendida como diversa sob o prisma de vista do fenômeno urbano, ou seja, a existência de vários *fronts* diferentes na sua ocupação e expansão do capital nesta região do país. Entender a multiplicidade de *fronts* estabelecidos no processo de ocupação da Amazônia é o segundo passo a ser dado após nos apropriarmos do conceito metafórico de “floresta urbanizada”.

É no âmbito das políticas internacionais e no contexto da geopolítica e geoeconomia, a partir do aporte internacional, endividamento externo e políticas públicas de ocupação com incentivo do governo federal às empresas, que os vários espaços urbanos vão se formando nos múltiplos territórios da Amazônia. Posteriormente, essas mesmas empresas, ou grandes conglomerados, acabam por influenciar as políticas públicas de âmbito nacional, configurando-se assim o avanço do capital externo em solo brasileiro.

Para este avanço do capital financeiro nesta região do país se faz presente a função das cidades médias e as suas diversas relações, como Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA), indexadas desta forma pelo IBGE – Cidades e denominadas de capitais regionais C, fazendo parte da Amazônia Legal, segundo Pacífico Filho et al. (2020). O hibridismo é uma das características centrais das “cidades médias”.

Bertha Beck (1990) sinaliza que um desses “*fronts*” é a floresta urbanizada. A cidade assume um papel extremamente relevante nesse fluxo, juntamente com o sentido do urbano na fronteira de expansão do capital. Aqui, recorreremos novamente aos estudos de Harvey (2014) para concatenar as inferências de Becker (1990) sobre a Amazônia e trazeremos elementos de uma discussão internacional sobre a formação das cidades. Para Harvey (2014), os espaços urbanos nas sociedades capitalistas estão:

[...] cada vez mais fragmentados e com a presença de grandes conflitos nas relações entre os sujeitos sociais. O sistema Capitalista precisou das cidades para escoar o seu

excedente de produção e assumir um importante papel de consumo do excedente de produção por parte dos cidadãos que vivem no espaço urbano. Dessa forma, com o tempo, o crescimento das cidades acaba atrelado diretamente a fatores como o desenvolvimento do sistema capitalista vigente e a concentração de pessoas nas cidades a fim de consumirem os excedentes produzidos. (HARVEY, 2014)

As relações entre os diferentes atores sociais na cidade em uma perspectiva marxista da cidade para o capital postulada por David Harvey (2014) nos endereça a entender as redes de integração espacial que vão se formando na Amazônia, as relações capitalistas de produção aqui instaladas, espaços e economia de mercado que se solidificam e as relações trabalhistas asseguradas na força de trabalho que compõe esta “floresta urbana” oriunda também de uma política migratória e de uma população cada vez mais concentrada nas cidades, sendo ela de caráter móvel e polivalente.

Para Becker (1990), a fronteira econômica de ação do capital possui algumas finalidades, como a de ter uma dimensão política e geopolítica, articulando questões sociais, territoriais, de poder e controle político dos espaços ocupados. Todas essas relações estão diretamente relacionadas com o papel do estado no processo de ocupação da região Norte do Brasil e na construção dos espaços urbanos na Amazônia.

Ainda segundo Becker (1990), para o capital, a fronteira estrutura o território a partir do controle do estado pela ação do capital em um viés econômico. Nesse contexto, no espaço ocupado, novas estruturas econômicas, sociais e políticas vão se firmando.

São as relações capitalistas de produção que aos poucos vão alterando a organização socioespacial anterior dos territórios na Amazônia. A região Norte vai incorporando a economia de mercado em seus diversos espaços urbanos e a força de trabalho vai se modificando a partir do avanço do capital na região.

Dessa forma, para Becker (1990), a fronteira urbana na Amazônia está intimamente relacionada às fronteiras tecnológica e econômica. São redes de integração espacial, incluindo aí uma rede rodoviária, de telecomunicações, de cidades, de usinas hidrelétricas etc.

A economia de fronteira tem o viés tecnológico como ponta de lança para a expansão do modo de produção capitalista e encontra no cenário urbano a sua plataforma de sustentação dentro do espaço natural existente na Amazônia. Dessa forma, segundo Saint-Clair (2013), tendo como base os estudos de Becker (1990), há alguns pontos de análise referentes à estruturação destas fronteiras: a) as formas de apropriação e de configuração do espaço pelo capital; b) o impacto do modo de produção capitalista e suas formas recentes de reprodução nas organizações socioespaciais anteriores; c) as implicações do desenvolvimento desigual e combinado no interior do território nacional; d) o controle geopolítico por parte do estado; e) a alteridade, os embates e os conflitos sociais intensos.

Para Becker (1990), a expansão da fronteira econômica começa no espaço urbano e a

autora compreende que as cidades para os trabalhadores na Amazônia têm relações diretas com o capital, com as novas dinâmicas estabelecidas e com a reprodução do modo de produção vigente.

Esta realidade é presente nas dinâmicas da cidade de Araguaína, que teve a população inflada após a implantação de grandes projetos na região, como, por exemplo, a construção da rodovia Belém–Brasília (BR-153) e a chegada de grandes produtores agropecuários.

Na Amazônia as cidades médias assumem também o papel de serem pontos estratégicos em suas microrregiões, sediando instituições políticas públicas e privadas, e têm o papel, destacado por Becker (1990), de oferecerem oportunidades de emprego/renda, atuando como filtros de contenção de uma possível migração para o campo, ou seja, êxodo urbano. Não é de interesse do capital uma alta concentração da população na zona rural por uma série de fatores de ordem política e econômica já expostos anteriormente.

Esse padrão de urbanização não aconteceu de forma homogênea em todos os territórios da Amazônia, porém, é válido ressaltar que estas características acabam por se repetir no avanço do capital em algumas partes da região e se tornam características marcantes em várias cidades, principalmente nas que estão presentes na Amazônia Central e Oriental.

Saint-Clair (2013), novamente tomando como base os estudos de Becker (1990), desenha quadros esquemáticos classificando as cidades com referência à fronteira urbana e aos padrões de urbanização na Amazônia: a) urbanização espontânea; b) urbanização dirigida pela colonização oficial; c) urbanização dirigida pela colonização particular; d) urbanização dos grandes projetos; e) urbanização tradicional.

Quanto à tipologia das cidades, apresenta as cidades que conceitua como “cidades médias” e que apresentam elementos caracterizadores como condicionantes – economia, investimentos e importância –, classificadas em Rurópolis, Cidades de Tradição/Ribeirinha e Capitais Estaduais.

As rodovias na Amazônia, a partir da década de 1970, adquirem lugar estratégico no Plano de Desenvolvimento Federal e, por sua vez, acabam por influenciar na formação de Cidades Rodoviárias, ou seja, aquelas que surgem às margens das rodovias ou são impactadas por elas. Entre estas cidades, há três tipos com diferentes particularidades: a) Colonização Oficial; b) Colonização Particular; e c) Espontâneas.

Para Becker (1990), as Cidades de Colonização Oficial foram:

[...] originadas em decorrência da ação direta do Estado, por meio do INCRA, que definiu uma espécie de urbanismo rural, concebendo uma hierarquia de cidades – agrovilas, agrópolis e rurópolis – voltadas para a colonização agrária às margens das rodovias. Para essas cidades foi estimulada a vinda de pequenos produtores migrantes, especialmente nordestinos, aos quais se somaram outros agentes, como funcionários públicos, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas e fazendeiros (TRINDADE

JR, p. 102, 2013 *apud* BECKER, PÁGINA, 1990c)”.

É o caso de Araguaína, cujos impactos oriundos do avanço do capital na região norte do antigo estado do Goiás alteraram a dinâmica da cidade e, conseqüentemente, as relações de trabalho, consolidando a hegemonia de um capital local que está atrelada às diretrizes de uma política financeira externa.

Aos poucos, o cenário urbano de Araguaína foi sendo alterado em uma prática de negação aos valores tradicionais, difusão de novas atividades e formas de exploração econômica e de um negacionismo relacionado às questões ambientais, focada em uma produção agroexportadora de exploração dos recursos naturais com forte aporte da fronteira tecnológica.

Dentro desse dinamismo trazemos alguns dados referentes às três “cidades médias” tomadas como exemplo nessa construção argumentativa da formação do urbano na região da Amazônia Oriental, fontes presentes nos estudos de Pacífico Filho et. al. (2020) e que corroboram com as mudanças ocorridas na região nos últimos anos:

Observam-se os seguintes contingentes populacionais estimados para o ano de 2020 para cada uma delas de acordo com o IBGE: Marabá, 283.542 habitantes, Imperatriz, 259.337 habitantes, e Araguaína, 183.381 habitantes. Desde o ano de 2010, a cidade de Araguaína cresceu 21,86%, enquanto o estado do Tocantins 14,94%; a cidade de Marabá, 21,34%, ficando à frente do Pará com índice de 14,63%; ambas acima da média nacional de crescimento demográfico, que é de 11,00%. As duas cidades alavancaram crescimento demográfico acima da média de seus estados e do Brasil, demonstrando capacidade de atratividade e se configurando como polo migratório para a busca de melhores condições de vida. (PACÍFICO FILHO, p. 1488, 2020)

Com a alternância das relações capitalistas de produção tivemos a alterações das relações trabalhistas e da força de trabalho presente na região, em específico na cidade tida como espaço geográfico de estudo. Compreender essas dinâmicas de caráter global com interfaces na realidade local é fundamental para entendermos a realidade da economia informal e as relações precarizadas de trabalho em Araguaína atualmente.

1.1 Aspectos Socioeconômicos de Araguaína

Araguaína, cidade hospitaleira
Bela e pujante que nos apraz
No Tocantins és flamejante estrela
Bendita sempre sejas
(Composição: Raimundo Almeida Magalhães)

Para discutirmos os aspectos socioeconômicos da cidade de Araguaína partimos do debate proposto por Oliveira (2015) a respeito do desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins, após ser desmembrado do antigo estado do Goiás.

Para se compreender o processo de desenvolvimento regional na formação do novo

estado da federação deve-se ter como base a compreensão de sua historicidade no sentido mais amplo do assunto.

A separação entre as regiões do sul e norte do antigo estado do Goiás é uma luta travada desde o período colonial, segundo Oliveira (2015). Rumores e movimentos de cunho separatista se desdobraram ao longo do tempo até a materialização na Assembleia Constituinte, no ano de 1988, onde o artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal levou à criação do Estado do Tocantins, sendo assim, o mais novo estado a integrar o desenho geográfico da Amazônia Legal, como aponta Oliveira (2015).

No dia 5 de outubro daquele ano o estado do Tocantins foi criado com oito microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional, segundo critérios de divisão do IBGE.

A cidade de Araguaína está localizada na microrregião de Araguaína, na região norte do estado e entre os rios Lontra e Andorinhas. Os rios Araguaia e Tocantins, por terem proximidade com o município, durante anos exerceram influência na história da cidade, justamente pela proximidade com os estados do Pará e Maranhão.

Andrade (2019) remonta às primeiras ocupações do território por indígenas da etnia Carajás como sendo os primários habitantes da região, datando em 1876, e que tinham o cultivo de cereais para a subsistência como atividade econômica principal.

Em 1949, o antigo povoado Lontra é integrado ao município de Filadélfia, que tem a sua denominação alterada para Povoado Araguaína, em alusão ao rio Araguaia. Na sequência dos acontecimentos históricos que levaram à emancipação do povoado, Andrade (2019) assevera que os próximos passos foram a Lei Municipal nº 86, de 30 de setembro de 1953, transformando o povoado em distrito, e posteriormente, em 1958, a implantação de Araguaína enquanto cidade emancipada e com território próprio a partir da Lei Estadual nº 2.125, de 14 de novembro. Antes disso, contudo, o território também pertenceu à Araguatins e à Tocantinópolis.

Com a construção da rodovia Belém-Brasília, Araguaína teve um crescimento exponencial, tornando-se a quarta maior cidade do Estado de Goiás no período de 1980 a 1986, o que foi impulsionado a partir da criação do Estado do Tocantins, quando Araguaína ficou conhecida como a capital Econômica do Estado do Tocantins (ANDRADE, 2019, p. 96).

De acordo com dados do IBGE (2020) – Cidades (Portal Cidades), o município de Araguaína tem uma área territorial em torno de 4.004,646 km² com densidade demográfica nos patamares de 37,62 hab/Km² e uma população estimada para 2020 em 183.381 habitantes. Outro indicador relevante do município é o seu IDHM em 0,752 (2010), ao passo que o IDH do estado do Tocantins é de 0,756, algo similar entre os números da cidade e do estado como

pontua Pacífico Filho et. al. (2020). O PIB per capita é de R\$ 24.715,96, o que confere à cidade uma característica de alto padrão de crescimento e dinamismo nas atividades econômicas.

Conforme Pacífico Filho et. al. (2020), a exportação tem um expressivo aumento de 83% comparado aos números do Brasil no recorte de tempo entre os anos de 2010 e 2013, e uma significativa queda de 34% no intervalo de ano entre 2013 e 2016, com posterior retomada de crescimento de 30,8% entre os anos de 2016 e 2019. Os números gigantes no ponto da economia não necessariamente expressam um desenvolvimento que contemple todas as demandas da sociedade e isto é perceptível nas leituras de indicadores sociais levantado por estes autores. O município de Araguaína tem 3,6% de população sem acesso à água, 70,3% da população sem acesso à coleta de esgoto e apenas 25,4% de índice de esgoto tratado, além de 24.969 pessoas inscritas no CadÚnico, com dados de dezembro de 2019.

Pacífico Filho et al. (2020) lembra que o IBGE denomina como cidades médias aquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes, de acordo com a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), que classifica Araguaína como capital regional C. O objetivo das classificações é o de sistematizar a hierarquia dos centros urbanos nacionais.

Para este tópico sequencial analisamos a caracterização da cidade de Araguaína e os impactos sofridos pela implantação de grandes projetos de colonização e de desenvolvimento regional no estado do Tocantins, projetos diretamente relacionados ao processo de urbanização do mais novo território do Brasil e, em especial, a microrregião de Araguaína, ao norte do estado.

De acordo com Santos (2017), a criação da rodovia Belém-Brasília² gerou e ainda gera grandes impactos territoriais que alteram profundamente o desenho urbano da cidade polo do norte do estado. É pelo eixo rodoviário, com a expansão de grandes rodovias que rasgam o país de uma região a outra, que os militares encontram uma estratégia de avançar na região norte, ocupar a Amazônia, incentivar a migração, adentrar com o capital nas regiões mais distantes e criar novos mercados e consumidores para a dinâmica capitalista nacional com uma projeção internacional totalmente programada para os anos seguintes.

Antes da construção da BR-153, de acordo com Sodré & Ramires (2017), o estado do Tocantins possuía oficialmente 13 municípios. Já na década de 1950 nasceram mais 18 municípios e outros 47 até 1989, o que expressa que após a construção da rodovia e a implantação de alguns projetos na região houve crescimento na ordem de 90% na criação de

² De acordo com Sodré & Ramires (2017), a construção da rodovia Belém-Brasília é um marco nas dinâmicas da rede urbana do estado do Tocantins. Anteriormente as cidades se encontravam bastante fragmentadas e o que ele denomina de desarticuladas, com quase nenhuma complexidade em seus arranjos urbanos, de trabalho e de reprodução do capital. Os principais centros se localizam às margens dos rios Araguaia e Tocantins que são as duas portas principais das primeiras ocupações e circulação de mercadorias nesta região.

novas cidades.

Santos (2017) observa que a fronteira representa o processo de urbanização no estado do Tocantins, com a dinâmica de ter grandes porções de terra, trabalho e um fluxo intenso de migrações e crescimento populacional. Para o autor, a fronteira se divide em transitória, consolidada e urbanizada³.

Utilizando Sodré & Ramires (2017), podemos tomar como recorte as cidades de Araguaína e Gurupi como ponto de análise, já que estão localizadas em uma posição estratégica, onde a primeira se localiza ao norte do estado e a segunda ao sul, e ambas são cortadas pela BR-153, o que proporciona a estas cidades uma nova dinâmica frente à produção agrícola, comércio, serviços e circulação da força de trabalho.

É justamente nessa força de trabalho que se concentra na primeira cidade, oriunda dessas transformações pós-implantação de grandes projetos na região norte. Recorro à historiografia da formação da cidade de Araguaína em seus aspectos políticos, econômicos e sociais para direcionar a questão da centralidade do trabalho na cidade e a realidade da economia informal tão latente na dinâmica atual.

Outro fator relevante é como conseguimos analisar as relações de trabalho, por meio da economia informal, em uma cidade média na Amazônia e suas implicações nos processos históricos de avanço do capital. Para Santos (2017), a urbanização na região é oriunda de um processo de políticas públicas de investimentos da ordem do capital nacional e internacional, que alavancou os conflitos sociais no campo e nas cidades e moldou suas relações econômicas dominantes e o contexto da economia informal vivida por trabalhadores presentes no centro comercial da cidade.

Santos (2017) salienta que:

As políticas territoriais na Amazônia foram fomentadas a partir da criação de polos de desenvolvimento como na Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) para estimular o processo de desenvolvimento regional, o processo de urbanização e, sobretudo, para assegurar a geopolítica territorial da região. As políticas de desenvolvimento baseadas na filosofia das teorias locais no Brasil foram estabelecidas a partir de programas como o Polocentro, o Poloamazônia etc. (SANTOS, 2017, p.100)

Dentro deste processo insiro mais alguns elementos que são fundamentais no

³ A transitória representa os assentamentos transitórios caracterizados por economias dicotomizadas, onde convivem lado a lado os agricultores de subsistência e comerciais. A fronteira consolidada é marcada por economias baseadas na agricultura comercial, concentração de terras em grandes propriedades, mercado imobiliário, presença de grandes empreendimentos agrícolas, relações de produção predominantemente capitalistas. As fronteiras urbanizadas fazem parte de uma herança dos embrionários núcleos urbanos criados no coração dos projetos de colonização, muito frequentes na Região Amazônica, em especial no Tocantins na região por onde passa a rodovia Belém-Brasília.

entendimento do avanço do capital na região e seus desdobramentos do espaço urbano. O cenário da soja, por exemplo, insere uma nova organização territorial no cerrado, gerando, de acordo com Santos (2017), uma nova configuração da expansão do sistema capitalista e as suas interfaces com os conflitos entre o campo e a cidade. A cada período de ocupação segue-se o mesmo “modus operandi” preconizado pelos militares no período da ditadura civil militar, que é o de “integrar para não entregar”. Esta lógica está presente também nos projetos de exploração mineralógica iniciados ainda por meio da Sudam⁴.

Como o estado do Tocantins tem posição geográfica que o coloca sob as inter-relações que em uma hora prevalecem as suas características geográficas, naturais relacionadas ao bioma cerrado, e em outra prevalecem os aspetos pertinentes a sua inserção no contexto da Amazônia Legal, não posso me furtar de mencionar a influência que o Polocentro exerceu na década de 1970, tendo como finalidade a ocupação do cerrado. Este é o período em que o governo federal implantou outros programas como o Polonoroeste, Prodecer, Poloamazônia e Sudam. Programas que decisivamente impactaram na nova configuração do espaço urbano em Araguaína.

Santos (2017) assevera que:

Estes programas constituem verdadeiros “agentes” que promoveram e estão promovendo a modernização territorial na Amazônia e o avanço da fronteira agropecuária e urbana que se resume na fronteira capitalista nesta região. A fronteira está ligada ao desenvolvimento urbano-industrial, ou seja, na fronteira há um processo de urbanização e paralelamente, há também um o processo de industrialização. (SANTOS, 2017, p.102)

O processo de urbanização na Amazônia é o mais recente entre todos os presentes no Brasil e se caracteriza por ser um planejamento baseado nos modelos de uma urbanização calcada pelos grandes projetos com o aporte de grandes recursos financeiros, conforme explica Santos (2017). O modelo planejado aciona capitais estrangeiros, privados nacionais e públicos federais, obedecendo às premissas da reprodução do capital, como nos assegura Furtado (2008).

Para ele, a urbanização moderna é uma espécie de moldura, ou seja, de um enquadramento social, com vistas a garantir a regularidade do trabalho. Isto é perceptível no

⁴ Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. O Plano de Valorização da Amazônia, criado pela Constituição de 1946, teve sua discussão reiniciada em 1950 com a posse do Presidente Getúlio Vargas que convocou uma Conferência Técnico Administrativo para estudar e debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia. A SUDAM, criada em substituição à SPVEA, passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e em seguida ao Ministério do Interior. É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional. Capturado em: www.gov.br/sudam.

processo de urbanização do estado do Tocantins, onde, muito além de garantir a regularidade do trabalho, o avanço do capital garante também uma massa de consumidores ativos para a circulação de mercadorias e um volume sobranante de trabalhadores disponíveis (Harvey, 2014).

A BR-153 é um marco quando o assunto é o volume de migrações para esta região e o surgimento de novas cidades, povoados e vilas que se situam às margens da rodovia ou são influenciadas por ela. Esta é a principal via de escoamento de produtos e canal de comunicação com o centro do país.

Santos (2017) lembra que interesses do capital interno e externo com base na implantação de indústrias automobilísticas, comercialização do petróleo e outras indústrias da mesma área trazem a mão do estado brasileiro a investir fortemente na expansão das rodovias no país. Utilizando de Valverde e Dias (1967, p. 270), ele explora ter havido a reconfiguração da dinâmica da cidade de Araguaína, visto que existe um período anterior a esse processo com fraca expressividade econômica, grande abandono por conta do estado e uma comunicação deficitária por motivo do acesso ruim à região. Mesmo com todo este cenário de dificuldades vivido anteriormente por Araguaína, não me furto a inferir que este período é valioso quando traço uma linha histórica de compreensão do surgimento da cidade e as suas modificações ao longo do tempo.

O fluxo de circulação de produtos, mercadorias e pessoas se deslocou da região de Babaçulândia (TO), Carolina (MA) e Bico do Papagaio, na confluência entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, às margens do rio Tocantins, para o eixo rodoviário que rasgava a cidade de Araguaína, trazendo nova tonicidade pós 1950⁵.

São comércios, borracharias, hotéis, tendas, restaurantes e tabernas, entre outros negócios, que aos poucos vão se estruturando às margens da BR-153. A imigração traz as primeiras levas de nordestinos, alguns fugidos das secas ou de condições análogas ao trabalho escravo do Nordeste para tentar uma nova vida no eldorado da Amazônia. É o início da estruturação de um novo setor de prestação de serviços/comércio na cidade que se apresenta, já inicialmente, com elementos da exclusão do sistema de produção vigente que perdura até os dias de hoje.

É essa camada de vulneráveis que se acumula ao longo da trajetória da cidade que me interessa e me instiga enquanto pesquisador para saber como essas pessoas foram chegando por aqui, de que forma foram excluídas e como encontraram no mercado informal a oportunidade de reconfigurar os laços sociais e de pertencimento dentro de uma sociedade fortemente agrária,

⁵ Até o final da década de 1950, Araguaína não passava de um lugarejo com pouco mais de 2.000 (dois mil) habitantes, cujos limites não extrapolavam os córregos Neblina, Lava-pés e Canindé, compreendendo as ruas Cônego João Lima, 1º de Janeiro, Falcão Coelho, Mangueiras, Rui Barbosa, Souza Porto e Santa Cruz, como afirma Gaspar (2002).

elitista e excludente.

Ao contextualizar a história da região norte do estado do Tocantins e de Araguaína devemos mencionar que a criação do próprio estado e o início da cidade de Palmas como capital, em 1991, teve peso na nova dinamização do estado. Mesmo as dinâmicas se deslocando agora para outro território, mais ao centro do estado, a cidade de Araguaína ainda perdurou na década de 90 como destaque na pecuária e atividades agrícolas e isto tem reflexos no atual centro comercial e nos inúmeros empreendimentos da área.

Este espaço, local de passagem para quem está sempre circulando pela parte central da cidade, se configura em uma multiplicidade de uso e tem relações históricas com a cidade em suas diversas dimensões, e até relações com municípios vizinhos e zona rural.

A todo tempo nos deparamos com diferentes relações estabelecidas nas ruas, calçadas e principalmente no corpo a corpo na hora da venda ou aquisição de algum produto na rua, sendo o centro de Araguaína composto por uma visualidade ambulante que vive e resiste neste cotidiano de um sistema capitalista excludente e que precariza as condições de trabalho.

Nesse sentido, as ruas e espaços públicos utilizados pelos trabalhadores da economia informal assumem uma importância no campo das relações sociais, nos movimentos cotidianos e nas dinâmicas de sua ocupação. É um ambiente vivo com possibilidades de conter em si inúmeras interpretações ao ser analisado no recorte espacial das ruas do centro comercial, na temporalidade do hoje alicerçada pela compreensão histórica da formação de Araguaína, e tendo os trabalhadores da economia informal como sujeito de análise.

1.2 - Migração em Araguaína e Vendedores da Economia Informal

Ancorado em Antero (2016) em seu estudo sobre os impactos da migração na urbanização na cidade de Araguaína – TO, traz-se ao debate do contexto dos vendedores da economia informal local, elementos presentes no estudo deste autor para ampliar as compreensões dos impactos das migrações / frentes de trabalhos efetuadas historicamente na Amazônia Legal como intuito reprodução do capital nacional e posteriormente internacional na região norte do Brasil.

Tomando como base o depoimento do Srº Eletrônico, um dos nossos entrevistados em pesquisa de campo, denotamos na prática os vários fluxos migratórios que perpassam pela cidade de Araguaína. Em sua fala ele afirma que: “[...] eu resolvi dá uma volta em São Paulo pra vê como era, aí eu conheci lá, aí de lá de São Paulo eu trabalhei dez anos com o pessoal do Zezé Di Camargo & Luciano, vendendo foto e camiseta, não era diretamente com eles, era tercerizado, aí de tanto viajar assim foi, vim parar aqui em Araguaína e aqui eu fiquei”.

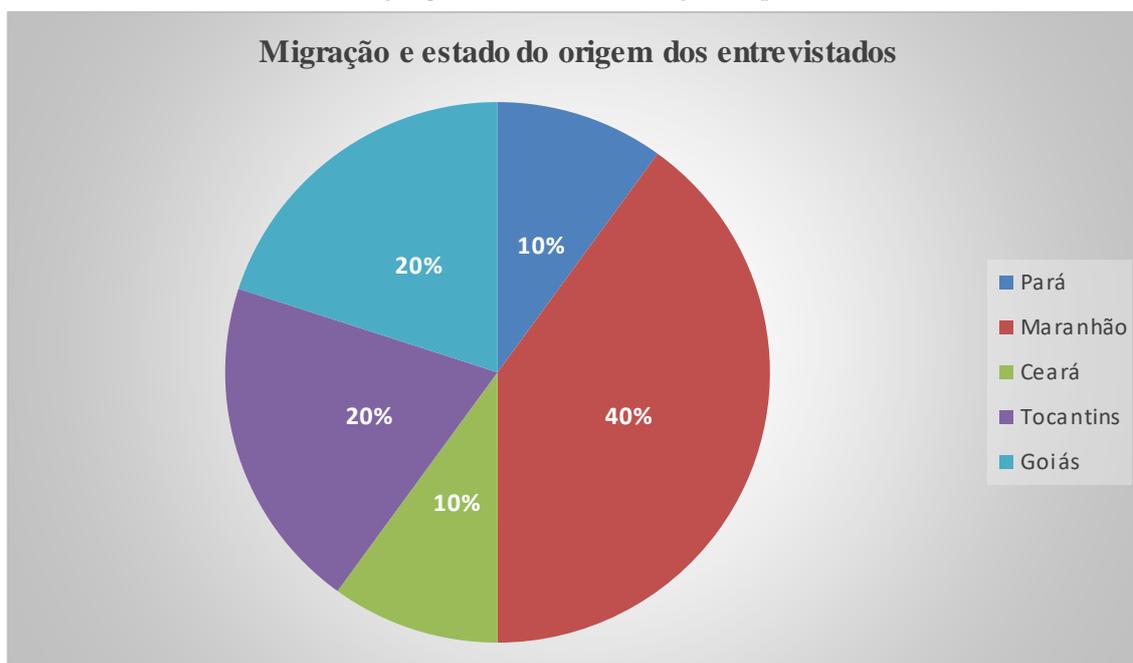
(Eletrônicos, 2021).

Percebe-se que a mão de obra brasileira vive de frentes migratórias em busca de trabalho e renda, e esse movimento migratório em busca do capital se faz presente desde tempos passados na economia e sociedade brasileira. Furtado (2008) aponta que os cidadãos, ou a população em geral passa a ser tratada como “uma massa de recursos produtivos” (grifo meu), quando estes mesmos são enquadrados nas leis de mercado.

Desde o Brasil Colônia percebem-se esses fluxos de migração que caracterizam a formação do povo brasileiro e a constituição das primeiras cidades e posteriormente das cidades e polos industriais distribuídos por todo o país. Após o período escravocrata, veio a imigração europeia e posteriormente em meados do século passado, XX, os programas do governo federal de fomento a ocupação de partes consideradas inabitadas foram responsáveis por movimentar milhares de pessoas e famílias de uma ponta a outra desta nação, a contar os programas Poloamazônia, Polonoroeste e Polocentro já mencionado neste trabalho como mobilizadores, inclusive de uma boa parcela de nordestino para as regiões Norte, Centro Oeste e Noroeste do Brasil.

Antero (2016) referencia-nos literariamente no sentido que a migração a tem como fenômeno uma função de mobilidade do capital, que acontece paralelamente, ou ao mesmo tempo que a mobilidade da força de trabalho, ou da reprodução da força de trabalho no ambiente majoritariamente urbano, nesta metade do século XX no Brasil, e, em específico, no estado do Tocantins, mais precisamente na cidade de Araguaína. O mesmo autor se ancora em Lefebvre (2001) na questão do espaço urbano implodido-explodido com relação a rápida urbanização periférica que prioriza única e exclusivamente as questões econômicas, negando debates da ordem do social, inclusive do Direito à Cidade, Harvey (2014).

Os fluxos migratórios para Araguaína se apresentam, e isto é notório na análise de conteúdo das entrevistas dos sujeitos participantes da pesquisa, das seguintes formas. São migrações e frentes de trabalho em caráter inter-regional, a grade maioria dos vendedores informais entrevistados, ou seja, 50% são oriundos do Nordeste, compreendendo os estados do Maranhão (40%) e Ceará (10%), em caráter interestadual, oriundos de outros estados, no volume de (90%), e intermunicipal com (10%) dos entrevistados, pessoas que migraram intermunicipal em busca melhores condições de vida, ou fugindo do seu estado vulnerável de vida. O Gráfico 11 a seguir, elaborado a partir da aplicação do questionário em pesquisa de campo, representa bem os fluxos migratórios na cidade e os números apresentados anteriormente.

Gráfico 11: Migração, ou local de origem a partir do estado

Fonte: Dados coletados em campo e elaborados pelo autor. (Jairon Gomes, 2021)

A fala do Sr. Água de Coco reafirma parte desse período histórico cheio de movimentações humanas com chegadas na cidade. *“Eu nasci em Tuntum no Maranhão. De lá é o seguinte, eu nasci em Tuntum e me criei em Salvador, de Salvador rodei pelo São Paulo, Rio de Janeiro e no retorno vim parar aqui em Araguaína, por ironia do destino eu tô aqui até hoje”* (Água de Coco, 2021). Segundo Antero (2016), até os anos 1950 o fluxo de migração na cidade não era tão expressivo, fato este alterado após a instalação da Belém-Brasília, o que modificou toda a dinâmica da cidade.

Para efeitos numéricos de comparação, na década de 1970 a população estadual de Goiás era de aproximadamente 520 mil habitantes, tendo ela duplicado até a chegada dos anos 2000 segundo fonte do (IBGE, 2010) e dados esse já apresentados no trabalho no momento da caracterização da cidade de Araguaína. O crescimento demográfico do estado e da cidade continuam a perfazer números expressivos durante todo o período pós 1970, chegando a uma performance de cidade desta a nível nacional de crescimento.

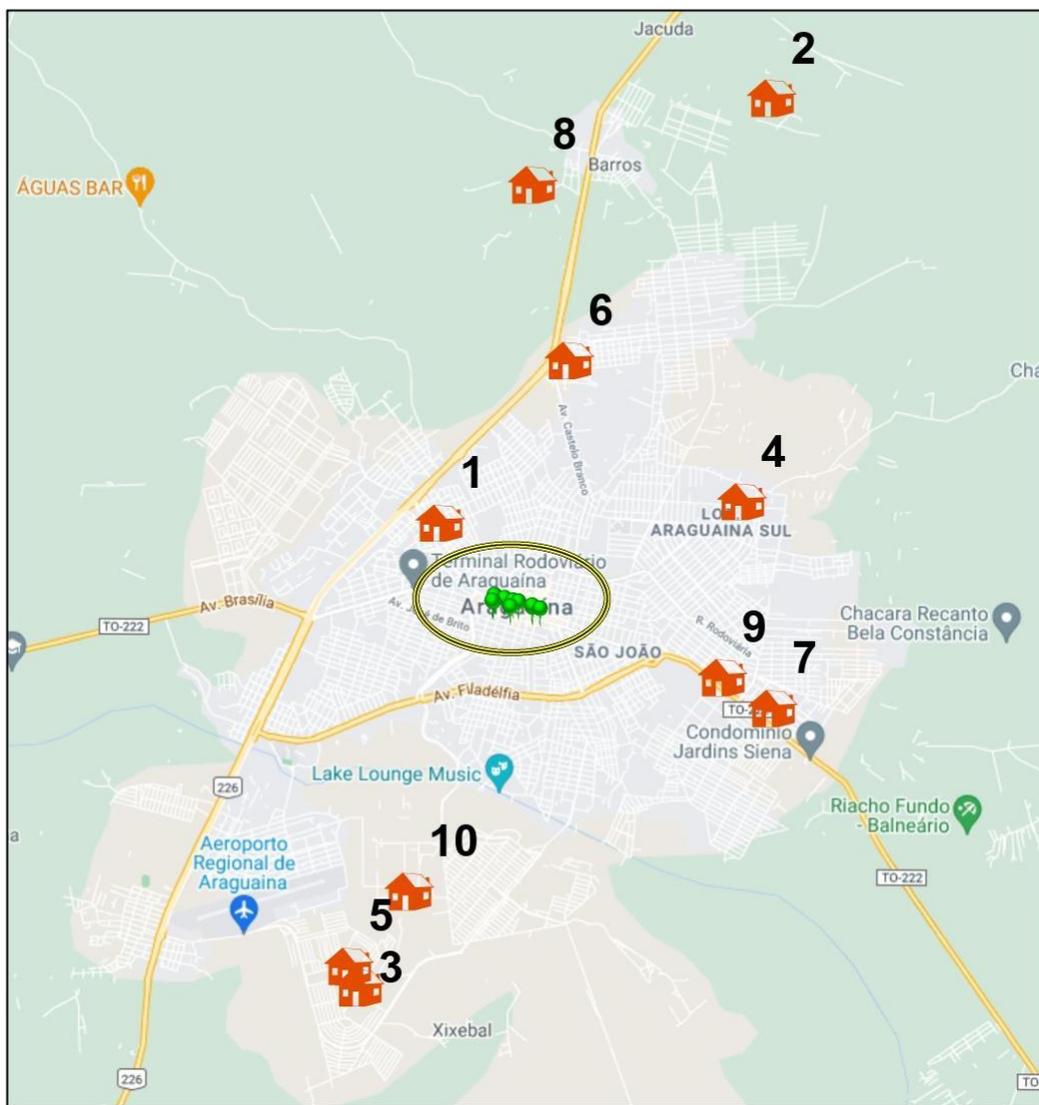
Os dados coletados por Pacífico et. al (2022) apontam que o estado do Tocantins no acumulado/crescimento no intervalo de 2000/2010 cresceu cerca de 14,94%, e no período de 2000/2020 em 37,57%. No mesmo ritmo, porém em uma expressividade maior, a cidade de Araguaína cresceu no intervalo de 2000/2010 em 21,46% e no intervalo de 2000/2020 o montante de 62,07%. Em ambos os períodos um crescimento acima do performado pelo estado.

Ainda, os trabalhadores entrevistados são oriundos na sua grande maioria do Nordeste, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Goiás, Pará ou da zona rural de Araguaína e que vieram

em busca de uma condição de trabalho melhor para sua família. De acordo com Antero (2016), são antigos e novos migrantes que se assentam em bairros afastados do centro (veja mapa de calor construído pelo autor). São eles em Wanderlândia, Lago Azul, Condomínio Jardins Siena, Araguaína Sul, Setor Vila Norte, Ana Maria, Jardim Deus é Fiel e Coimbra.

Observe o Mapa de Calor para uma análise e dimensão dos locais de moradia dos vendedores da economia informal da cidade de Araguaína pesquisados e os seus deslocamentos / movimento pendular diária no trajeto casa – trabalho – casa.

Mapa 03 – Mapa de Calor – Mobilidade Urbana



Mapa de Mobilidade Urbana
 Distanciamento Casa - Trabalho - Direito à Cidade
 Araguaína- TO

Entrevistados Nome

- 1 - Eletrônicos
- 2 - Variedades
- 3 - Roupas
- 4 - Milho Assado
- 5 - Pastel
- 6 - Variedades e Eletrônicos
- 7 - Churrasco Grego
- 8 - Água de Coco
- 9 - Eletrônicos e Roupas
- 10 - Calçados

Legenda

-  Residências
-  Localização de Trabalho



Fonte: Elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

São esses migrantes da classe-que-vive-do-trabalho, conceito alcunhado por Antunes (2009) que ocupam as principais “ruas de comércio” da cidade. Parametrizo a discussão de “ruas de comércio” de acordo com os estudos de Souza (2019) que faz a seguinte reflexão sobre a avenida Cônego João Lima:

Ao olharmos para a Avenida Cônego João Lima, na cidade de Araguaína, deparamo-nos com aquilo que, teoricamente, chamamos de ruas de comércio. Essa avenida apresenta requisitos básicos para ser enquadrada como uma rua de comércio. Lugar de encontro / lugar de informação e mercadoria e espaço público onde ocorrem as trocas na cidade. (SOUZA, 2019, p.30)

2 - ESPAÇO PÚBLICO DA ECONOMIA INFORMAL EM ARAGUAÍNA

Neste segundo capítulo, traçamos uma revisão dos estudos que se relacionam aos temas que afunilam a pesquisa, abordamos com riqueza de detalhes alguns eixos presentes no trabalho e fazemos uma descrição da atuação dos movimentos de ocupação por vendedores informais (ambulantes e camelôs) no centro comercial da cidade de Araguaína (TO).

Analisamos, ainda, como a atuação dos novos movimentos sociais, conceito alçado por Sader (1988) para classificar o surgimento de múltiplas tipologias de movimentos sociais no Brasil, se materializa, a centralidade do trabalho, mudanças no modo de produção, relações de pertencimento (sociais) que o trabalho assegura, o mercado informal, o comércio de rua e a precariedade do trabalho.

O entendimento da história presente vem direcionado pelo primeiro capítulo que fundamenta a formação da cidade de Araguaína. Recorremos à literatura com o objetivo de compreender o presente, fazendo uma incursão histórica de análises sociológicas para chegarmos ao objeto de estudo que são os vendedores da economia informal presentes no centro comercial da cidade, ou mais precisamente nas “ruas de comércio”.

Precisamos pensar a cidade para além da lógica do estado e de como ele entende e analisa as cidades. Outros elementos devem ser pontuados ao longo do processo, como a importância do cotidiano, dos novos espaços que surgem e do recorte temporal da pesquisa. Diferentemente de uma ótica social anterior, que tinha como perspectiva de análise do cenário das cidades e as suas relações com a sociedade apenas sob os vieses econômicos e indicadores sociais, nossa análise busca compreender a ocupação urbana em suas perspectivas mais humanas.

O Direito à Cidade foi teorizado por Lefebvre (2001) e Harvey (2014) e é no cotidiano e nas novas relações sociais estabelecidas nos centros urbanos das cidades amazônicas que podemos analisar o surgimento de novos sujeitos e novas experiências políticas.

Para compreender o conceito de novos movimentos sociais, são eles os movimentos negros, LGBTQI+, do campo, ambientalistas, ou seja, que não se assentam mais apenas no universo operário e da fábrica no Brasil e a atuação dos movimentos coletivos e de ocupação nos espaços urbanos recorro a Gohn (2018), Maricato (2015) e Sader (1988).

A primeira enfatiza que os movimentos de caráter social urbano não se constituem como homogêneos, possuindo diversidades e particularidades e unindo-se pelo uso do espaço/terra pública da cidade. Já para Maricato (1999), as ocupações dos espaços/terras públicas é parte do processo histórico da urbanização brasileira, fato este a ser observado no desdobramento histórico da ocupação do centro comercial da cidade ao longo das décadas de 1960 e 70 até os anos 2000.

Quando o assunto é ocupação, Fragoso (2017) assegura que um dos seus significados determinado pelo dicionário se refere a:

[...] “tempo durante o qual o território se encontra conquistado”. Dessa forma, a etimologia da palavra ocupar pressupõe uma duração, um tempo de permanência determinado para existir. Assume, portanto, caráter transitório e não permanente. A partir do momento em que se torna regular, não é mais temporário, logo, passa a se configurar como fixo. Porém, na prática, não é só o caráter temporal que configura um movimento de ocupação. Existem movimentos que ocupam território por anos, mas nem por isso deixam de se autodenominar como ocupações, pois ainda se constituem em ação e resistência. (FRAGOSO, 2017, p.37-38)

Estas ocupações estão diretamente relacionadas às considerações e conceitos de cidade e comércio, ou o comércio e o desenvolvimento das cidades/o consumo no ambiente urbano como prática capitalista de aquisição do excedente de produção. Essa caracterização do comércio local, justamente com as práticas do consumo relacionadas ao desenvolvimento de Araguaína, é pano de fundo, a fim de que possamos nos direcionar para as questões do setor terciário exercido na cidade e suas interfaces com o debate do trabalho / renda, modos de produção, mercado informal, comércio de rua e precarizações das condições de trabalho na atualidade, tomando como base, para tal, as referências de Castel (2015) e Antunes (2018). Ao que interessa a pesquisa é o mercado informal e a sua ocupação dos espaços públicos da cidade.

Em linhas gerais, em Araguaína, no que concerne às atividades terciárias, temos como destaque os serviços do comércio, saúde (polo de saúde na região e até mesmo para outras regiões do país) e educação, com a presença de grandes investimentos na educação superior de caráter particular que sinalizam o potencial polarizador da cidade junto aos serviços públicos federais e estaduais nos demais municípios de Araguaína e a sua microrregião.

Para Teles (2017), é nos centros das cidades que a população – local ou advinda de cidades circunvizinhas – encontram os serviços e produtos que procuram nas suas compras oriundas das necessidades do cotidiano. Por sua vez, em Araguaína, o comércio está concentrado em sua maior parte na região central da cidade, que acaba por se tornar um centro de atração de pessoas que vêm de outras localidades próximas, ou seja, a importância da atividade comercial em Araguaína assume uma característica que extrapola as pessoas que vivem no seu espaço urbano e vai para além dos contornos da cidade.

São sujeitos que vêm do campo, das vilas, comunidades ou cidades circunvizinhas. Uma atuação que abrange todo o norte do estado do Tocantins, mais especificamente o Bico do Papagaio, região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Não podemos desconsiderar os comércios e serviços que são oferecidos em outras partes da cidade, tais como

os que estão presentes nos bairros afastados, distritos ou mesmo nas periferias, porém, o objeto de estudo fica nas principais ruas do centro comercial da cidade.

Dentro do debate do comércio local temos a reconfiguração destes espaços que representam o “centro comercial antigo” da cidade. Ao longo do tempo e com o avanço do capital no espaço urbano, uma elite que antes habitava este espaço passa a migrar para áreas mais afastadas da cidade e a viver em condomínios que passam a surgir. Desta forma, os imóveis presentes no centro são transformados em comércio/serviços. Posteriormente, ocorre a estruturação de um Distrito Industrial, com a presença de frigoríficos, grandes empresas e indústrias, ou seja, o setor terciário/comércio vai se adaptando às dinâmicas locais e regionais e os vendedores informais, por sua vez, também vão se moldando às transformações políticas, sociais e econômicas da cidade.

Por isso, estudar a atuação dos vendedores da economia informal enquanto movimento de ocupação no centro comercial é discutir também a questão da estética urbana que aos poucos é implantada na cidade de Araguaína, juntamente com o processo de “modernização” que o município vem sofrendo. Novas “ruas de comércio” começam a surgir e segmentos mais elitizados começam a sair do centro popular para criar nichos de serviços específicos a fim de atender um público elitista. São exemplos a Av. Marginal Neblina, Via Filadélfia e José de Brito. Estes novos espaços, com baixo fluxo de pessoas e pouca circulação nas calçadas, acabam não sendo um local viável para a presença de camelôs e ambulantes. A seleção/exclusão desses sujeitos sociais acontece pelo remodelar da cidade. A partir de planos de “higienização” do centro, pensados e implementados pela prefeitura.

Com o deslocamento dos serviços mais elitistas para outros espaços, a centralidade urbana de Araguaína é influenciada na atualidade decisivamente pelo comércio inferior – camelôs e ambulantes –, além do comércio varejista. Sousa (2019) descreve as faixas de concentração do comércio presentes nesta avenida, ressaltando os espaços das lojas de agropecuária, farmácias, lojas varejistas e espaços da economia informal, grupo que nos interessa nesse estudo.

Ainda no âmbito da questão urbana no Brasil e atuação dos movimentos populares como sujeitos coletivos, as grandes greves ocorridas no país na década de 1980 assumiram um caráter de espaço de resistência e local de atuação destes mesmos sujeitos coletivos que lutavam por direitos e questões trabalhistas. Observa-se neste recorte histórico, que é o final da ditadura militar e início da redemocratização do país, anos 1980, o processo de transformação do trabalho em emprego, ou seja, do fim do pleno emprego, com a crescente remodelagem das

condições trabalhistas no mundo, utilizando os debates de Castel (1995) mais precisamente. Uma reflexão que está presente mais afrente quando discutimos essa configuração da sociedade salarial, que era permeada de proteções, de direitos do trabalho, seguridade social, etc. e aos poucos foi sendo alterada por processos como a internacionalização do mercado, do capital e flexibilização das relações trabalhistas e da uberização das condições de trabalho.

As novas formas de contratação deram as empresas mais flexibilidade para escolher o tipo de contrato de acordo com o cargo e função. Neste novo cenário temos as seguintes novas tipologias do universo do emprego: carteira assinada, contratação temporária, trabalho parcial, estágio e jovem aprendiz, terceirização de serviços, *home office* ou trabalho remoto, trabalho intermitente, trabalho eventual (*freelancer*), trabalho autônomo, trabalhadores da economia informal e desempregados – desfiliaados para Castel (1995) e algo que ficou ainda mais recorrente nos anos de pandemia do Coronavírus | Covid19.

A crise mundial de um capitalismo agora globalizado nos anos 1990 vai marcar o cenário dos movimentos sociais no país. A instabilidade do emprego substitui a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho. Há uma reindividualização das relações de trabalho com a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade e o surgimento dos ‘sobrantes’. O debate do desemprego, o enfraquecimento do suporte salarial, e o surgimento de programas assistenciais ao fim dos anos 1990 e início dos 2000 marcam o debate da vulnerabilidade social nacional e atuação dos movimentos sociais.

Os novos movimentos sociais começam a surgir, de acordo com Sader (1999) e Gohn (2013), em um momento em que as pautas identitárias ganham força no âmbito nacional, que há uma desmobilização da atuação dos sindicatos, o crescimento das ONG’s, instituições filantrópicas e fundações. As greves e grandes manifestações já não possuem as mesmas dimensões de décadas anteriores. As novas formulações de condições de vida das classes populares são originárias do avanço dos movimentos sociais nos espaços públicos da sociedade. É nesse ínterim que se fortalecem os movimentos negros, feministas, de orientações sexuais, por habitação, por moradia, por terras e luta pelo emprego.

Há um rompimento da identidade coletiva enquanto unidade de coesão entre os sujeitos participantes das causas sociais para uma crescente individualização das responsabilidades e um processo de internacionalização das causas sociais. Para Gohn (2013):

Neste novo século novíssimos sujeitos sociopolíticos e culturais entraram em cena, como os movimentos sociais globalizados, anti ou alterglobalização, movimentos transnacionais, entidades civis modernas, fóruns, conselhos e câmaras de participação. Várias lutas sociais se internacionalizam rapidamente, novos conflitos sociais eclodiram abrangendo temáticas que vão da biodiversidade e a questão biopoder (ef. NEGRI & COCCO, 2005) às lutas e demandas éticas, assim como o retorno de lutas

religiosas de diferentes seitas e crenças. (GOHN, 2013, p. 11)

É neste cenário globalizante e atual de constantes transformações que os movimentos e mobilizações populares se encontram no Brasil. Furtado (2008) aponta que a periferia, em específico o Brasil, tem uma força de trabalho que realiza um papel de reprodução das formas sociais dos países do eixo central. O que houve com o tempo foi uma alteração das relações que a princípio eram focadas nos mercados de produtos primários e no momento são alteradas por um novo modelo em que o poder político e o do capital internacional são decisivos. As mudanças nos movimentos sociais no Brasil ao longo do tempo são refletidas na atuação destes na cidade de Araguaína, Tocantins.

Os movimentos sociais relacionados com a questão urbana é um subtema dentro de um universo macro e contendo em si diversos eixos temáticos. Para Sader (1988) os novos modelos de acumulação capitalista no país formam a base sobre as primeiras análises a respeito dos movimentos sociais urbanos. Estes movimentos lutam por demandas materiais de bens e serviços que atendam às necessidades dos sujeitos coletivos da cidade, sejam elas de reprodução ou manutenção das suas condições.

São trabalhadores e trabalhadoras presentes no Brasil e que constantemente lutavam por melhores condições de moradia, educação, saneamento básico e emprego. Os movimentos sociais nas principais cidades do país começam a surgir nos espaços das comunidades, igrejas, clubes, associações e escolas e posteriormente adentram ao universo fabril, ou seja, ao chão e mundo da fábrica, mais precisamente na grande São Paulo e interior do estado. A articulação desses movimentos, em um outro momento, sai das fábricas e migram para os espaços públicos como campo de reivindicação, como pondera Sader (1988). A rua se transforma em campo de batalha, enfrentamento e território de cidadania, a rua fortalece a atuação dos antigos e novos movimentos sociais urbanos para Gohn (2013).

Para a mesma autora, participar dos movimentos sociais urbanos no Brasil nas décadas de 1970 era um uma representação de desobediência civil, um ato visto como uma subversão. O país vivia sob o regime de uma ditadura civil militar com forte repressão aos comportamentos sociais críticos ao regime imposto e intensa fiscalização das organizações e mobilizações sociais. Líderes sindicais perseguidos, sindicatos fechados, ativistas exilados e a censura instalada na sua forma mais cruel por meio do AI 05. É nesse período que os estudos de M. Castells sobre os movimentos populares se tornam referências entre muitos pesquisadores brasileiros. Castells partia de uma perspectiva estrutural – marxista e tinha grandes contribuições também de Gramsci no seu estudo dos movimentos sociais e as questões urbanas. As contradições presentes nas cidades eram o seu foco de estudo e análise em um período de

grandes transformações políticas e econômicas no mundo.

Aos poucos, viver nas grandes cidades no Brasil representava estar privado de um conjunto de situações. São problemas sociais como dilemas da segurança pública, crise do emprego e agravamentos da ordem ambiental tais como poluição do ar, sonora, consumo excessivo e mercantilização por completo da vida no espaço urbano. Gohn (2013) faz algumas ponderações sobre as alterações ocorridas nos movimentos sociais durante este período das décadas de 1970 a 1980 no Brasil:

Entretanto não podemos nos esquecer de que a renovação no cenário da participação social da sociedade civil nos anos de 1970 e 1980 não ocorreu apenas no campo popular. Se este campo surgiu e se expandiu contrapondo-se a exclusividade de que era dada ao sujeito trabalhador, advindo do campo da produção, como sujeito “por excelência” com potencial para realizar mudanças históricas, movimentos sociais não populares, advindos de outras camadas sociais, especialmente das camadas médias, deram origem a movimentos e organizações das mulheres, dos ambientalistas, pela paz, dos homossexuais etc. Eles também já tinham iniciado uma trilha de lutas independente do mundo do trabalho e se firmando como agentes de construção de identidades e força social organizada. Eles se contrapunham às visões totalizantes, macrossociais, que só destacavam os sujeitos sociais como forças de reprodução do capital, focalizando-se as leituras da realidade em termos da esquerda, da luta de classes. (GOHN, 2013, p. 79)

A centralidade dos movimentos sociais, principalmente no campo das questões urbanas não se assentava mais apenas na exclusividade da análise sobre as relações trabalhistas – de reprodução do capital e exploração da mão de obra proletarizada urbana. A perspectiva dialética marxista concentrada nas relações de produção deixa de ser a tônica dos movimentos sociais urbanos com as transformações ocorridas nas décadas de 1990 e 2000. A Constituição Brasileira de 1988 é um marco temporal quando se discutem os movimentos sociais no Brasil.

Com a Constituição de 1988 temos a incorporação do conceito de cidadania e dos direitos e garantias individuais, direitos sociais garantidos à sociedade após um período de ditadura militar, ou melhor, no memento da redemocratização do país. Já na década de 1990 temos o aparecimento de uma diversidade de atores e movimentos sociais no seio da sociedade, uma vez que temos concomitante o enfraquecimento do descentramento do sujeito político, temos esses movimentos sociais dando maior visibilidade às singularidades de pessoas e pautas político-sociais.

A pressão dos novos movimentos sociais e as demandas oriundas de uma sociedade em profunda transformação nessa época foram decisivas para a Nova Constituição em 1988. Sobre a passagem histórica em questão Gohn (2013) salienta que:

Uma parte dos intelectuais que assessoravam movimentos sociais de luta pela moradia, naquela época, incorporou-se aos novos processos jurisdicionais previstos na Constituição de 1988, assumindo frentes de lutas bastante institucionalizadas, atuando no plano jurídico, como assessores a movimentos ou a parlamentares eleitos

com o apoio do movimento popular, obtendo conquistas importantes como o Estatuto da Cidade, ou pressionando diretamente o poder público via instrumentos constitucionais. (GOHN, 2013, p.46)

Com a virada do novo século as mobilizações coletivas e urbanas vão assumindo novos formatos com o surgimento de projetos sociais, a forte atuação de ONG's, a ampliação da atuação do terceiro setor na sociedade e cooptação de algumas mobilizações urbanas por parte de empresas e grandes multinacionais. Aos poucos temos uma participação cada vez mais mínima do estado nacional como viabilizador de políticas públicas que venha a mitigar as demandas de vulnerabilidades vivenciadas pela sociedade nacional em meio as alterações de um sistema capitalista globalizante que nos fins dos anos 1990 altera a paisagem urbana brasileira em cidades de grande, média ou pequena dimensão.

A crise capitalista global é estruturante e a título de uma materialização mais recente temos a de 2008 com sérios reflexos nos países centrais e por sua vez nos países em via de desenvolvimento. É nesse contexto que os movimentos sociais e o debate da questão urbana se encontram no Brasil. Em um caminhar da desmobilização dos sujeitos coletivos, da higienização dos espaços públicos e urbanos, do distanciamento do estado das questões sociais e de uma remodelagem das relações trabalhistas nas cidades. São frentes de opressões que minimizam a força do poder coletivo. O que Sader (1988) reflete sobre espaços públicos de manifestações políticas:

Assistimos tanto ao fechamento de espaços públicos de manifestação política quanto ao fechamento de espaços públicos de convivência social, por onde se coletivizam experiências sem incidência direta na institucionalidade política. Os espaços públicos se fecham para o debate político e o reconhecimento da legitimidade de interesses diversos e agentes diversos. Os conflitos existentes são ofuscados quando não reprimidos, e as ações coletivas aparecem sob o signo da desordem e do perigo. Na medida em que a política assume a forma de uma racionalidade tecnocrática, isenta de paixões e interesses, acima de partidarismo e fruto da competência dos que a exercem, o público se dissolve com o alinhamento dos indivíduos na esfera privada. (SADER, 1988, p.115)

Uma destruição física e simbólica dos espaços públicos com intuito de alcançarem objetivos como a desmobilização coletiva, atomização das relações de trabalho, implementar o sentimento de conformismo e desarticular toda a riqueza presente nas diversidades presentes nos cenários urbanos das principais cidades brasileiras.

2.1 - Capital e Articulações Sociais na Área do Trabalho

Para uma análise sobre o capital e as mobilizações sociais na área do trabalho começamos a discorrer tomando como base as reflexões de Harvey (2014) onde o autor nos assegura que a cidade é o lugar de convergência de todos os tipos de classes, local onde a

multiplicidade é vivenciada e onde os conflitos e contradições se manifestam no cotidiano da vida em comum do espaço urbano e as cidades como lugares da diferença. Harvey (2014) utiliza o termo economia da desapropriação para caracterizar a relação de exploração utilizada pelo capital no centro de funcionamento das cidades, para ele:

Essa desproporcionalidade do desenvolvimento urbano pautado por diferenças sociais de classe constitui, de fato, um problema global. [...] onde há concentrações emergentes de populações marginalizadas, ao lado de uma urbanização moderníssima e consumista voltada para uma minoria cada vez mais rica. A questão de como lidar com os trabalhadores empobrecidos, precários e excluídos, que hoje constituem um bloco de poder majoritário e supostamente dominante em muitas cidades, está se transformando em um grande problema político. (HARVEY, 2014, p. 129)

Tomando como base a perspectiva de Harvey (2014), inferimos que é nas cidades que ocorre a reprodução da força de trabalho, ou melhor dizendo, da nova divisão do trabalho. É no espaço urbano que o ‘valor de uso’ acaba sendo atribuído a poucos. Este mesmo capital domina o cotidiano das cidades e faz acontecer a desarticulação das mobilizações de bairros, periféricas, da quebrada e do poder da coletividade. Lefebvre (2001) em ‘A cidade do capital’ problematiza bem esta questão. O Brasil tem revivido atualmente opressões que foram presentes na historicidade dos movimentos sociais brasileiros, contexto este já mencionado anteriormente neste capítulo da dissertação.

O ataque ao estado social em curso com os desmantelamentos das políticas sociais tem, entre outras finalidades, a negação da relevância do emprego e das questões relacionadas com a precarização das relações trabalhistas. Robert Castel (1995) em ‘As armadilhas da exclusão’ pondera que muito antes da formação de uma sociedade industrial havia um grande problema presente no seio da sociedade europeia, que era a existência do vagabundo enquanto sujeito social, fator este que termina com o surgimento da livre oportunidade de trabalho e a massificação do mercado de trabalho consequentemente, ainda utilizando Robert Castel (1995). Aos poucos a sociedade europeia vai se concentrando no ambiente urbano, as massas trabalhadoras, por sua vez, assumem os postos de trabalhos nas fábricas e começam a usufruir dos benefícios oriundos do novo sistema de produção em expansão. Para Castel (1995) as alterações no conjunto das relações sociais acontecem devido ao livre acesso ao trabalho.

As relações de trabalho passam a se assentarem na condição salarial e a partir de então novas configurações de “exclusão” tomam formas na sociedade capitalista. As proteções e regulações trabalhistas logo propostas à mão de obra que trabalhava nas fábricas, de imediato começam a ruir e a gerar os processos de “exclusão”, segundo Castel (1995).

O cenário da crise global do emprego, de acordo com Antunes (2009), ocorre no ápice do sistema de produção fordista/keynesiano do capitalismo, ou seja, na crise mundial instaurada

na década de 1970 e que se espalha pelos países de modo de produção capitalista, a contar como exemplo o Brasil. Uma crise estrutural do capital que, aos poucos, vai passando por um processo de reorganização deste capital e reestruturação da produção e do trabalho no país.

Antunes (2009) compreende sistematicamente que há uma reorganização do capital em suas diversas dimensões sendo ela política, economia e ideológica de dominação que traz consigo grandes alterações como o surgimento do neoliberalismo e a privatização do estado e políticas reestruturantes do capital no mundo. É nos anos 1960 e 1970 que começa a crise global e leva os seus efeitos para as décadas de 1980 e 1990, com a crise mundial atingindo países centrais como os Estados Unidos e Japão e, automaticamente, com uma expansão dos capitais financeiros dos países centrais e uma desorganização dos países em vias de desenvolvimento ou excluídos, ainda utilizando Antunes (2009). Os desdobramentos da crise global vêm em direção a uma degradação das condições de trabalho que se implanta em efeito de escala planetária.

É a partir dos impactos da crise global do sistema de produção capitalista e as alterações dos modos de produção taylorista/fordista para o toyotista que a análise dos movimentos sociais no Brasil na área do trabalho ganha maior expressividade.

Neste caminho, compreendemos que Wanderley (2019) e Ghon (2013) possuem contribuições pertinentes a historicidade dos embates das relações das forças de trabalho nos centros urbanos e à luta contra a hegemonia do poder do capital nas cidades.

Assim, debater sobre os movimentos sociais no Brasil é partir de um enfoque pautado no campo do trabalho, ou mais precisamente, do trabalho formal, para só, posteriormente, adentrarmos nas categorias relacionadas ao trabalho informal e nas suas articulações com os movimentos e mobilizações sociais no país. A cidade de São Paulo se apresenta como o epicentro dos grandes acontecimentos envolvendo as manifestações de trabalhadores que, com o desenrolar da crise capitalista ou da reconfiguração do capital, acabam colocando os operários paulistas na cena dos grandes movimentos sociais nacionais.

São reivindicações oriundas de um sistema de exploração econômica que desqualificam os direitos do trabalhador desde a consolidação da atividade industrial no Brasil. Começaram a surgir as primeiras greves, passeatas, piquetes, paralisações, manifestações e o uso da cidade e espaços públicos como palco de manifestações que lutavam por assegurar os direitos dos trabalhadores nacionais. Wanderley (2019) historiciza a luta dos movimentos sociais relacionados ao trabalho informando que as manifestações populares no início de suas jornadas no país eram consideradas como algo subversivo, perigoso, a verificar na passagem a seguir:

Inicialmente, os problemas gerados pela industrialização e pela concentração da mão-de-obra nas zonas urbanas foram considerados pelas autoridades como tendo um

caráter de higiene pública e de controle da ordem social, o que é simbolizado pela frase atribuída a Washington Luís de que a questão social é uma questão de polícia. O que trouxe, por consequência, a postura de criminalização do pobre e do vagabundo e, posteriormente, a qualificação dos trabalhadores como constituindo as “classes perigosas”. Fruto das lutas dos trabalhadores internos e das influências vindas do exterior, os operários progressivamente adquiriram as mesmas formas de proteção social e de assistência operadas em outros países. (Wanderley, et. al, 2019, p.123)

O contexto histórico da questão dos trabalhadores no Brasil é marcado por lutas e certamente por uma ausência de não apropriação dos bens no qual eles mesmos fazem parte da cadeia produtiva, ou seja, as privações individuais e coletivas são reflexos da organização e reprodução injusta do capital nacional e internacional solidificado no país. Gohn (2013) levanta em seus estudos a atuação dos movimentos sindicais com expressiva atuação na cidade de São Paulo e no interior do estado mais populoso da nação, sendo a região conhecida como o ABC paulista. É no recorte espacial e temporal das grandes transformações do capital e do trabalho e na aglomeração humana nas cidades operárias paulista que as mobilizações da classe trabalhadora brasileira assumem o protagonismo entre todos os movimentos sociais nacionais nos anos de 1980 e 1990.

O país vê a consolidação das grandes metrópoles brasileiras como um fenômeno contemporâneo da sua história e paralelo a esses grandes conglomerados – ‘manchas urbanas’ observa-se a inserção de novas pautas sociais da área do emprego – trabalho na agenda dos movimentos sociais nacionais. Gohn (2013) salienta que neste período temos também a participação de mobilizações contra o desemprego, o surgimento dos principais sindicatos, o poder do cooperativismo no Brasil e o debate da economia solidária como estratégias contra ao sistema global dominante do capital imperando em solo nacional. Foram caminhos e ferramentas de lutas aos trabalhadores presentes nas cidades.

É no debate dos movimentos sociais no campo das reivindicações do trabalho formal que surgem os primeiros estudos e relações das mobilizações sociais com a pauta do desemprego que se avoluma após a crise de 1970. Gohn (2013) na seguinte passagem contextualiza esse momento da concretização absoluta do desemprego no Brasil.

Nos anos 1980 o movimento dos desempregados teve grande força e repercussão no Brasil. Curiosamente, quando os índices de desemprego subiram, a partir dos anos de 1990, o movimento não teve mais força e visibilidade. Isto se explica pela nova conjuntura econômica e política. Os sindicatos perderam a força, os desempregados são uma categoria difícil de organizar, e a luta pela sobrevivência passou a ocupar suas atenções e não mais a participação em associações. (GOHN, 2013, p. 133)

No cenário do crescimento do desemprego temos a desmobilização dos sujeitos coletivos, a perda do poder da coletividade, o enfraquecimento das associações e sindicatos, o crescimento do consumo nas cidades e o surgimento de novos atores e movimentos sociais em

cena no Brasil. O número de desfilados Castel (1995) continuou a subir números expressivos e o novo cenário nacional dos movimentos sociais e a questão do trabalho se torna mais grave a partir do momento da crise financeira do capitalismo vivida no ano de 2008. Para Gohn (2013) a crise de 2008 reposiciona o papel e atuação dos sindicatos na agenda atual com pautas de negociações, acordos, lutas, flexibilidade e transformações do mercado oriundas do avolumar de demissões no país.

Vale informar que esta sessão da pesquisa não teve o intuito de esgotar as questões relacionadas ao capital e as suas interfaces com os movimentos sociais e a área do trabalho. Ressaltamos que estes elementos sempre estiveram juntos na historicidade das relações estabelecidas nas cidades, sendo fundamental a compreensão da dimensão de cada um para que se entenda a expressividade que os movimentos sociais urbanos com a pauta do trabalho ganham força nas cidades brasileiras ao longo da história e após uma crise global passam a ter o seu poder de força e negociação enfraquecidos.

2.2 - Direito à Cidade

Aproximo a reflexão sobre os movimentos sociais e o direito à cidade neste espaço como uma introdução a um debate mais apurado que será traçado nesta dissertação. A princípio trabalho com as elucidações de Gohn (2013) sobre as mobilizações sociais e o tema dos direitos ao uso das cidades e espaços urbanos pelos sujeitos sociais, coletivos e organizações coletivas.

Nossas análises levam em conta as teorias de Lefebvre (2001), que tem uma obra inteira dedicada a ciência das cidades e o direito ao seu uso pelos cidadãos que nela habitam. David Harvey (2014) contribui no tecitura da argumentação com uma perspectiva do direito à cidade e à revolução urbana como forma de alternativas e caminhos para as soluções dos problemas pertencentes a sociedade capitalista na atualidade. Em ‘Espaços de Esperança’ Harvey (2015) aborda os desenvolvimentos geográficos desiguais no mundo, o corpo como estratégia de acumulação e os espaços de utopia presentes nas cidades.

Para que se entenda a relação dos movimentos sociais e o direito à cidade é fundamental que se compreenda também aspectos da ordem jurídica, de leis asseguradas ou negadas, de lutas e marcos temporais estabelecidos pelos movimentos sociais e as conquistas obtidas ao longo da história do Brasil. Assuntos da ordem do Fórum Nacional da Reforma Urbana, Estatuto das Cidades e Plano Diretor Municipal são materialidades de lutas sociais convertidas em políticas públicas que foram sendo construídas ao longo de anos e que recentemente vêm sendo desmanteladas por parte da gestão federal da nação.

Falar em direito à cidade em um primeiro momento é abordar os direitos fundamentos

assegurados aos seus moradores. Nesse ponto frisamos a importância da Constituinte de 1988 ao país e os seus cidadãos. Sem dúvida uma passagem relevante no processo democrático de viver nas cidades. Gohn (2013) caracteriza as mobilizações sociais com o direito à cidade na seguinte sequência cronológica e argumentativa.

Inicialmente, no século XVII, são direitos civis ligados às liberdades individuais, como o direito à liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e credo, de propriedade. No século XIX surge o elemento político como direito de participar no exercício do poder político, como eleitor, e no século XX, emerge o elemento social que se refere a “tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar” por completo do processo político. (GHON, 2013, p. 121)

Com a estruturação das cidades e o avanço do sistema capitalista por outros países além do centro hegemônico do globo, como bem pontuado por Gohn (2013), o cenário do direito à cidade na reprodução do capital no século XX está centrado no direito ao bem-estar econômico, nas relações materiais de produção e conseqüentemente nas demandas do trabalho e emprego.

Já na virada do século XX para o XXI novos elementos são apresentados ao contexto, sendo o que Gohn (2013) considera com a consolidação dos elementos e direitos culturais, que estão relacionados com a diversidade dos povos, da cultura, etnias, raças, valores, crenças, orientações sexuais e religiosas. As pautas identitárias ganham corpo e passam a somar nas mobilizações sociais pelo direito à cidade.

Nesse sentido o Brasil precisa viver emergencialmente uma revolução urbana efetiva e de direito à cidade a todos com uma nova forma de gestão urbana que não perpassa apenas por aportes de recursos financeiros aos gestores municipais.

A ciência das cidades precisa ser estudada para além da arquitetura e do urbanismo, ela precisa ter uma óptica e pensamento multidisciplinar. As soluções para as demandas da cidade estão dentro da própria cidade, da participação popular nos processos democráticos, ou seja, da mobilização e poder do protagonismo popular, do poder local e da autonomia municipal com um olhar cirúrgico aos seus problemas. A gestão das cidades deve ser pautada na prática dialética e no diálogo e interface com o povo. Ao utilizar Boaventura Santos, Gohn (2013) ressalta o seguinte fato referente ao poder da comunidade local:

Boaventura S. Santos (2002 e 2006) nos dirá que a comunidade local é um destes espaços porque o princípio de comunidade contém as ideias da solidariedade e da participação. De fato, temos de supor que o morador seja um cidadão não apenas porque tenha um lote, casa ou outro tipo de morada, mas que ele tenha uma identidade com aquele local. E para que isto ocorra é preciso que este território seja um lugar de promoção da dignidade, da solidariedade. Deve ser um espaço de reconhecimento da cultura dos seus habitantes. As ações locais promovidas pela sociedade civil ou promovida pelos poderes públicos devem focalizar ações onde haja um interculturalismo emancipatório, que reconheça o outro e suas diferenças, sem diluí-las numa geia multicultural homogênea, nem destacar hierarquicamente uns sobre

os outros. (GOHN, 2013, P. 124-5)

Compreendemos que a hegemonia agroexportadora em cidades médias na Amazônia, como Araguaína, ao norte do estado do Tocantins, faz do cenário urbano e da cidade um grande negócio. Uma operação exclusivista nas mãos de poucos e desarticuladora do poder local, bem como da descaracterização das questões culturais, históricas e de organizações populares. E é com a visão da fragilidade do poder coletivo vivenciada nos últimos tempos que discuto na sequência os sentidos do trabalho, o trabalho informal, em especial na cidade de Araguaína, TO. Como esses trabalhadores estão estruturados na cidade, as relações políticas estabelecidas pelo poder municipal, a historicidade da ocupação das “ruas de comércio” e como eles se relacionam com o direito à cidade.

2.3 – Os sentidos do trabalho – Um debate sobre o trabalho informal na Amazônia Legal

Compreender a centralidade do trabalho na atualidade, as suas relações e a forma como as economias informais se configuram em uma cidade média na Amazônia e as suas implicações com os processos históricos do avanço do capital na Amazônia nos ajudam a chegar no debate dos sentidos do trabalho, ou, mais precisamente, da configuração do trabalho informal na cidade de Araguaína, TO.

Nesta segunda metade deste capítulo trato de subtemas dentro da centralidade do trabalho que perpassam pela ‘reforma trabalhista e o contexto da classe trabalhadora no Brasil’, a caracterização do que vêm a ser o ‘trabalho informal’, como ele se assenta em Araguaína, como esses sujeitos coletivos estão estruturados na cidade, as suas relações com as políticas estabelecidas pelo município e por fim os ‘aspectos psicossociais do trabalho informal na cidade’ como um dos dispositivos de análise das vulnerabilidades da classe trabalhadora e o acesso negado ao ‘Direito à Cidade’.

As cidades na Amazônia assumem para Becker (1990) algumas funções dentro desses ‘*fronts*’ de consolidação do capital. Elas representam um grande potencial de consumidores na Região Norte; assumem papel de serem cidades estratégicas em suas microrregiões, oferecem oportunidades de emprego/renda e atuam como filtros de contenção de uma possível migração para o campo, ou seja, êxodo urbano.

Dentro desse contexto de transformações socioeconômicas as rodovias na Amazônia a partir da década de 1970 adquirem um lugar estratégico no Plano de Desenvolvimento Federal e, na sequência, influenciam na formação de Cidades Rodoviárias que surgem às margens da rodovia, ou são impactadas por elas. Realidade presente nas dinâmicas da cidade de Araguaína,

que teve a sua população inflada após a implantação de grandes projetos na região, vide exemplo a construção da rodovia Belém – Brasília e a implantação de grandes projetos agropecuários. A função das políticas nacionais foi a de concentrar as pessoas nas cidades a fim de garantir vários interesses, entre eles, o de minimizar os conflitos no campo, zona rural, e manter uma mão de obra disponível ao mercado.

É nesse contexto da consolidação do capital na Amazônia e no surgimento dos ‘*fronts*’ de emprego nas cidades que uma economia de acumulação se assenta na urbanização da floresta. De acordo com Harvey (2014), a urbanização tem sido:

[...] um meio fundamental para a absorção dos excedentes de capital e de trabalho ao longo de toda a história do capitalismo. Tem uma função muito particular na dinâmica da acumulação do capital devido aos longos períodos de trabalho e rotatividade e a longevidade de maior parte dos investimentos no ambiente construído. Também tem uma especificidade geográfica tal que a produção de espaço e dos monopólios espaciais tornam-se parte integrante da dinâmica da acumulação, fluxo de mercadorias no espaço, mas em virtude da natureza mesma dos espaços e lugares criados e produzidos em que esses movimentos ocorrem. (HARVEY, p. , 2014)

As relações de trabalho na Amazônia já não se apresentam mais como antigamente. Políticas direcionadas a esses migrantes/trabalhadores reforçaram durante as décadas de 1970 e 80 o poder do capital, induzindo e direcionando os fluxos de mão de obra para a região norte, e concentrando-os nos espaços urbanos o que fez surgir demandas e necessidades de consumo que até então eram inexistentes. É nessa reconfiguração do capital na região que o mercado informal vai se constituindo na cidade de Araguaína.

Marrone & Mendes (2003) inferem que devemos levar em consideração os mecanismos econômicos e as lógicas sociais predominantes quando utilizamos a abordagem da atividade informal enquanto uma visão que seja sistêmica. Os autores propõem o uso da nomenclatura “informalidade” para os trabalhadores que estão situados na rua ou que fogem as diretrizes de uma economia classificada como formal. Ainda segundo Marrone & Mendes (2003) a atividade informal tem características que mesclam práticas ilegais, ausência de uma proteção social, adaptabilidade as questões do mercado, flexibilidade do trabalhador junto as dinâmicas desse sistema financeiro vigente e a precarização das condições de trabalho, diante de um cenário global de desemprego e novas configurações do trabalho/renda, também conforme Castel (2013).

Para Castel (2013) os trabalhadores de hoje em dia encontram-se em outra condição, a de uma isolamento face a face consigo mesmo. E a exclusão se dá pelo estado de todos os que se encontram fora dos círculos vivos das trocas sociais, ou seja, são pessoas que sempre estiveram

à margem da sociedade.

Os próprios sujeitos se tornaram vulneráveis, por entrar no jogo que o trabalho vulnerabilizou as pessoas através da exploração. Essas são as consequências da competitividade do trabalho e “*sujeitação*” pelo emprego.

Partindo desta realidade vivida pelos trabalhadores da economia informal na cidade de Araguaína e da importância do trabalho para a realidade socioeconômica do município e para as dimensões que vão além do binômio renda e trabalho como fatores de desenvolvimento regional, tentamos compreender as vulnerabilidades encontradas nas práticas cotidianas dos ambulantes da cidade e refletir sobre a centralidade do trabalho sobre a configuração do estudo da cidade e a configuração do espaço urbano como espaço de consolidação do capital e as suas formas de reprodução capitalista na Amazônia.

As epistemologias científicas embasadas nas teorias Taylorista, Fordista, Keynesianista e desenvolvimentistas acabaram por não colocar no centro do debate as questões da subjetividade humana, ou seja, da subjetividade do trabalhador quando se discutiram pautas relacionadas a ciência do trabalho. Foram visões extremamente positivistas, economicistas e tendo o mercado e a valorização do capital como centro do cerne da discussão. A hierarquização engessada estado - empresa – trabalho – trabalhadores acaba por ser perpetuada também nas vivências da economia informal. Esses trabalhadores, no seu dia a dia, são invisibilizados, humilhados e não possuem nenhum espaço de escuta e voz para as suas necessidades de ordem do corpo e da mente.

De acordo com Durães (2004), ao analisar o trabalho informal nas ruas de Salvador, Bahia, a temática da informalidade se caracteriza como importante na sociedade contemporânea na sua pós-modernidade. Conforme Bauman (2014), isso devido às questões macro relacionadas à “crise do emprego”, ao desemprego estrutural e as reconfigurações do trabalho na modernidade.

A informalidade é um fenômeno em uma reta crescente onde as suas questões são colocadas de lado, negligenciada pelos poderes públicos ou muitas vezes analisadas sob a luz de preceitos liberais que não colocam o trabalho na sua centralidade (cf. Marx). Assim como os demais trabalhos existentes na sociedade, o trabalho informal se caracteriza por um processo de alienação, reproduz o fluxo do Capital na sociedade e causa ao ambulante ou camelô sofrimentos na ordem do psíquico, além de sua alienação na atividade que executa.

Melo & Teles (2000) na busca pela conceituação do trabalho informal em seu contexto geral refletem que o conceito desta categoria tem sido bastante debatido nos últimos tempos,

no contexto global e em específico da América Latina, uma categorização ainda não muito bem definida. Para as autoras a concepção de economia informal presente nos países desenvolvidos no início do debate do tema não se aplicam as realidades brasileira, como demonstra a citação a seguir:

Os estudos sobre a economia informal nos países desenvolvidos explicam esse fenômeno como um excesso de mão-de-obra transitória na economia e que essa mão-de-obra voltaria para a formalidade à medida que o crescimento econômico avançasse. No entanto, a realidade acabou sendo diferente: os empregos estáveis e em tempo integral têm sido substituídos por uma nova forma de organização produtiva, cuja principal característica é uma enorme flexibilização nas relações de trabalho. (MELO & TELES, 2000, p. 06)

Da dificuldade de se explicar o fenômeno as abordagens clássicas e contemporâneas sobre a literatura da informalidade recorremos a Santos (2010) em seu estudo sobre a sociabilidade itinerante dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia para compreender as suas desqualificações sociais enquanto fonte de dados para explicar a historicidade do conceito de trabalho informal. Para a autora o comércio informal tem por finalidade de funcionar como uma espécie de esponja que absorve grande parte da força de trabalho disponível no mercado e que não consegue ser absorvida pelo mercado formal da economia capitalista.

Aos poucos esse fenômeno passou a ser classificado tanto pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, quanto pelo IBGE à nível Brasil. Segundo Santos (2010), internacionalmente que insere esse debate da informalidade em pauta é a OIT a nível global e:

Originalmente, a discussão acerca da informalidade esteve fortemente influenciada pela teoria da marginalidade, surgida nas décadas de 1960 e 1970, tendo como principais contribuições as análises de Nun (1978) e Quijano (1978) que, com uma reinterpretação da noção marxiana de “Exército Industrial de Reserva” (EIR), entendia a marginalidade urbana como resultante do desigual sistema econômico mundial, sendo o setor informal, portanto, marginal e fadado ao não-ingresso no sistema produtivo. (SANTOS, 2010, p. 88)

Ainda dentro dessa construção sócio histórica do trabalho informal a nível de mundo e Brasil trazemos a conceituação de economia informal pelo IBGE. Melo & Teles (2000) a utiliza na fundamentação do trabalho sobre os serviços e informalidades presentes no comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro. Para as autoras o IBGE classifica o setor informal caracterizando-o por ser um setor em que não há uma diferenciação muito clara entre a posse dos meios de produção e a detenção da força de trabalho, ou seja, no setor informal o sujeito possui ambas as situações em seu controle, ele é patrão e empregado ao mesmo tempo, além das relações familiares e de compadrio estabelecidas.

Retornando a Santos (2010) estratificamos a historicidade da informalidade no mundo

por décadas onde nas décadas de 1960 e 1970 há a forte presença da teoria da marginalidade e por meio da literatura de referência esses trabalhadores passam a ser classificados como não-integrantes do núcleo pertencente a economia urbana-industrial, sendo eles, os ocupantes dos espaços das grandes cidades com a venda de suas mercadorias como estratégia de sobrevivência. Os considerados marginais, origina-se daí as rotulações de comércio informal⁶ ligado a práticas ilegais, venda de produtos ilícitos e discriminação por parte da sociedade.

Já nos anos 1980, de acordo com Santos (2010) há a presença nos estudos relacionados ao tema da presença da tese da heterogeneidade estrutural, onde nesse momento passe a se reconhecer a funcionalidade da categoria informal como contribuinte dos processos de reprodução do capital, da acumulação do lucro e fluxo de mercadorias no mundo. Já nos anos 1990 com as constantes crises do capital, o conceito de informalidade abarca ainda mais a heterogeneidade e amplia a sua capacidade de abarcar mais trabalhadores e atividades que se deslocam do trabalho formal.

No que diz respeito a América Latina os estudos da CEPAL, segundo Santos (2010) muito tem a contribuir para a leitura de um cenário mais próximo à realidade brasileira. O processo de industrialização do Brasil no início do século XX por vezes teorizado por Furtado (2007) e a teoria da marginalidade e a crítica a dualidade entre mercado formal x informal e o surgimento da heterogeneidade estrutural da nova informalidade são marcadores históricos para a compreensão da informalidade no mundo e também no contexto brasileiro.

Para Silva (2018), o trabalhador informal brasileiro consegue tornar a utilização dos espaços públicos presentes nas cidades em um espaço que é totalmente particular na construção do seu espaço de vendas no cotidiano. É nesse contexto atual da informalidade no Brasil que surgem as ideias tidas como inovadoras e empreendedoras partilhadas por órgãos como o SEBRAE de que esta nova informalidade que se configura nas últimas décadas não se classifica mais como informal, e sim, como microempreendedor individual, fato recorrente em várias falas dos entrevistados. Silva (2018) assegura que é uma forma atual de gerenciamento do capital juntamente com o rebaixamento do trabalho nas economias periféricas e a implantação do empreendedorismo como uma solução a crise emergencial do desemprego estrutural.

Debater a centralidade do trabalho sobre a configuração do estudo da cidade e a configuração do espaço urbano como espaço de consolidação do capital e as suas formas de

6 OIT – Segundo, Melo & Teles (2000) foi diante dos impasses na definição pela literatura socioeconômica sobre o significado do setor informal, que na 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho da OIT, no ano de 1993, que foi validado o conceito de setor informal a partir da unidade de produção vigente, e não em consideração ao sujeito trabalhador atuante na rua. Definição conceitual embasada no sistema produtivo vigente. Assim, Melo & Teles (2000) conceituam que o setor informal são várias unidades gerando bens e serviços com a finalidade de proporcionar emprego e renda para os sujeitos excluídos e não apenas um conceito focado na forma de serviços para o autoconsumo. Para as autoras são unidades produtivas de baixa capitalização.

reprodução capitalista na Amazônia e a negação ao Direito à Cidade é o que também nos propomos a analisar os trabalhadores da economia informal de Araguaína, TO.

2.4 – Trabalho Informal em Araguaína

Sou camelô, sou de mercado informal
Com minha guia sou, profissional
Sou bom rapaz, só não tenho tradição
Em contra partida sou, de boa família
Olha doutor, podemos rever a situação
Pare a polícia, ela não é a solução, não...
(Camelô – Edson Gomes)

Para compreender o trabalho informal na cidade de Araguaína e posteriormente os seus elementos relacionados à nova configuração do trabalho, ou da *classe-que-vive-do-trabalho* (cf. Antunes, 2009), é necessário discorrer sobre a formação desse mercado de trabalho na cidade, a origem desses vulneráveis e as transformações ocorridas no espaço urbano nos últimos anos. Para Santos (2017) o transporte rodoviário passa a ser oficialmente priorizado pelo poder público federal no período da ditadura militar, algo compreendido principalmente em torno das décadas de 1960 e 70. Porém, já havia um projeto em pauta que era a “Marcha para o Oeste”, idealizado por Getúlio Vargas e que só foi posto em prática na gestão de Juscelino Kubitschek.

É neste cenário nacional que surge a construção da BR-153, conhecida como Belém-Brasília com objetivos de avançar a colonização nacional rumo a Amazônia rasgando centralmente o cerrado brasileiro. Esse eixo rodoviário altera as dinâmicas da cidade de Araguaína, que anteriormente localizava-se no norte do antigo estado do Goiás. É a configuração do capital interno aliado ao internacional adentrando as regiões mais distantes do país.

Após a instalação da BR-153, de acordo com Santos (2017), várias cidades começam a aparecer às margens da rodovia, juntamente com um expressivo êxodo rural e o crescimento de cidades como Araguaína. Outras cidades que acabam por ser influenciadas pela malha viária no estado são as seguintes: Colinas do Goiás, Guaraí, Miranorte, Paraíso do Norte, Gurupi e Alvorada. Com os desdobramentos da nova dinâmica das cidades no estado, começam a surgir muitos estabelecimentos comerciais ao longo da rodovia e que aos poucos se estruturam e se consolidam como parte da economia de cada município.

Com a abertura da estrada citada, a imigração à Amazônia começa a se intensificar e o volume de habitantes no espaço urbano cresce consideravelmente com o passar dos anos. O espaço urbano de Araguaína se reconfigura nesta nova dinâmica, refletindo as contradições sociais do modo de produção, ou seja, um processo de exclusão social que perdura até os dias

de hoje, segundo Santos (2017).

Os trabalhadores informais são esses sujeitos que buscam nos espaços das ruas e na transitoriedade dos passantes a sua oportunidade de trabalho, de ganhar o seu recurso de sobrevivência diária para a sua manutenção e da família. É nesse momento que entra em cena o debate sobre a economia e trabalhadores informais no município.

Segundo Morrone & Mendes (2003) o trabalho informal é compreendido e caracterizado como:

Aquela na qual os seguintes critérios se fazem presentes: facilidade de acesso, pouca estruturação, baixo capital investido, não prevalectimento de relações do tipo assalariado, capital de giro voltado para sobrevivência do negócio e não para acumulação, baixa remuneração e condições de trabalho precárias. (MORRONE & MENDES, 2003, p.93)

Para os autores o trabalho informal é muitas vezes denominado em uma lógica de oposição ao mercado formal, porém, ressaltam que esse mercado informal não pode ser classificado como um mercado inferior, presente nas práticas de reprodução do sistema capitalista vigente. Para Marrone & Mendes (2003), esse mercado estabelece várias relações de competição e complementaridade ao setor formal da economia. Por mais que estes trabalhadores não sejam amparados por leis trabalhistas, que tenham as suas atividades centradas no núcleo familiar e as condições precárias de produção do seu labor diário ele continua a perfazer a lógica do capital dominante nos centros urbanos das cidades, neste caso específico nas ‘Cidades Médias’ na Amazônia⁷.

São eles em Araguaína: camelôs, ambulantes fixos ou móveis que estão presentes na Avenida Cônego João Lima, Primeiro de Janeiro, Prefeito João de Souza Lima, nas praças e feiras públicas da cidade. Formas de trabalho simples, sem a presença do salário fixo no final do mês e que prestam todo um serviço à sociedade local com a venda de produtos eletrônicos, alimentícios, prestação de serviços, entre outras atividades.

Para entender o mercado informal recorreremos a Castel (2013) e Antunes (2018). Para Castel (2013), os profissionais liberais de hoje estão cada vez mais autônomos, sem direitos trabalhistas, mas eles precisam sobreviver e é nesse contexto que cresce o número de trabalhadores informais em face a precarização das condições do trabalho. Os trabalhadores da atualidade se encontram em outra condição, ou seja, de isolamento face a face consigo mesmo. As

⁷A Criação do próprio estado a partir da Constituição de 1988 e a sua criação em 1989 e o início da cidade de Palmas como capital do estado em 1991. Mesmo as dinâmicas do estado se deslocando agora para outro território que se localiza mais ao centro do estrado, a cidade de Araguaína ainda perdurou na década de 1990 como destaque na pecuária e atividades agrícolas e isto é perceptível no centro comercial e aos inúmeros empreendimentos da área. Segundo dados do IBGE (2010) atualmente a cidade é a segunda maior do estado no quantitativo de habitantes com 150.484 hab.

próprias pessoas se tornaram vulneráveis, por entrar no jogo que o trabalho vulnerabilizou as pessoas através da exploração. São essas as consequências da competitividade do trabalho e ‘sujeitação’ pelo emprego, fazendo assim que não exista emprego para todos dentro de um mesmo território.

Retomando a Morrone & Mendes (2003) a atividade informal é:

Aquela que mistura práticas legais e ilegais, que combina baixa proteção social com rápida capacidade de adaptação às oportunidades do mercado, com alta flexibilidade nos processos de trabalho e nas formas de remuneração, permitindo redução de salários. Tais atividades são, em sua maioria, marcadas pela precarização das condições de trabalho, pela falta de garantias legais e geralmente constituídas como alternativa de geração de renda diante do desemprego. (MORRONE & MENDES, 2003, p. 96)

Esse trabalho na rua está relacionado a uma série de questões que vulnerabilizam este trabalhador e coloca-o diante de situações que afetam suas relações sociais, vivências cotidianas e saúde psíquica. Lancman (2007) pondera que o trabalho na rua traz algumas vulnerabilidades a esses sujeitos:

O trabalho na rua e o excesso de exposição também exercem importante papel na construção da identidade desses trabalhadores, na medida em que estes se deparam com situações do dia a dia e confrontam sua singularidade com a realidade a sua volta, necessitando mobilizar sua inteligência para enfrentá-las. Isto lhes permite acumular experiência e constituir maneiras próprias (seja de modo coletivo ou individual) para enfrentar os conflitos cotidianos. (LANCMAN, 2007, p. 89)

Já para Costa (2007), ao pesquisar os significados e práticas associadas ao trabalho do vendedor ambulante e suas complicações para a saúde no cenário da cidade de Salvador, na Bahia, ela infere que o contexto econômico a nível internacional é propulsor das grandes transformações que vem ocorrendo nos últimos anos na pauta do trabalho. E vemos que é de suma importância as várias análises que surgem diante desta precarização e das suas consequências sociais, afetivas e psíquicas dos trabalhadores vendedores ambulantes.

Quando adentramos na especificidade do Brasil, o que se percebe é um reflexo deste cenário internacional acelerado por políticas neoliberais que transformam o mundo do trabalho, somado as transformações tecnológicas e o crescimento expressivo do número de desempregados, da queda da qualidade do emprego, dos ‘bicos’, ‘freelancer’, ‘home office’, do mercado informal, dos camelôs, ambulantes e outras categorias.

O exercício da atividade informal, ainda utilizando Costa (2007), traz consigo uma carga expressiva de acidentes de trabalho, principalmente, no âmbito da saúde mental. Estudos desse campo de investigação ainda são escassos no país e na realidade do estado do Tocantins e Araguaína, o que acaba por reforçar a produção do debate em questão. Antes de adentramos ao próximo tópico deste capítulo, mergulhamos um pouco mais na parametrização do trabalho

informal no Brasil e no mundo segundo trabalhos recentes que debatem essa questão, na sequência levantamos uma consideração referente ao trabalho como um processo alienante.

Segundo Durães (2004):

O trabalho de rua também aparece, geralmente, como um sofrimento, um “labor”, uma busca imposta e heroica pela sobrevivência. Assume assim, a característica de um trabalho alienado, devido ao fato de que o homem, enquanto um ser “lúcido” (consciente), transforma a sua “atividade vital” (o seu trabalho) em um simples meio de manter a sua existência, retirando do trabalhador a característica de uma “atividade vital” livre, passível de escolhas (da lucidez humana), haja vista, teoricamente, que o homem faz da “atividade vital” (do trabalho) “objeto da vontade e da consciência”, ou seja, da escolha. (DURÃES, 2004, p. 10)

Esse trabalho alienante se configura tanto no âmbito do trabalho formal, como no trabalho informal. Os trabalhadores informais estão nas ruas e tem no seu labor a utilização de artifícios, técnicas e métodos de vendas e convencimento do seu público cliente que de acordo com Silva (2018) é na expressividade do corpo, da performance do vendedor informal que ele garante a sua venda e afere o seu lucro e se destaca no cenário da concorrência. O corpo e a criatividade são unidades e dispositivos inerentes deste trabalhador, como os gestos, a fala, a argumentação, o grito e os símbolos utilizados para ganhar o cliente. Algo teorizado por Harvey (2015) quando aborda sobre a política do corpo e as estratégias de acumulação.

Para Silva (2018) este trabalho informal está inserido em um processo, trama de múltiplas relações que são elas sociais, políticas, históricas, culturais e carregam consigo uma carga de tensões que se entrelaçam com o espaço público e urbano onde ele está inserido e com os seus clientes, fornecedores e atores políticos como órgãos de fiscalizações e repressões. São trajetórias de vidas individuais, coletivas e familiares que lutam pelas suas condições de produção, reprodução em um sistema capitalista excludente.

Para finalizar esta seção é válido ressaltar a necessidade de se mencionar variáveis pertinente no debate do trabalho informal na rua em espaços públicos, tais como as questões de gênero e comércio ambulante categorizado por sexo, os fatores faixa etária, escolaridade, posição na família e migrações. Indicadores estes que serão detalhados no capítulo de análise das entrevistas de campo. Eles serão pertinentes para compreender o perfil deste novo trabalhador informal da cidade de Araguaína as suas conexões os conceitos do Direito à Cidade, Cidadania, Estrutura Social e Pobreza no norte do estado do Tocantins.

2.5 – A Reforma Trabalhista e o Contexto da Classe Trabalhadora no Brasil

O debate da reforma trabalhista e o contexto da classe trabalhadora no Brasil se insere no decorrer da construção desta dissertação em virtude das conquistas trabalhistas nacionais

que foram asseguradas pelo Estado ao longo de anos, isso, fruto da atuação dos movimentos sociais, principalmente os de caráter urbano, classista e trabalhador presentes nos grandes centros urbanos – industriais do país. Foram pautas e lutas encampados por articuladores, líderes sindicais e esforço de uma coletividade que vêm aos poucos sendo desmontada, sucateada em detrimento de uma ausência do Estado com relação à seguridade do trabalhador.

Para Almeida & Costa (2018) a Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil tem uma historicidade que perpassa por vários caminhos. A começar pela história da luta de classe dos trabalhadores lá nos idos anos de 1848, é nesse período que são tomadas as primeiras atitudes dos trabalhadores enquanto uma categoria organizada e consciente de ser uma classe trabalhadora e com objetivos e necessidades em comum. É nesse momento que o debate da alienação, exploração da força de trabalho e as questões da reprodução do trabalho levantadas por Marx se configuram no país mediante ao início de uma industrialização.

O objetivo em questão não é historicizar toda a trajetória das conquistas trabalhistas nacionalmente, pois a análise se propõe a ser mais uma crítica a reforma em seu aspecto geral, porém não podemos nos furtar de mencionar outro marco temporal na história das regulamentações trabalhistas no Brasil: a CLT. Para Almeida & Costa (2018), é no início do século XX que temos uma nova passagem importante:

Nesse bojo e no uso de suas atribuições, o presidente do Brasil à época, Getúlio Dornelles Vargas, sancionou o Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, aprovando um consolidado de leis – a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas. Esse fato foi resultado do processo de modificações impostas pelas novas relações entre capital x trabalho para que o país deixasse de ser agroexportador e passasse a investir em um processo de industrialização, ainda incipiente, no bojo do capitalismo monopolista. (ALMEIDA & COSTA, 2018, p. 3)

Entre lutas e conquistas, salienta-se a aprovação da CLT em 1º de maio de 1943, seguida dos preceitos da Constituição de 1937 e das garantias asseguradas as questões previdenciárias. Um período de conquistas que compreende de 1930 até o final dos anos 1950. Na década seguinte percebe-se um retrocesso nas garantias trabalhistas que vão se acentuado até as décadas de 80 e 90. Na análise de Antunes (2009), observamos as compreensões desse desmonte das garantias trabalhistas no Brasil: a crise global do sistema financeiro, do modo de produção e acumulação capitalista que se aplaca na década de 70 e um esgotamento do modelo Taylorista/Fordista de produção e reorganização do capital por meio do crescimento do valor de troca, em detrimento do valor de uso encabeçado pelo Toyotismo.

É na ascensão do mercado neoliberal na década de 1990 que há de se encontrar a compreensão crítica a respeito da reforma trabalhista chamando para a análise o Direito Civil assegurado à sociedade nacional, expresso em seu marco temporal na Constituinte de 1988. As

garantias sociais conquistadas na Constituição Cidadã vão de choque com os novos preceitos do mercado global. Dessa forma, aos poucos, as políticas sociais começam a ser sucateadas em um movimento que passa pela gestão federal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016) e se consagra com a aprovação da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, através da Medida Provisória (MP) nº 808, após o golpe de 2016 instaurado no Brasil.

Discutir a reforma trabalhista e os seus impactos para a classe-que-vive-do-trabalho é frisar a remercantilização de direitos sociais, principalmente após a crise econômica de 2008, em um cenário que vai da realidade global até uma escala nacional e a sua reconfiguração do capital e do trabalho, impactando também a região norte do Brasil, em específico o estado do Tocantins, e a cidade de Araguaína. É nessa toada que se observam direitos trabalhistas suprimidos e a configuração da nova divisão do trabalho em todos os seus sentidos.

A proposta é fazer uma leitura e contribuição crítica sobre a reforma trabalhista e os seus desdobramentos para a classe-que-vive-do-trabalho. Antunes (2009), de uma maneira e visão geral sobre todo o processo que vêm a se configurar em novembro de 2017, mostra-nos que esta mesma reforma vem acompanhada de redução de gastos com a previdência social em um futuro não tão distante e está acoplada também de uma desagregação da sociedade salarial em escala nacional, replicando mecanismos e estruturas vigentes a nível global. Observa-se nesse processo, segundo Castel (1995), uma crescente vulnerabilidade do trabalhador, redução da proteção trabalhista, automaticamente com uma redução do direito e seguridade social.

Paralelo a esta realidade temos o crescente aumento do desemprego, dos trabalhadores excedentes disponíveis ao mercado, da precarização das condições de trabalho, da vulnerabilidade do trabalho, dos sobrantes inválidos, e por sua vez da ruptura do tecido social por meio de um processo globalizante do capital que historicamente veio se desenhando em escala nacional. A Lei n.º 13.467/2017 está dentro de um conjunto de medidas pontuadas por Krein (2018) que faziam parte do documento “Uma Ponte Para o Futuro” (PMDB, 2015), que, entre outros objetivos, estava para além da Reforma Trabalhista: o avanço das privatizações no Brasil, o congelamento dos gastos públicos por vinte anos e a reforma do ensino médio como instrumentos de adequação do trabalho no país aos ditames do capital mundial.

Com aprovação da nova lei, temos mudanças na flexibilidade nas modalidades de contratação com liberalização da terceirização, a criação de novas modalidades de contratação (ampliação do contrato temporário, parcial, intermitente ou teletrabalho), estímulo à concentração como autônomo e Pessoa Jurídica, uma maior facilidade para realizar as demissões e redução de gastos com os processos demissionais em empresas. Entre as desconstruções de direitos, a reforma atacou no sentido da “despadronização” da jornada de

trabalho.

Itens como a flexibilidade da jornada, com negociações referentes ao banco de horas, a favorecer a classe patronal, é uma das grandes subtrações das lutas coletivas à nível nacional. A jornada 12 x 36, negociação para a pausa da amamentação, compressão do horário para almoço, pagamento apenas pelo horário produtivo do trabalhador e o não pagamento de horas extras no *home office* etc sedimentam essa precarização do trabalho, também do trabalhador informal. Em contrapartida, a Lei n.º 13.467/2017 reconfigura a questão da remuneração do trabalhador formal, dando validação ao sistema de remuneração variável, redução de salários por meio de negociações coletivas, outras fontes se configurando como não salário (prêmios, campanhas de incentivos, viagens, benefícios) ou seja, a descaracterização do salário, com intuito de reduzir as contribuições e deduções de impostos e automaticamente deixar esse trabalhador não assistido em previdência posteriormente.

Por fim, a reforma trabalhista flexibiliza outros aspectos das condições de trabalho, oportunizando ainda mais a classe patronal a ter proveito da força humana produtiva durante o tempo em que ela estiver em suas dependências ou eximindo de responsabilidade que até então eram conquistas de uma luta da coletividade. Discutir a Lei n.º 13.467/2017 na atual conjuntura e no bojo do tema de investigação da dissertação que são os vendedores da economia informal na cidade de Araguaína é falar sobre um Direito Civil que foi suprimido, de um Direito Trabalhista que foi negado aos poucos e de um Direito à Cidade que faz desses vendedores seres invisibilizados na mercantilização do cotidiano.

Os ambulantes e camelos das ruas de comércio de Araguaína, TO têm, em sua essência, a subtração dos direitos ao emprego, a sua seguridade social, ao passo que também têm subtraído o seu direito à cidade, na medida em que a economia informal nas ruas e calçadas é vista com preconceito e receio por meio da sociedade e pelo poder público local, em uma total ausência do Estado em todos os seus sentidos: social, trabalhista e cidadão.

2.6 - Para entender o RAIS e o CAGED no contexto da Economia Informal em Araguaína – TO

Após uma reflexão sobre a Reforma Trabalhista trazemos a baile o seguinte debate para finalizarmos este capítulo e adentramos ao próximo capítulo e análise de dados da pesquisa. Transicional no caminho de compreender o que vêm a ser o RAIS e o CAGED e as suas relações históricas com questão trabalhista no Brasil e mais especificamente com o contexto da economia informal em Araguaína.

Para tanto, fizemos uma busca em sites, portais e consultas em planilhas do Governo

Federal a fim de entender o sentido das duas ferramentas existentes e análise de dados quantitativos relacionados à economia/emprego formal no estado do Tocantins, em específico na cidade de Araguaína e a partir de então traçar uma reflexão sobre a população não empregada formalmente no município, em recorte aos trabalhadores da economia informal presentes nas “ruas de comércio” da cidade. Segundo o Ministério do Trabalho, por meio do PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho, a RAIS vem a ser uma espécie de registro administrativo, com uma certa periodicidade, sendo elaborada com o objetivo de o governo federal ter um controle e mensuração mais precisa sobre as informações relacionadas as demandas sociais do país e um controle estatístico do mercado de trabalho formal. O envio de dados é feito pelas indústrias presentes no território nacional e empresas de grande, médio e pequeno porte, desde que tenha em seu quadro colaboradores via o regime da CLT (BRASIL, 2016).

Ainda, segundo BRASIL (2016), a RAIS tem o seu objetivo primário concentrado na mensuração dos trabalhadores estrangeiros que aportavam no Brasil e os seus devidos registros ao FGTS, ou seja, o trabalho inicial dentro do Ministério do Trabalho estava direcionado às questões do FGTS, arrecadações das empresas e benefícios cedidos pelo Ministério da Previdência Social, assim com as demandas do PIS/PASEP, algo ainda meramente burocrático e extremamente tecnocrático centrado exclusivamente na economia formal do país. Em sua posterioridade, veio o pagamento do Abono Salarial à classe trabalhadora enquanto categoria no ano de 2019. Via Portaria 1.127/2019, de 14/outubro/2019, há uma redefinição nos processos de declaração das informações emitidas pelas empresas por meio do eSocial e do avanço da tecnologia no trâmite das relações políticas no campo do trabalho, em consonância com a crise estrutural do capital no Brasil, ou melhor, da reorganização do capital e reestruturação da produção e da nova Divisão Internacional do Trabalho (cf. Antunes, 2009).

Na sequência, apresentamos um quadro esquemático com os principais conceitos relacionados ao contexto do trabalho formal no país. Compreender tais categorias nominalmente e quantitativamente a nível regional e local é fundamental para o processo de reflexão sobre a massa de sobrantes inválidos (Castel, 1995) presentes na cidade de Araguaína e o crescimento do número de desempregados do mercado informal em consonância com o crescimento da reta de trabalhadores/vendedores presentes nas ruas, ou melhor, da economia informal.

Tabela 05: Nomenclaturas da área do trabalho

Vínculo empregatício	Segundo o Ministério do Trabalho o vínculo empregatício está atrelado as relações de emprego, estabelecidas na sua concepção toda vez que acontecer trabalho remunerado. Segundo BRASIL (2016, s.p.), o “número de empregos em determinado período de referência corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego”.
Trabalhador celetista, avulso, temporário e por prazo determinado	Para o Ministério do Trabalho a tipificação dos trabalhadores segue essa ordem. Trabalhador celetista está regido pela CLT. Mais conhecido como trabalhador formal. Trabalhadores avulso são os trabalhadores que na condição de avulsos, independente da sua natureza ou categoria prestam serviços por meio de sindicatos. Já os trabalhadores por tempo temporário são os trabalhadores que regidos pela “Lei nº 6.019 prestam trabalho a uma empresa para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente, ou ao acréscimo extraordinário de serviço”. E por fim os trabalhadores por prazo determinado são os trabalhadores que estão amparados pela Lei nº 0.601, podendo ser “contratados por um período máximo de dois anos, desde que esse tipo de contrato tenha sido previsto em convenção ou em acordo coletivo”. (BRASIL, 2016, s.p.)
Estabelecimento e tamanho do estabelecimento	Cada empresa ou estabelecimento tem a obrigatoriedade de enviar os seus dados ao Ministério do Trabalho, isso, independentemente da quantidade de unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços diferentes. Cada unidade deve encaminhar as suas informações. O tamanho e classificação da empresa vai depender da quantidade de efetivos existentes. (BRASIL, 2016, s.p.)
Admissão e desligamento	Conceito necessário na compreensão do contexto do trabalho formal para analisarmos posteriormente o comportamento do crescimento do número de desligados em face a redução do número de contratados no município de Araguaína. Para o Ministério do Trabalho os conceitos de admissão e desligamento empregados “referem-se também às transferências de empregados, de um estabelecimento para outro, da mesma empresa”. Ainda segundo Brasil (2016, s.p.), “Por admissão entende-se toda entrada de trabalhador no estabelecimento no ano, qualquer que seja sua origem e, por desligamento, toda saída de pessoa cuja relação de emprego com o estabelecimento cessou durante o ano por qualquer motivo (demissão, aposentadoria, morte), seja por iniciativa do empregador ou do empregado. As entradas e saídas por transferências aparecem incluídas, respectivamente, nas admissões e nos desligamentos”. (BRASIL, 2016, s.p.)
Remuneração média em salário-mínimo	Estabelecida a partir de um resultado que se chega por meio da média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, transformadas em salários-mínimos. Inclui-se neste cálculo os salários, vencimentos, honorários, ordenados, vantagens adicionais e as gratificações. O 13º salário não entra nesta conta. Ressaltamos que no tópico anterior ao discutirmos sobre a Nova Reforma Trabalhista acentuamos que há um direcionamento em se configurar outras formas de pagamento que não seja o salário como remuneração oficial de pagamento a saber, gratificações, prêmios, campanhas, viagens a trabalho. (BRASIL, 2016, s.p.)
Massa salarial	A massa salarial é, de acordo com Brasil (2016, s.p.), o “resultado do produto entre a remuneração média dos empregados em dezembro e o número de empregos existentes no dia 31 do mesmo mês. Nesse indicador, as informações são fornecidas em salários-mínimos vigentes na época. (BRASIL, 2016, s.p.)

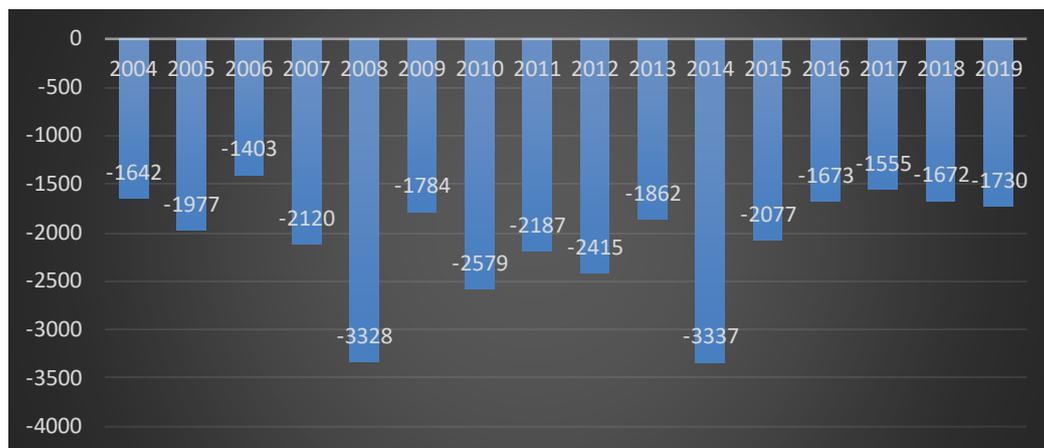
O CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados registra tanto os salários de admissões quanto os salários de desligamentos dos trabalhadores do país. Utilizando de dados de Brasil (2016), temos que a referida ferramenta se estrutura como uma relevante fonte de dados referentes ao mercado do trabalho a nível nacional e com uma temporalidade no recorte do mês. Na sua historicidade, o CAGED teve o objetivo inicial de acompanhar e monitorar as admissões e dispensas de trabalhadores que estão sob a guarda da CLT.

Entre os princípios iniciais se assegurava assistir os desempregados e fomentar políticas públicas de combate ao desemprego no país. É no ano de 1986 que o seguro-desemprego entra na pauta da política pública como um suporte de pagamento aos trabalhadores da economia formal desligados, ou seja, uma medida temporária de assegurar ao trabalhador condições mínimas para ir em busca de um outro emprego e renda após o desligamento da última origem de trabalho. No quesito readequação da nova divisão do trabalho e reestruturação das relações trabalhistas pós anos 1990 (cf. Antunes, 2009) é com a Portaria nº 1.127, de 14/10/2019, que se inserem novos procedimentos para o envio das informações das empresas junto ao CAGED por meio do eSocial, assim como os investimentos tecnológicos no RAIS (cf. BRASIL, 2016).

Das variáveis trabalhadas pelo CAGED e de interesse da pesquisa em tela, temos a “flutuação de emprego”, que é o cálculo da movimentação das admissões e desligamentos em determinado período de corte, a “variação absoluta” que é estabelecida pela diferença entre admissões e desligamentos em um dado município e o “índice de emprego” que é métrica utilizada para mensurar a evolução do emprego formal. Outras informações categorizadas por gênero, escolaridade, faixa etária e tempo de serviço estão disponíveis no banco de dados do Ministério do Trabalho por meio do CAGED (cf. BRASIL, 2016).

De posse dessas informações, podemos acompanhar no gráfico a seguir o saldo do emprego formal no estado do Tocantins no recorte de tempo que vai do ano de 2004 a 2019, banco de dados disponível sistemicamente.

Gráfico 12 – Saldo de emprego formal no estado do Tocantins de dezembro 2004 a 2019

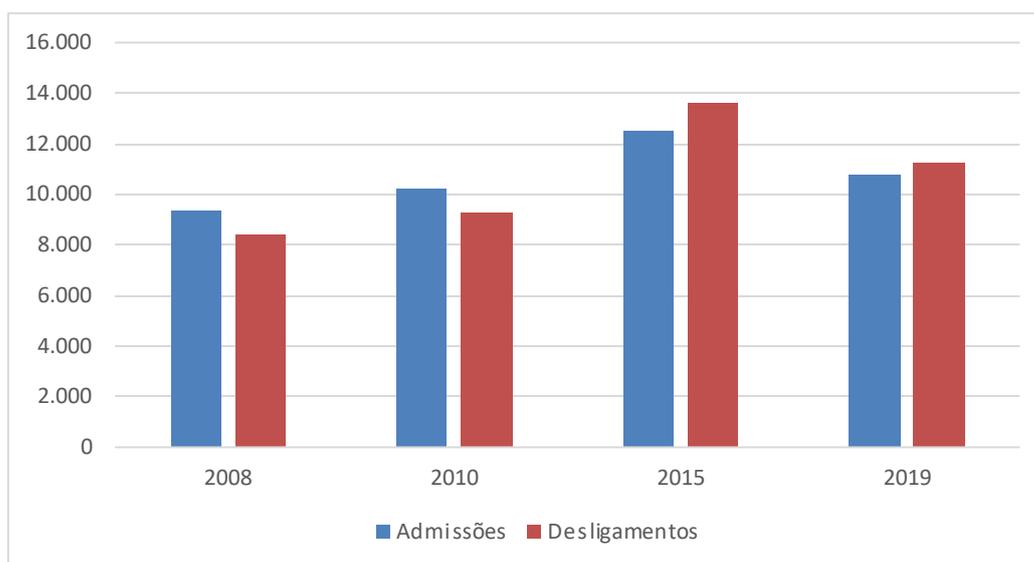


Fonte: ME - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED/Tocantins – elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

Notamos os anos de 2008 e 2014 como anos destaques no volume negativo de saldo de empregos no estado do Tocantins, com os seguintes números respectivamente: -3328 e -3337. Podemos inferir sobre o ano de 2008 que esse volume negativo pode estar diretamente ligado às conjunturas da crise do sistema global do capital, e no ano de 2014, por desdobramentos políticos nacionais em consonância com estratégias do capital internacional que perfazem os números expressivos do saldo do emprego formal negativo nos países de economia periférica, em específico no quadro do estado do Tocantins.

Ainda sobre a análise do saldo do emprego formal na cidade de Araguaína nas duas primeiras décadas do século XXI, observamos um decréscimo dos números relacionados ao emprego formal, ao passo que há um crescimento do número do emprego informal. Ou seja, há um acréscimo de cidadãos que vivem ou trabalham sem estarem assegurados pela CLT e pelos seus benefícios na cidade. Os dados são apresentados a seguir, em uma temporalidade selecionada pelos anos 2008, 2010, 2015 e 2019 e para um acompanhamento do crescimento dos números de desempregados.

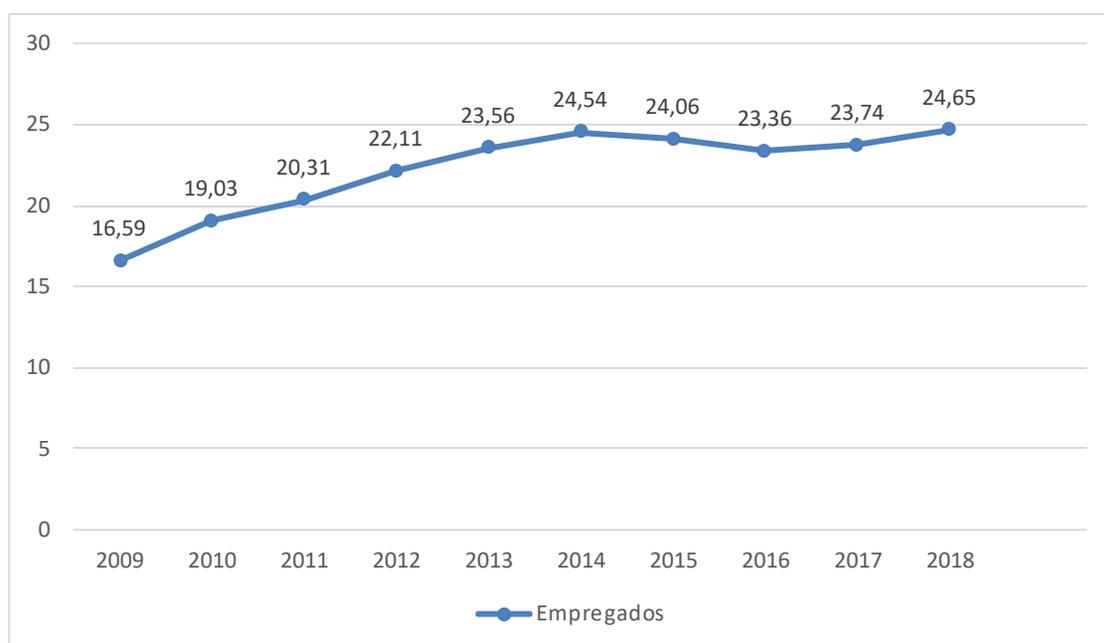
Gráfico 13 – *Análise do saldo do emprego formal no município de Araguaína – TO nos anos de 2008, 2010, 2015 e 2019*



Fonte: ME - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED – Perfil do Município – elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

No ano de 2008, a percentagem de admissões no município perfazia um total de 52,80%, ao passo que o volume de desligamentos total do ano foi de 47,20%. Já no ano de 2010, os valores se configuram na sequência de 52,52% de admissões e 47,20% de desligamentos. Percebemos uma constância nos dois indicadores de análise nos dois momentos especificados (2008 e 2010), em contraposição, nos anos de 2015 e 2019 os valores dos indicadores se invertem, com em 2015 fechando com 47,94% de admissões e 52,06% de desligamentos, e 2019 com 48,93% de admitidos e 51,07% de desligados do emprego formal na cidade. Ou seja, o número de desligamentos sobressai-se ao de contratados no mercado local.

Mediante o decréscimo o emprego formal no município, colocamos uma lupa na análise dos dados do total de empregados reais e por ano no município de Araguaína – TO de 2009 a 2018.

Gráfico 14 – Total de empregados por ano no município de Araguaína – TO de 2009 a 2018

Fonte: RAIS (Ministério da Economia) – DataSebrae – elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

Em 2018, o salário médio mensal era de 2.1 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, Araguaína ocupava as posições 8 de 139 e 6 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1693 de 5570 e 1269 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, Araguaína tinha 34.4% da população nessas condições, o que será discutido mais afrente com as análises do crescimento do número dos indicadores sociais em face ao aumento do desemprego na cidade (BRASIL, IBGE Cidades – 2021).

O número da população ocupada em Araguaína de 2015 a 2019 pode ser analisado na tabela a seguir:

Tabela 06 – Acompanhamento da População Ocupada em Araguaína de 2015 a 2019

Ano	População Ocupada
2015	19,4
2016	18,2
2017	19,9
2018	20,6
2019	19,8

Fonte: IBGE Cidades – elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

Os números da População Ocupada dialogam com os dados também presentes no IBGE Cidade no que concerne à quantidade de unidades locais, empresas empregatícias, pessoal ocupado, pessoal ocupado assalariado e os valores do salário médio mensal no município de Araguaína. A Tabela 07 apresenta-nos um demonstrativo desses números ao longo dos anos de 2006, 2010, 2015 e 2019. Percebemos que há um aumento do número de unidades locais ao longo das duas primeiras décadas deste século atual, juntamente com o crescimento do número de pessoal ocupado e pessoal ocupado assalariado, porém com uma redução do salário médio mensal. Vemos o crescimento do número de pessoal ocupado assalariado e os dados crescentes do desemprego no município, pois o volume de desligamentos, como visto no Gráfico 13, tendem a crescer a partir do ano de 2015 a 2019.

Tabela 07 – Cadastro Central de Empresas, Unidades Locais, Pessoal Ocupado, Pessoal Ocupado Assalariado e Salário Médio Mensal em Araguaína nos anos 2006, 2010, 2015 e 2019

	2006	2010	2015	2019
Unidades Locais	2.673	3.402	3.712	4.108
Pessoal Ocupado	19.565	26.049	33.066	35.819
Pessoal Ocupado Assalariado	16.685	22.692	29.303	31.410
Salário Médio Mensal	2,2	2,1	2,2	2,0

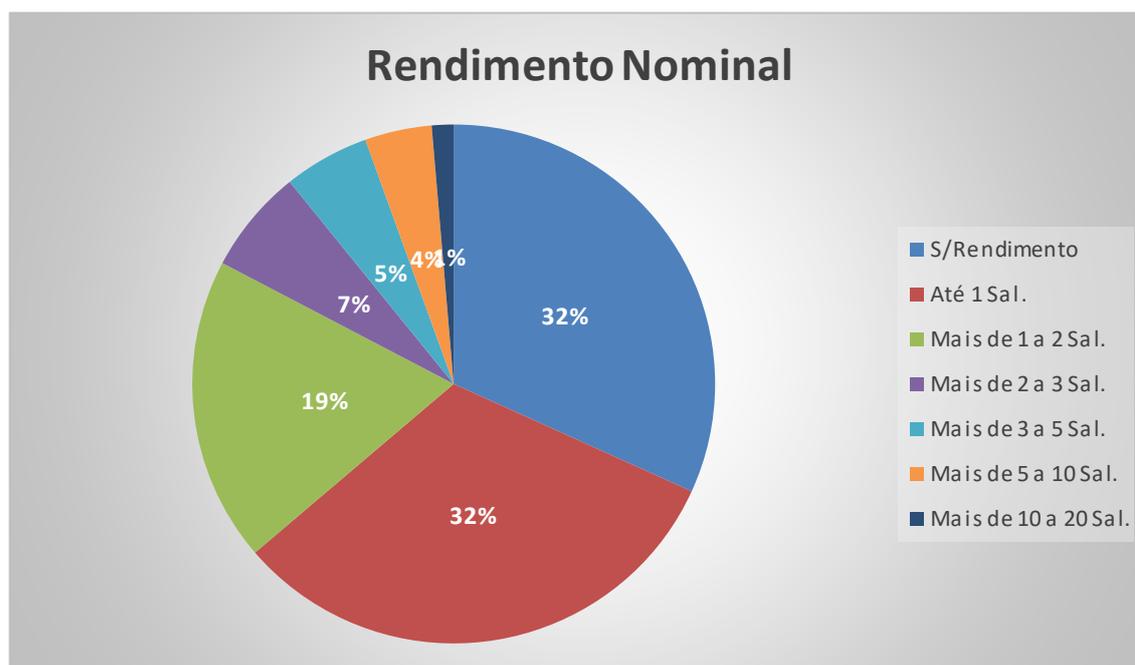
Fonte: IBGE Cidades – elaboração do próprio autor (Jairon Gomes, 2021)

De uma população do município na ordem de 150.484 pessoas, onde se concentra no espaço urbano 142.925 pessoas, de acordo com o último censo do IBGE (2010), temos no ano de 2010 um volume de 26.049 de pessoas ocupadas, o que equivale a 18,22% da população da cidade trabalhando, e, por sua vez, um volume de 22.692 de pessoas ocupadas assalariadas. Ou seja, 15,8% da população citadina com ocupação na economia formal com direito a CLT e benefícios do trabalho formal. Já para o ano de 2019, os números perfazem a casa dos 25% da população urbana ocupada e 21,9% para a empregabilidade no mercado formal. Esse recorte de

2019 é o mais recente, uma realidade mais próxima à crise pandêmica vivida atualmente. O que significa dizer também que se apenas 21,9% dos cidadãos do município no ano de 2019 estão sob a CLT, há que se compreender que os demais 78,1% cidadãos não têm uma relação de emprego e renda formal. Esse número perfaz um volume de 111.515 pessoas.

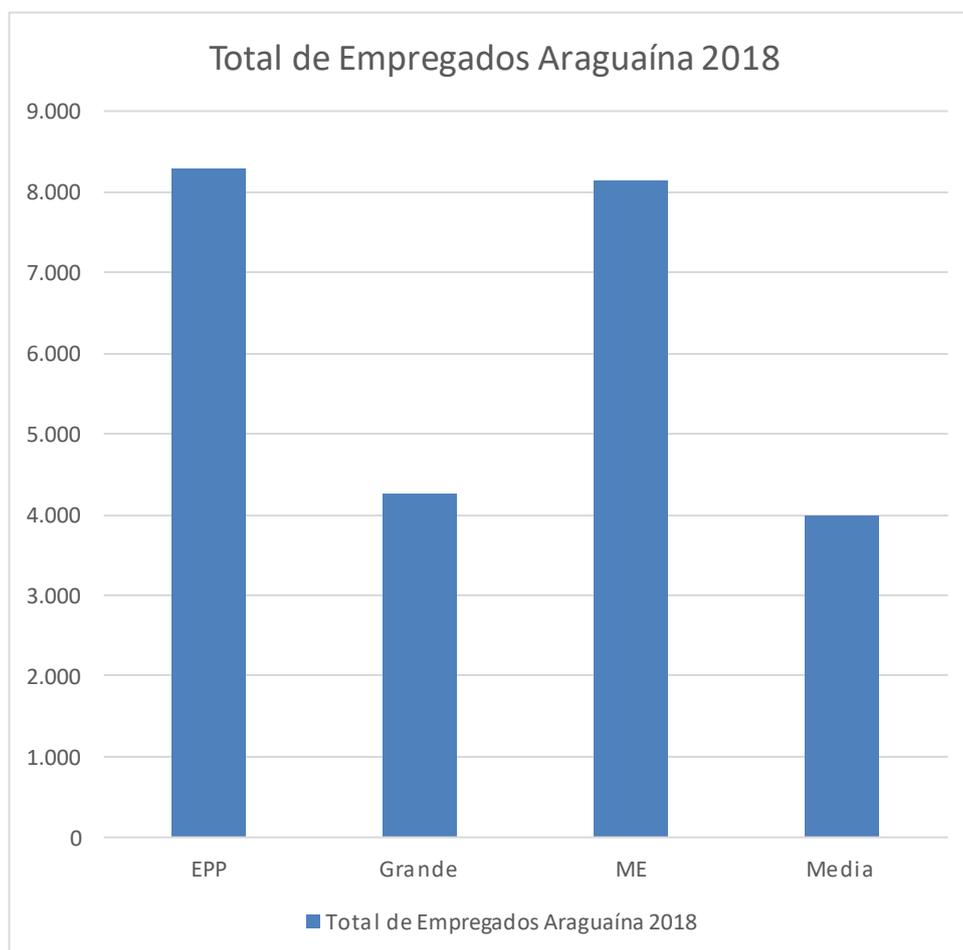
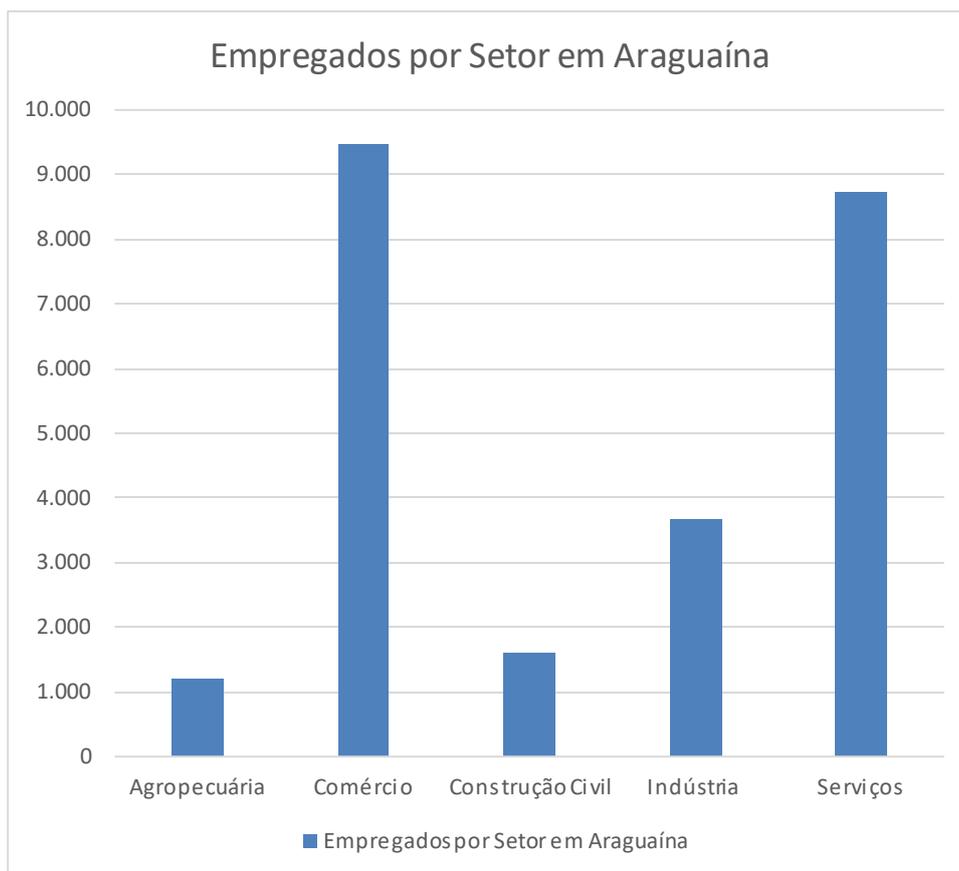
A análise dos dados pode ser relacionada com rendimento nominal mensal em Araguaína, de acordo com o último Censo do IBGE (2010), onde 78.846 pessoas vivem na cidade com até 1 salário-mínimo. O Gráfico 15 demonstra a distribuição dos rendimentos na cidade, o que nos endereça posteriormente a uma análise dos dados sociais do município referente ao total de famílias de baixa renda na cidade, volume de beneficiários do programa Bolsa Família e de dados do Seguro-Desemprego nos últimos anos, o que sedimenta a discussão para as reflexões sobre o mercado informal na cidade.

Gráfico 15 – Classe de rendimento nominal mensal em Araguaína de acordo com o Censo 2010



Fonte: IBGE Cidades – elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

O grande volume na população local ocupado está concentrado nos baixos rendimentos nominais com visto no gráfico anterior. Utilizando de dados de 2018, com fonte do Ministério do Trabalho, via RAIS e pesquisa no banco de dados do DataSebrae, temos o perfil dos empregadores da cidade de Araguaína a ser observado nos Gráficos 16 e 17 a seguir:



Fonte: RAIS – DataSebrae – elaboração do autor (Jairon Gomes, 2021)

O que se denota pelo perfil empregatício e do mercado da cidade é que a maioria dos trabalhadores formais está concentrada nas Empresas de Pequeno Porte (EPP), com 8.292 postos de trabalho no ano de 2018, e Microempresas (ME), com 8.133 postos de trabalho, ao passo que a Média Empresa assume o volume de 3.978, e a Grande Empresa oferece 4.251 postos. Dentro do perfil dos empregadores, a categoria Comércio e Serviços é líder na frente de trabalho no município, com 9.464 e 8.725 postos de trabalho respectivamente, também na análise do ano de 2018. Ou seja, a compreensão de que a cidade de Araguaína, por mais que tenha uma fama de cidade agropecuária, ou de ter sido impactada por grandes projetos na região, o que sustenta a atividade laboral na cidade é o comércio a prestação de serviços. Esses dados de 2018 são corroborados com os dados pesquisados em 2019 e apresentados na Tabela 08 a seguir.

Tabela 08 – *Número de empregos formais em Araguaína – TO dez. 2019 por categoria empregatícia*

Categoria Empregatícia	Volume de Empregados
Extração Mineral	8
Indústria Transformação	3683
Serv. Ind Up.	208
Construção Civil	1.426
Comércio	9.730
Serviços	11.854
Administração Pública	4.687
Agropecuária	1.272

Fonte: Sistema Público de Emprego e Renda – Dados por Município – elaboração do autor (Jaíron Gomes, 2021)

Do volume de trabalhadores com empregos formais em Araguaína por categoria empregatícia faz-se a leitura de que no ano de 2019 o montante de 9.730 empregados está presente na categoria de comércio e 11.854 na categoria serviços, contrastando o volume de empregos formais ofertados pela agropecuária que é de 1.272. Ou seja, reforça-se a leitura de que na cidade a receita do município está concentrada na prestação de serviços e comércio. Esta análise a partir do emprego formal ajuda a dimensionar esse contexto do comércio e serviços no âmbito da economia informal. Debate que traçaremos à seguir no último capítulo referente às análises dos dados coletados nas entrevistas segundo o referencial teórico utilizado na

pesquisa.

3 – CIDADES PARA O CAPITAL NA AMAZÔNIA E O DIREITO À CIDADE AOS VENDEDORES INFORMAIS

Tá no grito, tá no sol que bate
 Tá no rito, tá no sol que arde
 Tá na rua em desespero
 Tá no choro, tá no tiro, tá no medo
 (Verdade de Feirante – O Rappa)

Momento em que reforçamos o modelo de desenvolvimento proposto pela pesquisa que se propõe a discutir o contexto das cidades, pautado no uso dos espaços urbanos e do direito de viver e usar a/na cidade pelos indivíduos e interesses coletivos. Partindo do referencial teórico David Harvey (2014), teremos uma leitura dos dados obtidos na pesquisa segundo uma perspectiva de análise do uso da cidade por um viés marxista de discussão. O autor é referência quando o tema em questão é a cidade para o capital e suas interfaces com as questões de trabalho, luta de classes, meios de produção, classe trabalhadora e os interesses da classe dominante no espaço urbano.

Posterior à fase de coleta de dados referente ao objeto de pesquisa, realizamos a etapa de análise destes dados segundo referencial teórico utilizado na dissertação, por meio da Análise de Conteúdo (AC) das entrevistas feitas em campo pelo pesquisador. A empiria dos dados coletados e analisados aqui nessa seção, assumindo a teoria de David Harvey (2014) de análise das cidades relacionadas com as questões do capital, nos auxilia a compreender as variáveis que compõem o universo da problemática da pesquisa, ou seja, a traçar um perfil desse segmento, trabalhadores informais presentes nas principais “ruas de comércio” da cidade de Araguaína, cuja economia é uma das mais importantes para o estado do Tocantins.

O entendimento deste segmento vem a partir do olhar e das vivências dos vendedores informais presentes no centro comercial da cidade, por meio da análise dos seus depoimentos, da oralidade e da valorização e respeito ao direito de fala dos entrevistados e suas trajetórias de vidas e ocupação dos espaços públicos da cidade. A busca ao analisar as falas a seguir é, para além de traçar um perfil desses vendedores informais, entender qual é a percepção que estes sujeitos têm em relação à cidade e ao trabalho desenvolvido, além de questões da ordem social, econômica e política da categoria. É certo que um estudo prévio de mestrado não visa esgotar o assunto em questão, mas pelo menos propõe o debate à sociedade local e começa a

sistematizar dados que interessam aos estudos das cidades, em especial as da Amazônia Oriental, denominadas “Cidades Médias”.

Em um primeiro momento, utilizamos a obra “Cidades Rebeldes – do direito à cidade à revolução urbana”, de David Harvey (2014), para traçarmos os passos iniciais da linha de pensamento que conduz a tese desta dissertação. Uma outra obra que nos ofereceu grande contribuição foi “Espaços de Esperança”, também de David Harvey (2009), que aborda os desenvolvimentos geográficos desiguais e a luta dos corpos e dos atores políticos nos espaços urbanos globais. A fundamentação teórica se assentou no casamento entre o último autor e o Henri Lefebvre nas obras “A cidade do capital” (2001), “A Revolução Urbana” (2002) e “O Direito à Cidade” (2001). Ambos os autores referênciam no assunto ao estudo das cidades e ocupações por atores políticos nos embasam para a parte analítica da dissertação a seguir, sobre os vendedores informais presentes nas “ruas de comércio”.

Harvey (2014) salienta o direito à cidade com base nas reflexões de Henri Lefebvre, sociólogo francês e filósofo marxista que cunha o termo “Direito à Cidade” pioneiramente no debate acadêmico. Para Lefebvre (2001), a população deveria ter acesso à cidade em suas múltiplas dimensões, tendo nas relações trabalhistas o grande destaque. Mais precisamente, as relações trabalhistas no sistema econômico capitalista materializado nos espaços urbanos das cidades do mundo e as dinâmicas de influência do modo de viver urbano ditadas pelo mercado.

Discutir o direito à cidade não requer apenas uma observação dos sistemas econômicos vigentes, necessita-se de uma leitura que contemple também os aspectos políticos, sociais e culturais de uma sociedade. Harvey (2014) infere que os movimentos sociais, com o tempo, iniciam um processo de reivindicação do direito à cidade, mesmo que esta reivindicação não seja acampada por pautas políticas apresentadas pelos movimentos. Ocupar as calçadas da cidade como forma de uso e ressignificações destes espaços para relações de trabalho caracteriza-se como uma manifestação de direito à cidade em que se vive, mesmo que para o Estado essa forma de ocupação não seja legalmente aceitável. O homem cria a cidade e a cidade, por sua vez, acaba criando este homem urbano.

O processo de industrialização e avanço do capital no globo trouxe uma aceleração do crescimento das cidades e consigo um ritmo mais intenso das transformações sociais vividas nos espaços urbanos. Harvey (2014) salienta que:

Como em todas as fases anteriores, essa expansão muito recente e radical do processo urbano trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que têm dinheiro, como aconteceu com a própria cidade em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais e baseadas no conhecimento, assim como o eterno recurso à economia do espetáculo, tornam-se aspectos fundamentais da economia política urbana (HARVEY, 2014, p. 46)

Sendo assim, no espaço urbano tudo se torna mercadoria. As leis de mercado são as que ditam o ritmo do cotidiano das cidades. Presenciamos, cada vez mais, a ausência ou retirada do Estado de cena nesse processo de desenvolvimento das cidades, principalmente quando o tema pesquisado é a questão trabalhista de ambulantes que vivem da economia informal na principal cidade do norte do estado do Tocantins.

Diante das concepções de Harvey (2014), tendo o desenvolvimento das sociedades sendo construído em uma concepção nada dialética e totalmente excludente, nos questionamos sobre a forma como esses espaços urbanos são apropriados na cidade de Araguaína pelas dinâmicas dos movimentos de ocupação urbana, especialmente, em nosso recorte, pelos ambulantes presentes no centro comercial, e como esses equipamentos urbanos centrais podem se revelar como locais de práticas educativas, gerando o exercício do senso crítico e a participação social da população em direção a uma análise dos índices de desenvolvimento humano.

Para Harvey (2014), a rua é:

[...] um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário, assim como em um espaço de repressão sangrenta. Sempre houve uma luta por quem cuidará e para quem a produção e o acesso ao espaço e aos bens públicos devem ser regulados. A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso (HARVEY, 2014, p. 144).

Trabalharemos, assim, a questão do desenvolvimento da cidade segundo a perspectiva crítica de Harvey, trazendo esse debate para a região norte do estado do Tocantins e o modelo de desenvolvimento que por hora é exercido pelo poder público ou a existência/ausência de políticas públicas associadas à ocupação dos espaços urbanos. No que concerne às análises do processo de pesquisa, elementos como cultura, sociabilidade, relações políticas, educacionais e meio ambiente são de grande valia para as observações e possíveis indicadores encontrados para trabalharmos no direcionamento da pesquisa.

As nossas inflexões a respeito da Análise de Conteúdo das Entrevistas da Pesquisa estão estruturadas em cinco categorias sendo elas: 1) Migração e frentes de trabalho; 2) Precarização das relações de trabalho; 3) Relações de ocupação do espaço público; 4) Aspectos sociais e culturais e 5) Mobilidade urbana, relações sociais no ponto de venda e psicodinâmica do trabalho. Cada categoria está em um quadro analítico com definição prévia e os temas que derivam dela. A partir de então, o pesquisador faz uma classificação dos depoimentos/falas dos sujeitos pesquisados e os agrupa de acordo com as categorias elencadas. Ressalta-se que o surgimento das categorias foi em função da importância das variáveis pesquisadas e da

recorrência destes temas nos depoimentos individuais.

Por uma questão de preservar a identidade das entrevistas os nomes dos trabalhadores não são revelados na dissertação, mesmo o pesquisador tendo a autorização para o uso de dados, áudios e imagens dos dez participantes. A classificação deles por categoria ou segmento preserva a identidade do depoente e reforça a valorização do ofício exercido. Sendo assim, eles estão classificados como: *Eletrônicos, Variedades, Roupas, Milho Assado, Pastel, Variedade e Eletrônicos, Churrasco Grego, Água de Coco, Eletrônicos e Roupas e Calçados*.

Finalizando a explicação estrutural das respectivas categorias de análises e as suas definições e temas, temos as verbalizações. São elas as partes mais importantes de cada fala do entrevistado, ou melhor, a parte/trecho da entrevista recorrente em cada categoria pesquisada. A primeira categoria de análise foi da “Migração e Frentes de Trabalho”, apresentada no quadro esquemático a seguir, e posteriormente temos as análises à luz do referencial teórico.

CATEGORIA 1: Migração e Frentes de Trabalho	
<p>Definição: As pessoas se deslocaram de sua cidade natal para Araguaína; a migração acontece de forma inter-regional, vindas de diversos estados brasileiros e intermunicipal, em que alguns trabalhadores vieram de outras cidades do TO; algumas pessoas tentaram a vida em outras cidades antes de se assentarem em Araguaína. A migração é uma estratégia do governo nacional para ocupação da Amazônia e decisiva para a urbanização de Araguaína. O movimento migratório é tão expressivo que por vezes os temas se entrelaçam ou se sobrepõem.</p>	
Temas	Verbalizações
<p>Inter-regional (expressivo percentual de migrantes oriundos do Nordeste entre os entrevistados)</p>	<p>Churrasco Grego: <i>Que a gente sempre moro em Imperatriz, ali, e aí quando eu decidi vim pra cá a gente começou a ter muitas coisinhas [...]</i></p> <p>Calçados: <i>“Eu nasci em Alto Parnaíba, Maranhão, eu não conheço a cidade porque eu saí de lá muito nova, eu morei em Palmas a minha adolescência quase toda e eu tenho dez anos que moro aqui”.</i></p> <p>Variedades: <i>“Eu nasci em Mauriti, Ceará. Saí de [...] fui para Alagoas, de Alagoas fui pa São Paulo, São Paulo tô aqui agora”.</i></p> <p>Milho Assado: <i>“Eu nasci em Goiânia, né? E cheguei aqui em 2005 [...] meus pais vinham aqui procurar outras melhoras, né?”</i></p>
<p>Intermunicipal (entre os entrevistados encontrou-se uma migração interna, dentro do próprio estado do Tocantins em busca de melhores condições de trabalho)</p>	<p>Pastel: <i>“Eu morei, nasci e mi criei em Muricilândia, com treze ano, nós vei para Araguaína pra trabalhar e estudar, porque minha mãe teve doze filho, né? Aí, or mais vei tinha que saí pa trabalhar pra ajudar nu sustento da casa”.</i></p>
<p>Passagem por outras cidades (as estratégias estatais para a urbanização da Amazônia e o avanço</p>	<p>Eletrônicos: <i>“Rapaz, eu sou lá do Muju, né? Do Pará, mas eu morei muito tempo em Abaetetuba tobém, Belém, porque meu pai é o seguinte, ele não era aquele cara de parar nu lugar, aí no Muju, nor fomo pra Abaeté, de Abaeté fomo pra Belém, voltemo pra Abaetetura de novo, depois voltei pro Muju”. “Aí,</i></p>

do Capital mobilizam a força de trabalho por diversas cidades)	<p><i>de lá do Muju, eu resolvi dá uma volta em São Paulo pra vê como era, aí eu conheci lá, aí de lá de São Paulo eu trabalhei dez anos com o pessoal do Zezé Di Camargo & Luciano, vendendo foto e camiseta [...] aí de tanto viajar assim foi, vim parar aqui em Araguaína e aqui eu fiquei.</i></p> <p>Roupas: <i>“Eu nasci nu Maranhão, na cidade de Arame, me criei em Imperatriz, de Imperatriz comecei a rodar no mundo, aí vim parar aqui em Araguaína.</i></p> <p>Variedade e Eletrônicos: <i>“Nós vimo pa Colina, de Colina nós vimo pra cá e tamô aqui até hoje.</i></p> <p>Água de Coco: <i>“Eu nasci em Tuntum (MA) e me criei em Salvador, de Salvador rodei pelo São Paulo, Rio de Janeiro e no retorno vim parar aqui em Araguaína”.</i></p>
--	--

Vemos que uma parte do comércio local de Araguaína é composta por vários trabalhadores informais vindos de outras localidades, formando diversos pequenos comércios, em que cada um busca por sobrevivência por meio do trabalho informal. A migração apresentada no comércio de Araguaína tem início nos anos 1950 e depois nos anos 70, a partir de vários projetos implantados na região, em especial, a criação da Belém-Brasília (BR-153). Este cenário se reflete ainda hoje, pois Araguaína é vista como uma cidade que oferece oportunidades de uma vida melhor.

As estratégias estatais para a urbanização da Amazônia aliadas ao avanço do capital mobilizam a força de trabalho por diversas cidades na região Norte do país. Segundo Harvey (2014):

A urbanização, como venho argumentando há tempos, tem sido um meio fundamental para absorção dos excedentes de capital e de trabalho ao longo de toda a história do capitalismo. Tem uma função muito particular na dinâmica da acumulação do capital devido aos longos períodos de trabalho e rotatividade e a longevidade da maior parte dos investimentos no ambiente construído. Também tem especificidade geográfica tal que a produção de espaço e dos monopólios espaciais tornam-se parte integrante da dinâmica da acumulação, não apenas em virtude da natureza dos padrões mutáveis do fluxo de mercadoria no espaço, mas em virtude da natureza mesma dos espaços e lugares criados e produzidos em que esse movimentos ocorrem. (HARVEY, 2014, p. 92)

É nesse ambiente de excedente de capital e trabalho em Araguaína que os entrevistados da pesquisa se encontram. De acordo com os dados coletados eles são 40% oriundos do Maranhão, 10% do Ceará, 20% do próprio Tocantins e 20% do Goiás. Um perfil de pessoas que em grande parte chegou à cidade em fluxos migratórios realizados entre regiões do Brasil, explica-se aí 50% oriundos do Nordeste (somam-se Maranhão e Ceará) apresentados na pesquisa de campo, fluxos interestaduais e intermunicipais, dentro do próprio estado. Esse é um dos perfis dos vendedores informais das “ruas de comércio” da cidade de Araguaína, pais e mães de família que percorreram outras cidades em busca de trabalho e renda antes de chegarem

até o local onde estão atualmente.

A segunda categoria de análise é a da “Precarização das relações trabalhistas”. O fator trabalho, ou a ausência de trabalho no seu local de origem, é o grande impulsionador das migrações pelo Brasil, sejam elas historicamente ocorridas ou em acontecimentos atuais. Esse trabalhador que migra de uma cidade à outra em busca de melhores condições de vida nem sempre tem uma escolaridade avançada e isso foi factual nos dados coletados na aplicação dos questionários, onde 50% dos trabalhadores informais não possuem o Ensino Médio completo. Os dados encontrados quanto à escolaridade foram: 10% Primário Completo; 30% Fundamental Incompleto; 10% Fundamental Completo; 20% Médio Completo; 10% Superior Incompleto; e 20% Superior Completo.

Observe a análise da segunda categoria a seguir:

CATEGORIA 2: Precarização das Relações Trabalhistas	
Definição: O fator trabalho é o grande responsável pelas migrações na região pesquisada. As pessoas se assentam em Araguaína em busca de emprego e renda, e este nem sempre acontece por meio do emprego formal via CLT. É na rua e na informalidade que as pessoas encontram a oportunidade de sobrevivência individual e familiar. A relação de trabalho é precária para os trabalhadores informais; os trabalhadores não possuem hora exata para execução de seu trabalho; os trabalhadores não possuem horário definido de almoço ou dia de folga adequadamente remunerada; a falta de oportunidades de trabalho devidamente registrado leva os trabalhadores ao serviço informal; a idade também é um fator que influencia no exercício do trabalho informal; a maioria dos trabalhadores informais espera pela aposentadoria por tempo de trabalho; alguns trabalhadores contribuem para aposentadoria por meio do MEI.	
Temas	Verbalizações
Precarização do Informal (as condições de trabalho dos vendedores informais na cidade de Araguaína se configuram em condições precárias para a execução de seus trabalhos)	Eletrônicos: <i>“Rapaz, aqui nós chega às sete da manhã e nós sai daqui às dezoito horas”. “Nós passa o dia todo, nós almoça por aqui, nós descansa um pouquinho, tem o carro aí meu aí, nós baixa o banco, descansa, cada um descansa uma hora de relógio, aí nós tamô acostumado já, é de segunda a sábado, domingo nós tira folga, domingo não trabalha não”.</i> Milho Assado: <i>“Ai, meu irmão, eu chego aqui, agora última, atualmente, eu tô chegando cinco e meia, seis horas, antes eu chegava mais tarde um pouco, mas agora eu tô chegando, porque eu tô trabalhando com lanche, então passo o dia inteiro aqui [...]”</i> Churrasco Grego: <i>“Levanto cinco hora, começo a preparar as coisa eu e minha esposa, e ela fica em casa, e quando dá umas sete pra sete e meia rá tô aqui na primeiro de janeiro. E aqui eu fico aqui até uma e meia, até as treze e meia, catorze hora, e a noite retorno pra casa e a noite já vou pra outro ponto, né, outro setor e fica até as vinte e duas horas”.</i>
Caminhos para Informalidade (neste tema analisa-se as	Milho Assado: <i>“Na verdade, falta de oportunidade, de ter outro trabalho, né? E depois segundo por opção mesmo, né? Por achar que é melhor, pelo, por muitas coisas. Na verdade,</i>

<p>condições materiais históricas, narrativas de vida que conduziram esses trabalhadores a serem vendedores informais)</p>	<p><i>eu sou filha de vendedores ambulantes, então nasci trabalhando como vendedora ambulante, sempre, conheci meu pai com isso, criou a gente, então, com isso a gente vem desde que eu nasci, meu pai trabalhando, até hoje meu pai também é vendedor ambulante [...]</i></p> <p>Variedades: <i>“[...] é pela idade, que eu já tenho, já tô com quarenta e sete ano e outro por que a falta de emprego, aqui a falta de emprego é grande, então, eu tenho outras profissões, só que pra mim é mais viável trabalhar neste ramo que eu tô hoje”.</i></p> <p>Pastel: <i>“Meu marido tava desempregadu, eu tava grávida di cinco meses e ninguém vai dar um serviço pru uma grávida, né? E eu com duas criança pequena, aí essa foi minha opção de eu trabalhar vendendo lanche na caixinha de isopor, aí depois arrumei o carrim de lanche, ganhei o ponto pela Delegacia da Mulher que me ajudo[...]</i></p> <p>Roupas: <i>“O porquê eu ra comecei trabalhando empregado, aí depois desempreguei, aí depois comecei trabalhando [...] Aí eu gostei muito mais de trabalha pra mim do que trabalhar prozotro, aí fiquei na minha profissão mesmo, trabalhar na rua, ”.</i></p> <p>Eletrônicos e Roupas: <i>“Foi falta de oportunidade, né? Não tem mercado e quando tem é algo, como que posso falar, financeiramente não compensa pra mim, é, ô, por exemplo, o que acontece é que na minha área (formado em RH e Administração de Empresas) tão pagando muito mal, aí eu prefiro ficar aqui [...]</i></p>
<p>Seguridade Social e Política aos Informais (por meio das narrativas individuais observa-se a percepção desses trabalhadores com relação a seguridade social, políticas de estado aos trabalhadores e aposentadoria)</p>	<p>Variedades: <i>“Não, não tem outra fonte de renda. É essa daqui mesmo. Se não vim trabalhar não ganha. Não tem outra pessoa”. “E, a pensar de aposentadoria é isso, tem que esperar né, aposentar com a idade mesmo”.</i></p> <p>Milho Assado: <i>“Nesse caso eu pago o SEBRAE, o INSS já prevendo essa, esse eventual acontecer, né? Porque se eu parar de trabalhar, na verdade não tem quem sustenta, porque eu que sustento a minha casa, então, eu já pago o SEBRAE tentando vê se quando, caso eu precisar, eu tenho”.</i></p> <p>Calçados: <i>“Sim, a gente paga o MEI, a gente paga o MEI, né, pra poder garantir, não sei se vou chegar a aposentar, mas [...]</i></p> <p>Água de Coco: <i>“[...] dei baixa porque eu trabalhei muitos anos de firma e não conta, microempreendedor pelo SEBRAE não conta o tempo anterior que eu paguei INSS, então eu tô chegando no ponto de apusenta pela idade, então dei baixa nu microempreendedor porque pra me apusenta falta dois anos e meio e pro microempreendedor pra me apusenta falta oito, então já dei dinheiro demais pro goveno, então eu opinei a cancelar e a idade tá chegando se Deus permitir eu apusento pela idade”.</i></p> <p>Variedade e Eletrônicos: <i>“É só daqui. É só desse trabalho aqui, não entra outra fonte não. Eu pago a pequena empresa aqui faz tempo já. Têm uns quatro ano de contribuição”.</i></p>

Nesta segunda categoria de análise foi possível agrupar as falas de acordo com a recorrência e relevância em três temas: a “Precarização do Informal” em Araguaína, os “Caminhos para a Informalidade” e as questões referentes a “Seguridade Social e Políticas aos Informais” no contexto local.

Quanto à precarização do seu labor diário a relação de trabalho é precária para os trabalhadores informais da cidade de Araguaína, e isso é perceptível nas suas configurações cotidianas. Eles não possuem hora extra, tampouco um horário definido para o almoço ou descanso ao longo do dia, encaram longas jornadas de trabalho e não possuem folga remunerada.

A precarização dos profissionais liberais da atualidade no comércio de Araguaína faz com que eles se tornem cada vez mais autônomos, sem direitos trabalhistas, é nesse contexto, segundo Castel (2013), que cresce o número de trabalhadores informais face a precarização das suas condições. Eles se tornam vulneráveis, por serem colocados no jogo em que o trabalho vulnerabilizou as pessoas através da exploração.

Já quanto ao tema “Caminhos para a Informalidade” a falta de oportunidades de um trabalho devidamente registrado leva os trabalhadores ao serviço informal. A idade também é um fator que influencia no exercício do trabalho informal. Isto é perceptível nos relatos e nos dados coletados na pesquisa, onde 50% dos trabalhadores informais pesquisados tem 40 anos ou mais, dado este expresso na fala do Sr. Variedade, ao relatar que foi trabalhar na rua: “[...] *é pela idade, que eu já tenho, já tô com quarenta e sete ano e outro por que a falta de emprego, aqui a falta de emprego é grande, então, eu tenho outras profissões, só que pra mim é mais viável trabalhar neste ramo que eu tô hoje*”.

Entre outros fatores que levam ao mercado informal na cidade, os argumentos levantados foram os de: fazer o próprio salário, ou seja, ganhar mais do que emprego diretamente via CLT; falta de oportunidade, tanto para os mais velhos, quanto para os mais jovens; trabalhar individualmente e não para os outros; e fazer o próprio horário. Outros caminhos são identificados pelos depoimentos, tais como a necessidade de ajudar a compor a renda familiar ou motivos de doença que acometem algum membro familiar. Neste item chama-se a atenção também para os indicadores de gênero, onde 70% dos informais é composto por homens e os 30% de mulheres acabam por exercer atividades que historicamente são classificadas como labores femininos como: pastel, venda de salgados, milhos ou confecções.

A maioria dos trabalhadores informais espera pela aposentadoria por tempo de trabalho e alguns contribuem para aposentadoria por meio do MEI. Ou seja, as pessoas se assentam em

Araguaína por meio dos fluxos migratórios em busca de emprego e renda, e isto nem sempre acontece via CLT. É na rua e na informalidade que muitos encontram a oportunidade de sobrevivência individual e familiar. É na rua que o trabalhador informal da cidade sofre as consequências da competitividade do trabalho e a ‘sujeição’ pelo emprego.

O fator estrutura familiar é outro item a ser analisado e isto é perceptível na fala da Sr^a. Milho Assado: *“Na verdade, eu sou filha de vendedores ambulantes, então nasci trabalhando como vendedora ambulante, sempre, conheci meu pai com isso, criou a gente, então, com isso a gente vem desde que eu nasci, meu pai trabalhando, até hoje meu pai também é vendedor ambulante [...]”* Ou seja, uma precariedade laboral que se perpetua de geração para geração, algo que deve ser minimizado por meio de políticas públicas para o fomento ao trabalho formal.

Finalizando a segunda categoria de análise, recorreremos ao recebimento de benefícios da Prefeitura Municipal de Araguaína no período crítico da Pandemia de Covid-19 e o recebimento do Auxílio Emergencial do Governo Federal. Do universo pesquisado, 100% chegou a receber as cestas básicas entregues pela PMA e 80% conseguiu se cadastrar no programa do Governo Federal.

Diante do exposto, seguimos para a próxima categoria de análise que é a de “Relações de Ocupação do Espaço Público”.

CATEGORIA 3: Relações de Ocupação do Espaço Público	
Definição: As relações de ocupação do espaço público pelos vendedores informais nas “ruas de comércio” na cidade de Araguaína se apresentam em suas múltiplas formas de acordo com as narrativas e relatos coletados em entrevista de campo, ou seja, temos a presença de vendedores informais fixos, aqueles que são cadastrados pela Prefeitura Municipal de Araguaína, por meio da FUNAMC, e fazem parte da Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína, e os vendedores informais móveis, aqueles que circulam pelas ruas com a venda de suas mercadorias, não fazendo parte dos vendedores cadastrados pela associação. O interesse desta pesquisa assenta-se nos vendedores que ficam na sua grande maioria fixos, pertencendo ou não à associação existente.	
Temas	Verbalizações
Tempo de Trabalho no Ponto de Venda	Eletrônicos: <i>“Rapaz, nesse ponto aqui já é, já é uns quatorze anos aqui”.</i> Variedades: <i>“eu tô aqui a quatorze ano”.</i> Roupas: <i>“Já tem uns dez ano mais ou meno que eu fico nele aqui”.</i>
Condição da Definição Geográfica do Espaço Ocupado	Variedades: <i>“Aqui foi definido através da prefeitura, foi um acordo entre a associação e o prefeito Ronaldo Dimas, então nós chegamos um acordo pa retirar os vendedores da Cônego João Lima e colocar cada um no seu ponto fixo, nas transversais, né?”</i> Roupas: <i>“[...] quando a gente começou não era através da prefeitura, a prefeitura foi e organizou para nós, pra nós ficá trabalhando só nas esquina”.</i>

	<p>Pastel: “[...] nesse tempo eu tinha que fazer uma cirurgia do utru, aí esse tempo eles me indicaram se eu não tinha um ponto em vista pra mim trabalhar. Aí, eu falei que tinha, que era aqui de baixo do pé de almenda, na frente da escola, aí eles me concederam pra mim vim botar o carrim de lanche aqui”.</p> <p>Variedade e Eletrônicos: “Não foi eu que escolhi, eu fui premiado pelo Pará (Raimundo) que é o nosso presidente. E aí, ele me deu esse ponto e eu fiquei satisfeito”.</p> <p>Calçados: “[...] foi eu mesmo, porque quando a gente montou a associação não podia mais ficar na Cônego, aí tinha que ser nas laterais, aí foi ficando cada um em um, em uma lateral, aí, assim foi”.</p> <p>Churrasco Grego: E aí eu fui me arrumando em alguns ponto, né, inclusive que né tão fácil também, as vezes eu fiquei aqui em frente da loja aqui, o dono chegou e mandou eu sair, e agora eu tô aqui na rua pública, né, na rua da prefeitura e aí tamô aqui na luta.</p> <p>Água de Coco: “o prefeito, ele fez uma reunião com todos os ambulante e tem um cabeça aí que é o chefe e cada um ele designou um ponto pra cada um de nós [...]”</p>
<p>Caracterização do Ponto de Venda – Fixo ou Móvel</p>	<p>Eletrônicos: “E o nosso ponto é fixo, porque nós somos legalizado pela prefeitura, nos têm direito um metro e meio de comprimento por oitenta de largura, né?”</p> <p>Variedades: “O ponto é fixo, todos os dias eu tô aqui”.</p> <p>Milho Assado: “Aí, não tem assim um local definido porque, por causa da fiscalização, né? As vezes a gente fica na Cônego, outras vezes fica nas laterais e assim vai”.</p> <p>Eletrônicos e Roupas: “[...] eu passo no Regional, passo ali na Lotérica e venho pra cá, aí di vez em quando eu desço ali na Maternidade, dou uma volta aqui no lugar e volto pro meu ponto quando tá fraco”.</p>

De acordo com Harvey (2014), o direito à cidade está cada vez mais concentrado nas mãos dos interesses privados ou quase privados e isso é notório nas “ruas de comércio” da cidade de Araguaína. Nessa terceira categoria de análise, por meio das falas individuais dos trabalhadores informais, analisa-se os três temas a seguir: 1) Tempo de trabalho no ponto de venda; 2) Condições de definição geográfica do espaço ocupado; e 3) Caracterização do ponto de venda.

Mediante ao manuseio dos dados qualitativos e quantitativos observa-se que com relação ao tempo de trabalho a média de ocupação nas ruas dos trabalhadores pesquisados está em torno de 8 a 10 anos. Já com relação às condições de definição do ponto a maioria tem um vínculo com as regras estabelecidas pela Prefeitura e a Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína, ou seja, 80% das entrevistas informaram que fazem parte da referida associação. Os 20% restante é formado por trabalhadores autônomos e informais que tentam realizar a venda de seus produtos sem ter uma relação com órgãos públicos ou de caráter político. Já com

relação à característica do ponto, 80% deles está em um ponto fixo, pré-estabelecido e acordado com a gestão pública, e os outros 20% são vendedores que circulam por pontos diversos ao longo do dia, ou seja, transitam em busca do cliente e da venda.

A fala do Sr. Eletrônico expressa bem a multiplicidade dos vendedores informais de Araguaína. Há um expressivo contingente de trabalhadores que não pertencem à Associação dos Vendedores Informais do Município, não são computados nas políticas locais e tão pouco se estabelecem fixos em um mesmo lugar. **Eletrônicos e Roupas:** “[...] *eu passo no Regional, passo ali na Lotérica e venho pra cá, aí di vez em quando eu desço ali na Maternidade, dou uma volta aqui no lugar e volto pro meu ponto quando tá fraco*”.

Para Harvey (2014), reivindicar o direito à cidade é reivindicar algum tipo de mecanismo que lhe gere um poder configurador ou de intervenção nos fluxos e processos da urbanização, ou melhor, em como as cidades têm se estruturado, e para ele isto deve ser emergencial. O tempo histórico e as condições de trabalho desses sujeitos em pleno centro comercial não pode ser algo invisível ou invisibilizado pelo poder público. Entre os produtos comercializados, 60% são variados como eletrônicos, roupas, sapatos e objetos do mercado chinês ou falsificados. Os 40% demais estão comercializando alimentos como bebidas e comidas, ponto de parada para os transeuntes que estão no centro a resolver assuntos burocráticos ou em compras.

A próxima categoria também ajuda a traçar um perfil aproximado dos vendedores informais em Araguaína. Neste tópico nos interessou saber questões da ordem dos aspectos sociais e culturais que estão entremeadas com a classe que vive do trabalho informalmente nas ruas da cidade. Entre os temas desdobrados a partir desta categoria temos: 1) Educação e 2) Lazer. Por meio de suas percepções e falas traçamos algumas inferências de como vivem esses vendedores informais e quais são as suas privações.

CATEGORIA 4: Aspectos Sociais e Culturais	
Definição: Os vendedores ambulantes da cidade de Araguaína e as suas respectivas famílias usufruem dos aparelhos de estado (municipal, estadual e federal) por meio dos serviços disponíveis e prestados na cidade na área da educação, lazer e saúde. Por trabalharem muito, em jornadas diárias e semanais exaustivas, o lazer e o tempo dedicado ao passeio e a relaxar acaba por ser reduzido, a contar com a pouca oferta de entretenimento na cidade. A composição familiar por se apresentar mista e diversa, acaba por retratar o uso do sistema educacional que perpassa pela atualidade ou no passado a depender da narrativa de cada vendedor(a). Por não possuírem CLT, sem benefícios de trabalho (como plano de saúde, auxílio refeição e outros benefícios), todos os vendedores entrevistados usufruem dos serviços públicos da cidade como os de assistência à saúde, educação e lazer, cada um a depender da sua composição familiar e demandas internas.	
Temas	Verbalizações
Educação	Eletrônicos: “ <i>É tem um que tá na faculdade, tem outro</i> ”

	<p><i>que estuda, aí tem o menozim que tá na creche ainda, e é isso aí”.</i></p> <p>Variedades: <i>“Olha, eu tenho duas filhas, elas ainda tão estudando, não, não trabalham, né?”</i></p> <p>Milho Assado: <i>“Não, a gente faz faculdade, eu e o meu filho a gente paga a faculdade”.</i></p> <p>Calçados: <i>“Sim, sim, ele estudou na creche, aí meu filho foi bem novinho pra creche e estudo tempo todo em escola pública”.</i></p> <p>Pastel: <i>“[...] os dois estuda e ainda tá estudando pela escola do governo, do governo mesmo. Nenhum ainda tá fazendo faculdade, não”.</i></p> <p>Variedade e Eletrônicos: <i>“[...] hoje, elas é formada, moram em Goiânia. Uma é formada como enfermeira mestre a outra é doutora [...]”.</i></p> <p>Churrasco Grego: <i>“[...] ele concluiu o estudo dele aqui, né, e tem muito benefício, joga no voley, aqui sempre tem campeonato [...]”</i></p> <p>Água de Coco: <i>“Estudaram, mas não chegaram a esse ponto de faculdade não”.</i></p>
Lazer	<p>Eletrônicos: <i>“[...] o meu mino é autista, sabe? O mais novo, aí eu tenho que levar pra passear, nós sai de vez em quanto aí, mas não é aquele negócio de sair direto, sabe? Por que nós trabalha o dia/semana todo, quando chegar em casa quer descansar um pouquinho”.</i></p> <p>Roupas: <i>“Às vezes a gente vai pa car dum colega meu aí, ou às vezes a gente vai pa uma chácara, vai tomar um baim pa enterter o fim de semana, pa num fica só em casa”.</i></p> <p>Calçados: <i>“A gente vai pra parque, a gente vai pra banho, agora não pode por causa da pandemia, né? Mas quando podia [...] a gente ia”.</i></p> <p>Pastel: <i>“[...] nu domingo, nós vamo sair um pouquim, a gente vai aqui pa Via Lago, a gente vai alí pu banhar alí no baim do Lontra, puraqui mermo”.</i></p> <p>Variedade e Eletrônicos: <i>“[...] sempre os final de semana a gente vai pa car da minha sogra que ela é acamada, né?”</i></p> <p>Água de Coco: <i>“[...] mas o lazer aqui é só banho, porque Araguaína é faturosa de água pra tudo quanto que é canto [...]”</i></p> <p>Churrasco Grego: <i>“Na verdade o nosso lazer é muito pouco, né? Por causa do tempo, né, mas geralmente a gente procura um banho [...]”</i></p> <p>Eletrônicos e Roupas: <i>“[...] de lazer é a Via Lago, só que a gente mais vai, é raramente”.</i></p>

A média de filhos dos trabalhadores em estudo tem conexões com esta categoria os aspectos sociais e culturais, 90% dos entrevistados possui filho e apenas 10% informou não ter filho. Entre os que informaram ter filhos, 60% tem mais de dois filhos, o que configura uma média de no mínimo quatro pessoas em casa, ou seja, o recurso apurado com as vendas de produtos na informalidade deve ser dividido perceptivamente por quatro pessoas ou até mais

no caso dos 30% que informaram que terem três filhos ou mais. As longas jornadas de trabalho impossibilitam na grande maioria que esses trabalhadores tenham um tempo dedicado ao lazer ou atividades culturais na cidade, ou mesmo, a reduzida oferta por parte do poder público.

A ausência de teatros e outras atividades públicas e gratuitas acabam por reduzir o lazer na cidade de Araguaína a passeios na Via Lago, Parque Cimba ou idas a casa de parentes ou banhos de rio aos finais de semana. O Sr. Água de Coco informa que quando o assunto é lazer os banhos, passeios pela Via Lago e visitas a amigos e familiares são as atividades principais. Já no quesito educação em sua fala deduz-se que o ensino superior é para poucos filhos de trabalhadores informais. Ele informa sobre os seus filhos: *“Estudaram, mas não chegaram a esse ponto de faculdade não”*.

David Harvey (2015) pontua os desenvolvimentos geográficos desiguais e os direitos universais, nesta categoria estamos realizando uma análise da educação e aspectos culturais dos vendedores informais de Araguaína a partir da colocação a seguir:

Mas é também por meio da compreensão dos desenvolvimentos geográficos desiguais que podemos avaliar de modo pleno as intensas contradições hoje existentes no âmbito das trajetórias capitalistas de globalização. Isso ajuda a definir campos possíveis de ação política. A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais (HARVEY, 2015, p. 115).

Com base nas contextualizações acima e nos relatos dos entrevistados, discutir o Direito à Cidade aos vendedores da economia informal na cidade de Araguaína é quase uma questão utópica mediante as precárias condições em que estes vivem e sobrevivem. As suas dimensões ao Direito à Cidade asseguradas precisam ser para além da ordem jurídica, das legislações asseguradas ou negadas. A cidade e o seu desenvolver do capital deixam esses trabalhadores e seus familiares à margem do processo de reprodução do capital, além de alienar o trabalho exercido por eles. A estes trabalhadores devem ser asseguradas políticas públicas que visem conhecer ainda mais o seu universo, que trabalhem a qualificação desta mão de obra, gerem emprego e renda e assegurem as questões básicas como educação, saúde e cidadania.

Na quinta e última categoria de análise para uma compreensão dos vendedores informais em estudo temos os seguintes temas: 1) Mobilidade diária, movimento pendular casa – trabalho – casa; 2) Guarda da mercadoria e relação com o comércio local; e 3) Psicodinâmica do trabalho.

Dentro dessa perspectiva do movimento pendular e os seus deslocamentos casa – trabalho – casa elaboramos o mapa de calor, material este já apresentado no momento da

descrição dos sujeitos e espaços da pesquisa a fim de dimensionar as distâncias percorridas diariamente por cada vendedor informal de sua casa até as “ruas de comércio” do centro de Araguaína. Como se observa a seguir nesta categoria, o fator mobilidade urbana é um item relevante para a leitura da pesquisa. Os locais de moradia estão relacionados com ocupações urbanas, que por sua vez denotam locais com forte presença de populações migrantes na cidade de Araguaína, a observar Antero (2016) ao estudar a urbanização na cidade por meio dos processos de migração.

CATEGORIA 5: Mobilidade Urbana, Relações Sociais no Ponto de Venda e Psicodinâmica do Trabalho	
<p>Definição: O fator mobilidade urbana no sentido da constituição do trajeto diário do vendedor informal, no que concerne a ida de casa ao trabalho (ponto de venda) e de volta para a casa, a contar que a multiplicidade de meios de locomoção se apresenta como sujeitos que vão desde a pé, moto, carro próprio ao uso da lotação como transporte alternativo na cidade. Por meio do mapa de localização das moradias dos entrevistados, percebem-se as distâncias percorridas diariamente, e que são consideráveis, visto que a maioria reside em ocupações urbanas que são características de famílias migrantes à cidade. Nesta categoria pontua-se o uso do espaço de trabalho referente ao uso do banheiro e relações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho e o seu entorno. E alguns aspectos da área da psicodinâmica do trabalho do vendedor informal da cidade de Araguaína.</p>	
Temas	Verbalizações
Mobilidade Casa – Trabalho – Casa	<p>Variedades: “<i>Me locomovo pra minha casa de moto, vou de moto todos os dias</i>”.</p> <p>Roupas: “[...] <i>pra sair de casa eu tenho uma moto</i>”.</p> <p>Milho Assado: “<i>Às vezes eu venho no meu carro, outras vezes venho numa moto, né?</i>”</p> <p>Pastel: “<i>Eu veum de lotação [...]</i>”</p> <p>Variedade e Eletrônicos: “<i>Eu venho de moto, a moto é minha</i>”.</p> <p>Churrasco Grego: “[...] <i>antes eu vinha na moto, mas hoje, Deus abençoou com este carrim [...]</i>”</p> <p>Eletrônicos e Roupas: “<i>A pé, empurrando o carrinho</i>”.</p>
Guarda da Mercadoria e Relação com o Comércio Local	<p>Eletrônicos: “<i>Ai, eu trago no carro, eu tenho meu carrinho aí, nós coloca a mercadoria e vai embora</i>”.</p> <p>Variedades: “[...] <i>minha mercadoria ela é colocada na loja também, eu deixo [...]</i> pessoal da loja são muito parceiro, autoriza que eu coloco a minha mercadoria.</p> <p>Roupas: “[...] <i>já tem uns dez anos quase que eu tenho esse local para guardar a mercadoria lá. Alugado e paga por mês</i>”.</p> <p>Milho Assado: “[...] <i>a gente paga um local. Pagamos um local, guardamos nossas coisas, né?</i>”</p> <p>Calçados: “[...] <i>eu guardo ele numa garagem tudo bunitinho [...]</i> Tranquila, graças a Deus (relação com os comerciantes), <i>super tranquila</i>”.</p> <p>Pastel: “[...] <i>guardo o meu carrim alí nu estacionamento e pago sessenta reais por mês, que o homi me cobra pra</i></p>

	<i>guardar o carrim”.</i>
Psicodinâmica do Trabalho	<p>Eletrônicos: “<i>O almoço nós liga e o rapaz do restaurante traz aqui pra nós, entendeu?</i>”</p> <p>Variedades: “[...] <i>em relação ao almoço, alimentação, pessoal traz pra mim, a gente compramos, eles trazem, delivery [...]</i>”</p> <p>Calçados: “[...] <i>pra almoçar, almoço aqui no restaurante do lado, vou no banheiro aqui e assim vai</i>”.</p> <p>Pastel: “[...] <i>(hora do almoço e banheiro), aqui no estacionamento</i>”.</p> <p>Variedade e Eletrônicos: “[...] <i>e verter água a gente vai aqui no bar da esquina, beber água a gente bebe na loja</i>”.</p> <p>Churrasco Grego: “[...] <i>tem que tomar muita água por causa da quintura, e o banheiro graças a Deus, a amizade aqui eu fiz [...]</i>”</p> <p>Eletrônicos e Roupas: “[...] <i>é muito difíci, pra almoçar eu tenho que pedir, né?</i>”</p>

Os vendedores informais se locomovem de carro próprio, moto, transporte lotação, a pé ou mesmo empurrando os seus carrinhos como percebemos nos relatos acima. A aquisição de um meio de transporte é um sinônimo de status alcançado por muitos, como podemos notar na fala do Sr. Churrasco Grego: “[...] *antes eu vinha na moto, mas hoje, Deus abençoou com este carrim [...]*”. Ou seja, ao trabalhador informal, desprovido dos direitos ao uso da cidade, do trabalho formal via CLT e das regulamentações trabalhistas, resta a ele contar com o trabalho colaborativo entre a família e os amigos e com as devoções divinas.

A guarda da mercadoria e as relações estabelecidas com o comércio local, no entorno, na maioria dos relatos, se apresenta amigável por hora, visto que há relatos de atritos em tempos anteriores com a prefeitura, polícia, fiscais da postura ou mesmo com alguns empresários. A guarda da mercadoria já se desdobra em outras relações comerciais em meio ao contexto dos vendedores informais, devido ao fato de a maioria pagar por alugueis de pontos ou garagens para efetuar a guarda das suas mercadorias. A Sr^a Milho Verde aponta muito bem essa situação em que para ela: “[...] *a gente paga um local. Pagamos um local, guardamos nossas coisas, né?*”. Esse pagamento se configura como mais uma despesa mensal a este trabalhador.

Outro fator desta categoria está relacionado com a psicodinâmica do trabalho, conceito esse alcunhado por Christophe Dejours (2017), ou sobre os efeitos de se trabalhar em condições precárias cotidianamente e o seu impacto na saúde física e mental desse trabalhador que está na rua diretamente ligado aos fatores naturais como chuva, sol, fumaça, poluição do ar, sonora e visual, além dos insultos do poder público ou mesmo dos clientes. Na fala do Sr. Eletrônicos e Roupas ele informa que: “[...] *é muito difíci, pra almoçar eu tenho que pedir, né?*”. Existindo muita precariedade em relação à alimentação, ao uso de banheiros, possibilidades de tomar banho e outros fatores estressantes da ordem do psíquico também.

Mesmo mediante todas essas adversidades vivenciadas pelos vendedores da economia informal, o que denota nos últimos tempos é o crescimento do movimento do “antitrabalho” enquanto um conceito e até mesmo enquanto uma prática replicada nas ruas e nos cotidianos das principais cidades do Brasil. O movimento vem ganhando força e, principalmente após o colapso da pandemia de Covid-19 e as suas vulnerabilidades, muitos trabalhadores estão deixando os seus postos de emprego em busca de melhores opções de trabalho, o que por outro lado coloca esse trabalhador a repensar as relações trabalhistas praticadas no ambiente da empresa/fábrica.

O conceito do “antitrabalho” é alicerçado por críticas econômicas anarquistas e socialistas. Por um certo momento era apenas uma ideia marginalizada e que aos poucos foi ganhando espaço e avançando a medida em que se percebe a precarização das relações de trabalho formal e o crescimento do desemprego no mundo. Somado a todo esse contexto, mais a falta de oportunidade a esses sujeitos, as frustrações da natureza do trabalho e outros fatores mencionados acima, a saída para manutenção da vida na cidade acaba por ser a venda de produtos nas ruas. Esse vendedor informal reconhece nesta a única oportunidade de ganhar renda, ou mesmo, percebe que o emprego formal não lhe proporciona a liberdade de se organizar e trabalhar somente o necessário, no lugar de gerar lucro ou excesso do capital para um empresário o qual detém os meios de produção.

Na rua, o vendedor informal é dono do seu meio de produção e é funcionário ao mesmo tempo. Ele faz a sua carga horária, acumula o seu lucro, além de contribuir para o fluxo de mercadorias e capitais em uma escala reduzida. O trabalho alienante da economia informal, aos poucos, vai se resignificando e ganhando novos contornos, como demonstram os números da pesquisa em que 60% dos vendedores já aceita o Pix como uma transação comercial, que 50% já utiliza o WhatsApp para as vendas, e que 10% já usa aplicativos de vendas.

Esses dados coletados em campo corroboram com os números apresentados na reportagem do periódico Correio de Carajás (2021) ao apontar que, segundo os dados do Banco Central, atualmente 79% das transações comerciais estão sendo feitas via Pix, isto para as pessoas físicas, categoria que também engloba os vendedores informais na cidade de Araguaína. Ainda segundo os dados da reportagem, as transações entre pessoas físicas ocorrem no seu maior volume entre as pessoas de 20 e 29 anos, sendo o Pix entre as pessoas jurídicas, mesmo pagando taxas, uma transação que aos poucos vem assumindo grande expressividade e alterando as dinâmicas do setor de comércio e serviços. Segundo dados do Banco Central (Carajás, 2021), o Pix atingiu números de avanço na ordem de 1.733% de novembro de 2020 até julho de 2021, enquanto as transações como Doc, Ted e Tec tiveram quedas consideráveis no mesmo período de análise.

Este trabalho de longe teve o objetivo de esgotar o debate sobre os vendedores informais presentes nas principais “ruas de comércio” de Araguaína, é apenas um pequeno demonstrativo sobre como se comporta este segmento e de que forma podemos contribuir para melhorar as suas condições de trabalho e direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como premissa a análise do espaço público e a ocupação por vendedores informais no centro comercial da cidade de Araguaína – TO, em uma perspectiva do “Direito à Cidade”, categoria essa criada por Henri Lefebvre, no ano de 1969, na França, data de publicação da sua obra “*Le Droit à La Ville*” (Direito à Cidade). A obra, de Lefebvre não é uma obra jurídica e sim de cunho e caráter filosófico. É algo que vai muito além do ser, estar ou permanecer e utilizar os espaços públicos e as estruturas urbanas de uma cidade. O debate do **Direito à Cidade** está na ordem do acesso aos direitos humanos e sociais garantidos ou não nas cidades capitalistas, industriais, periféricas e pós modernas. São um conjunto de ideias e reflexões epistemológicas que debatem o acesso renovado e transformador da vida urbana.

As transformações das cidades com o tempo histórico e o desenrolar do sistema capitalista em sua forma de irradiação da economia mercantil em sua forma global transformou os valores de uso do espaço urbano em detrimento do valor de troca no interior das cidades. Aos poucos, bens, mercadorias e a circulação de capitais passou a ser fluxo constante entre as principais cidades do mundo, de acordo com Lefebvre (2001). A contar as transformações do Capitalismo comercial, financeiro e industrial e, no momento, assumindo a forma global, neoliberal e da precarização das relações de trabalho e do aumento do desemprego nos centros urbanos.

Quando Lefebvre (2001) menciona este direito e posteriormente David Harvey (2014) dá continuidade ao debate, ambos não discutem um simples direito de visita ou retorno clássico do direito a viver nas cidades tradicionais e sim o direito às transformações dentro deste espaço urbano no qual a maior parte da sociedade se insere, ou melhor, habita. Ao longo do tempo a expressão **Direito à Cidade** ganhou novos desdobramentos, outras pautas e significados da ordem do urbano e do campo das ciências sociais e aplicadas. Pauta esta da pesquisa em questão, que é a de realizar um estudo sobre as dinâmicas dos espaços públicos e ocupação destes pelos vendedores ambulantes / informais no centro comercial da cidade de Araguaína.

Essa compreensão que apresentamos vem construída por meio dos referenciais bibliográficos assumidos na pesquisa, de cunho de teóricos pós-marxista, da teoria de Lefebvre e Harvey e dos depoimentos, olhares e vivências dos vendedores informais presentes no centro comercial de Araguaína, por meio da materialidade das entrevistas analisadas e dos dados coletados em campo.

O que se denota, é a urgência para um despertar da consciência e do protagonismo da nova classe trabalhadora brasileira e o seu uso democrático da cidade. Precisamos sair da

‘atomização’ e ocupar as cidades, praças, ruas, parques, centros comerciais, prédios abandonados ou logradouros públicos. Juntamente com as ocupações, as pautas trabalhistas precisam estar o tempo todo reivindicadas para que um novo cenário relacionado aos movimentos sociais e as cidades possam florescer e ser transformado no Brasil, trazendo perspectivas mais reais e humanas aos sujeitos coletivos do ambiente urbano.

A democratização do espaço urbano, teorizada por Lefebvre e Harvey, não é a realidade que foi encontrada nas principais “ruas de comércio” da pesquisa onde, as questões de gênero são excludentes e decisivas. O **Direito à Cidade** começa a ser negado na constituição dos principais corredores de comércio da cidade e isso é um fator histórico, que veio com a instalação de grandes projetos na Amazônia, abertura de rodovias, o desenvolvimento do setor de comércio e serviços na região e concomitante a intensificação dos fluxos migratórios.

A cidade, com o tempo, assentou-se na exploração do capital industrial, financeiro e imobiliário em detrimento da marginalização de uma leva de operários ou trabalhadores sem formação e que passaram a ocupar as ruas para a venda de produtos para prover sua sobrevivência e de suas famílias. A maneira como a cidade vai formando nichos de mercado e segmentando os acessos aos espaços e políticas públicas diz muito sobre essa negação ao **Direito à Cidade**. Do perfil pesquisado dos vendedores informais vemos que 70% da força de trabalho informal presente nas ruas é de homens, em sua expressividade de homens pretos ou pardos, com um nível de escolarização muito baixo (chegando a 50% abaixo do Fundamental Completo) e eles assumem atividades laborais que são características sociais do trabalho do homem, além de serem a maioria das relações políticas de formação da Associação dos Vendedores Ambulantes de Araguaína.

São migrantes oriundos, na sua maioria, de outros estados, com falas e discursos bem expressivos sobre os vários percursos percorridos por outras cidades até a chegada em Araguaína. No que tange às mulheres vendedoras da economia informal, o **Direito à Cidade** lhes é negado em amplas frentes, seja ele da negação dos direitos jurídicos, trabalhistas e de uso da cidade, seja ele da divisão sexual do trabalho e das questões do campo da sociedade patriarcal e da sujeição das mulheres às atividades de trabalho que, historicamente, são associadas ao gênero feminino.

São trabalhadores que assumem, na maior parte do tempo, um posto fixo para a comercialização de produtos, sendo 60% com a venda de produtos eletrônicos (isso inclui a venda de carregadores de celulares, *pendrives*, capas de celular, painéis, meias, antenas, lanternas, sombrinhas, óculos de sol, controle remoto, carteiras e uma variedade de produtos de consumo popular). São produtos para uma venda imediata, de abordagem rápida e transação comercial feita em meio às múltiplas dinâmicas do centro comercial. Em outra direção, temos

o comércio de comidas, lanches, salgados e bebidas que estão sempre localizados em pontos estratégicos, como em portas de escolas, bancos, cartórios, ou seja, em locais de alto fluxo de pedestres e, na sua maioria, liderado por mulheres.

Esses vendedores informais assumem uma carga expressiva de horas de trabalho sem as devidas condições ideais para uma execução laboral de qualidade, trabalhando todos os dias da semana, de segunda a sábado, por horas a fio, no sol, na chuva e vulneráveis às muitas intempéries, riscos e danos, como acidentes de trabalho, exposição à poluição visual, sonora e perseguições. Ressaltamos, mais uma vez, que estudos desse campo de investigação ainda são escassos no país, principalmente na realidade do estado do Tocantins e na cidade de Araguaína, o que acabou por ser uma das justificativas da pesquisa em questão.

O que se encontra em campo e se conclui é que o neoliberalismo e o capital internacional acabam por sucatear o trabalho formal em todas as suas esferas, principalmente nas cidades onde há um maior posto de trabalho formal e, com isso, há um crescimento do número de desempregados ou de trabalhadores que optam por ganhar mais ou ter uma condição melhor de vida com a venda de produtos em condições informais na ocupação de espaços públicos das cidades. É esta a dinâmica do capital neoliberal na atualidade.

Os trabalhadores informais acabam por ficarem à margem das dinâmicas de trabalho dentro da perspectiva neoliberal. Há um esgotamento do conceito de trabalho e juntamente com ele, na atual conjuntura, há uma negação de um Direito Civil que foi aos poucos suprimido à sociedade: o Direito Trabalhista, que, com os anos, é negado aos decrescentes números de trabalhadores formais que ainda restam. Essa dinâmica faz desses vendedores sujeitos invisibilizados na mercantilização do cotidiano.

É urgente repensar a cidade e o seu uso pela sociedade, de forma que esse acesso a bens, serviços, lazer e trabalho seja justo e equitativo a todos. É urgente tratar das questões da informalidade do trabalho, entender esse cenário e lançar propostas e políticas públicas que atendam a essa parcela da população que é acometida pelos efeitos de uma sociedade global.

Por fim, apontamos os desdobramentos da pesquisa e o que será entregue aos sujeitos pesquisados. Em um primeiro momento, será a entrega do trabalho final, ou seja, a efetuação da dissertação para o PPGDire, posteriormente teremos a publicação de um artigo científico a partir da conclusão do trabalho final. Na esteira do que já foi produzido, temos a elaboração de um vídeo mini-documentário, que já está pronto e foi exibido no momento da segunda qualificação. Entregaremos uma cópia da dissertação e do vídeo a cada um dos dez participantes das entrevistas. E, se possível, em um momento posteriori, propomo-nos à produção de uma oficina de capacitação com os vendedores informais. Sendo essas as devolutivas dos trabalhos junto ao PPGDire.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lucilene Ferreira de. **Relação Espaço, Cidade e Educação:** Delineando Possibilidades de Pesquisa entre Educação e Geografia. **Geosaberes**, Fortaleza, v.8, n.15, p.154-172, mai.\ago. 2017.
- ANDRADE, Eliana dos Santos. **Cidadão Invisível:** um olhar sobre a população em situação de rua em Araguaína-TO. 2019. 186f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Tocantins-UFT, Araguaína, Tocantins, 2019.
- ANTERO, Roberto. Urbanização pela migração em Araguaína (TO). *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 17, n. 59, Set/2016. P. 228-243.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez, 16ª ed, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed., 10 reimpr., rev. e ampliada, São Paulo, Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Vania Carvalho de. **A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania:** a experiência de Vitória\ES, Brasil. **RBPAAE** – v.27, n.1,p.135-148, jan.\abr. 2011.
- BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990ª (Série Princípios).
- BECKER, Bertha K. Amazônia, Geopolítica na virada do III Milênio. Garamond, 1ª ed, 2006.
- BECKER, Bertha K. As Amazônias de Bertha K. Becker. Ensaio Sobre Geografia e Sociedade na Região Amazônica. Garamond, Vol 03, 2015.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert *et al.* **Desigualdade e questão social.** São Paulo: EDUC, 2013.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2015.
- COLETTI, Flávia Cristina. **A cidade e seu potencial educativo:** a relação entre o cotidiano e o conhecimento científico no ensino de geografia. 2019, 166f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná, 2019.
- DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho:** casos clínicos. Dublinense, Porto Alegre, 2017.
- FONSECA, Christiany Regina. **Trabalho e educação:** um olhar na perspectiva da economia popular. 2015, 241f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FRAGOSO, Marian Pitasse. **A voz da comunicação:** um meio formal de legitimação das ocupações urbanas. 2017, 187f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense,

Niterói, Rio de Janeiro, 2017.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e Democracia no Brasil**. Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

GOMES, Julia, Dias; GOMES, Leticia, Dias; MELLO, Maria, Couto. **Urbanismo tático e o direito a cidade**. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, Belo Horizonte, ano 2019, v. 8, n. 4, 20 dez. 2019. Seção artigos, p. 40-51.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Direito à Cidade, Direito nas Cidades**. 1ª edição, Rio de Janeiro – FASE, 2018 pp. 206

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

JESUS, Natalia Cerri de. **Rua 25 de março: entre a informalidade, o empreendedorismo e a precarização**. 2016, 143f. Dissertação Mestrado – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2016.

JOSÉ MENDONÇA, Márcio. **A cidade como espaço de batalha urbana**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2019.

JUNIOR, Cristovão Ferreira de Lima. **As territorialidades dos ambulantes em Natal (RN): Praias de Redinha, Do Meio e de Ponta Negra**. 2019, 140f. Dissertação Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2019.

JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade. **Uma Floresta Urbanizada?** Legado e Desdobramento de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia. NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, UFPA. (2013).

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena James. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2ª ed., 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Revisão Técnica Margarida Maria de Andrade. 1ª reimp., Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, Fabricia de Matos. **Informalidade nas ruas de Salvador/Bahia: o caso dos vendedores ambulantes da Av. Sete de Setembro** (2014). 2015, 185f. Dissertação Mestrado –

Universidade Salvador, Salvador, Bahia, 2015.

MACHADO, Ruth Navarro. **Camelôs e ambulantes do centro da cidade de Salvador/BA: estudo de caso da localização e legalização como micro empreendedor individual – MEI.** 2016, 210f. Dissertação Mestrado – Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, 2016.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana.** Editora Vozes, 7ª ed. 2013.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana.** Expressão Popular, 1ª ed, 2015.

MELO, Hildete Pereira de. & TELES, Jorge Luiz. **Serviços e Informalidade: O Comércio Ambulante no Rio de Janeiro.** Texto para discussão nº 773. Rio de Janeiro, dezembro de 2000.

MORAES, Vanessa Marques da Silva. **Turista licenciador: vulnerabilidade ambiental em loteamentos residenciais urbanos em Araguaína-TO.** 2019, 165f. Dissertação Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, Tocantins, 2019.

NETO, Vitor Xavier. **A geografia do trabalho Informal no centro histórico da cidade de São Paulo.** 2017, 115f. Dissertação Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2017.

NOGUEIRA, Ana Carolina Gonçalves. **O circuito inferior representado pelos ambulantes em Vitória: um espaço opaco na Jerônimo Monteiro.** 2018, 139f. Dissertação Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2018.

OLIVEIRA, Kerley Fernandes Duarte de Oliveira. **As Artes na Cidade de Araguaína Como Um Instrumento Facilitador de Acesso às Liberdades Substantivas.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, Tocantins, 2020.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins: implicações e alternativas.** 2015, 259f. Dissertação Doutorado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, 2015.

ORGS. WANDERLEY, Mariangela Belfiore et al. **Desigualdade e a questão social.** 2 ed. rev. e ampliada, 2 reimpr., EDUC, São Paulo, 2019.

PAI, Camili Dal. **Transformações econômicas e a mobilidade espacial da população na mesorregião norte de mato grosso de 1986 a 2010.** Dissertação de Doutorado – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, 2016.

QUEIROZ, Adriana Franco de. **Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” por vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia.** 2017, 281f. Dissertação Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2017.

REIS, Ana Beatriz Oliveira; et al. (Org.) **Cidades e Bem Viver na Amazônia.** 1ª edição. Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA – Santarém, Pará, 2019. pp 286.

RODRIGUES, Wallace. GOMES, Jairon Barbosa. **Os Rastros Históricos das Vulnerabilidades Educacionais Brasileiras. Facit Business and Technology Journal.** 2020.

ROSA, Thiago Alves. **Aspectos socioeconômicos e institucionais do comércio ambulante de**

alimentos em Uberlândia (MG). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos Santos. **Sociabilidade itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia:** um percurso de “desqualificação social”? 302 f. il. 2010. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira.* 5 ed., 5 reimpr., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual:** A Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos. 3 ed. 2. reimpr., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar.* 1 ed. 3 reimpr., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 24ª ed., Record, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Pollyana Luz Macedo da. *Trabalho Ambulante e suas faces na contemporaneidade.* Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social. Sub-eixo: Trabalho e expressão da questão social. UFES, Vitória – ES, 2018.

SOARES, José Roberto Henrique Souza, BATISTA, Eloyze Lorena Gomes & BRAGA, Clézia Aquino. **O Estudo da Cidade Através da Escola:** Como a Educação Influencia na Construção do Urbano. **Revista Rural & Urbano,** Recife. V.01, n.01,p.136-142,2016.

SOUZA, Ádyla Wilsandra Valente de, et al. **A Luta Popular Urbana Por Seus Protagonistas:**

SOUZA, Janderson Henrique Mota de. **Ruas de comércio:** Avenida Cônego João Lima e as vivências laborais de vendedores de confecções em Araguaína-Tocantins. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, Tocantins, 2019.

TELES, Alessandra Oliveira. **O comércio informal em Feira de Santana (BA) – permanências e mudanças.** Tese de Doutorado – Fundação Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, 2017.

TIETBOEHL, Lucia Karam. **Política na rua:** modos de subjetivação e resistência nos movimentos de ocupação dos espaços públicos. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

Links

IBGE, 2021. Portal Cidades, Dados de Araguaína-TO. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em 11 jun. 2021.

IBGE, 2021. Portal Cidades, Dados Araguaína. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/araguaina.html>. Acesso em 11 jun 2021.

CARAJÁS, Correio de., 2022. Pix turbina vendas de microempreendedores em Marabá. Disponível em: encurtador.com.br/wPVX8. Acesso em 15 mar 2022.

UOL, 2022. Economia em ‘Antitrabalho’: o movimento que ganhou força na pandemia e se espalha por comunidades online. Disponível em: encurtador.com.br/jCN8. Acesso em 25 mar 2022.

GOMES, Jairon., 2022. Minidocumentário “Espaço Público e Ocupação por Vendedores Informais no Centro de Araguaína – TO. Disponível em: <https://youtu.be/s9BYCB0CVx4>. Acesso em 10 jun 2022.



APÊNDICES**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - CÂMPUS ARAGUAÍNA**
Roteiro de perguntas para entrevista destinada ao público participante no projeto de pesquisa

Nome completo: _____

Estado Civil: _____ Idade: _____

Grau de escolaridade (formação/curso): _____

Local/Endereço: _____

Cidade de Origem: _____ Estado: _____

Produto Comercializado: _____

Filhos: () SIM () NÃO Quantos: _____

Raça: _____ Participa de alguma associação: () SIM () NÃO

Data: ___/___/___

1º) Primeiramente gostaria de saber como é o seu dia, conte-me um pouco sobre a sua rotina de trabalho, consegue me informar qual é o perfil do público que você atende?

2º) A sua localização na avenida é fixa ou móvel, ou há quanto tempo o (a) senhor(a) está localizado neste espaço? Como foi definido essa geografia da ocupação do espaço das esquinas?

3º) Com relação ao movimento de ocupação, você conseguiria me contar quais os motivos o (a) levaram ao mercado informal? Seus pais tinham esta mesma atividade laboral, qual era a atividade laboral deles e qual o grau de instrução?

4º) Gostaria de saber um pouco mais sobre as suas origens. De onde o (a) senhor (a) vem, qual cidade e estado? Qual a sua trajetória até chegar ao comércio de rua? Consegue me descrever também algumas informações com relação a sua moradia atualmente? Se mora em casa própria, aluguel, quantos cômodos, quantas pessoas vivem na casa e por quanto tempo mora em Araguaína?

5º) Quanto ao seu núcleo familiar, quantos filhos você tem? Eles estudam, trabalham ou você e eles se beneficiam de alguma atividade relacionada a cultura e educação na cidade?

6º) No quesito renda e trabalho familiar, o que o senhor(a) faz quando estão doentes, vide que estamos em uma pandemia de Covid-19? A família possui outras fontes de renda, consegue me informar como é composta a renda total da família?

7º) Gostaria de saber se o (a) senhor(a) contribui para o INSS, ou que o (a) senhor(a) pensa sobre as questões de seguridade social?

8°) Ainda dentro do contexto do trabalho pode me descrever como o senhor(a) se locomove, conte-me mais sobre a sua mobilidade e ocupação na rua? Exemplo: como come, se usa banheiro e as relações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho.

Muito obrigado pela participação conosco!

Data: ___/___/_____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **Espaço Público e Ocupação por Vendedores Informais no Centro Comercial de Araguaína-TO**. Esta pesquisa será realizada pelo pesquisador **Jairon Barbosa Gomes**, do Curso de **Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE** da Universidade Federal do Tocantins do Campus de Araguaína, sob orientação do Prof.º **Walace Rodrigues**. Nesta pesquisa, pretendemos realizar um estudo sobre as dinâmicas dos espaços urbanos e os movimentos de ocupação pelos trabalhadores da economia informal no centro comercial de Araguaína – TO. O presente estudo nos subsidiará com elementos para debatermos sobre o contexto das Cidades Educadoras, ou como podemos aprender com as práticas sociais, culturais e políticas vividas na cidade e nas relações que se configuram no urbano, principalmente quando se envolve a questão do trabalho em sua centralidade e as suas variações como desemprego, subemprego, trabalhadores informais, camelôs ou ambulantes. A cidade de Araguaína, localizada ao norte do estado do Tocantins é considerada como o centro de decisões políticas, sociais e econômicas desta região, sendo assim este estudo tem como ponto de análise a ocupação dos espaços urbanos, mais especificamente no centro comercial, as relações com os seus movimentos de uso pelos comerciantes da economia informal, ambulantes e as suas múltiplas dimensões que podem servir de base para a construção de uma cidade com viés educador.

O motivo que nos leva a estudar o tema é o interesse em se conhecer as condições vividas por esses trabalhadores da economia informal presentes no cenário urbano de Araguaína, as suas relações e interfaces com o poder público, com a sociedade local, com a economia, política (movimentos sociais atuantes) e como esta prática de reprodução do capital insere esses sujeitos em uma dinâmica da economia em que os mesmos estão excluídos das relações oficiais de trabalho formal, porém, se reorganizam dentro da economia de uma outra maneira.

Partindo da percepção e da leitura da pesquisa proposta, é possível obter uma análise mais apurada sobre as condições sociais, econômicas e culturais destes profissionais dentro de Araguaína-TO, e assim subsidiar políticas públicas para atender as necessidades destes trabalhadores, ou seja, deixar de tratá-los com invisibilidade social, ou um problema de ordem pública. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: coleta de dados com uma entrevista - questionário aberto semiestruturada, e gravação de áudio que corresponde as respostas da entrevista aplicada aos trabalhadores da economia informal, bem como um registro fotográfico com os mesmos objetivos de enriquecer a pesquisa. O estudo de campo com visitas ao recorte espacial da pesquisa também é uma ferramenta de trabalho. A participação dos

sujeitos da pesquisa consistirá em que eles respondam verbalmente de forma espontânea ao questionário e participem da entrevista sem gerar impactos na sua atividade laboral diária. Ressaltamos que os riscos envolvidos na pesquisa consistem em invasão de privacidade, uma vez que podem responder a questões sensíveis revelando pensamentos e sentimentos nunca revelados, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, divulgação de dados confidenciais, tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista, desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio e fotos. Estarei atento a qualquer sinal manifestado pelo entrevistado tal como desconforto, exposição, inibição, medo, vergonha, receio de revelar informações, retaliações, sentimento de invasão de privacidade, recordações negativas ou alguma estigmatização.

Para minimizar esses possíveis riscos algumas medidas e cautelas serão adotadas pelos pesquisador proponente, como: garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; minimizar desconfortos, garantindo local reservado na hora de responder ao questionário e liberdade para não responder questões constrangedoras; estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem se não autorizada, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes; assegurar a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa; assumir o compromisso de comunicar às autoridades municipais como Secretaria de Assistência Social e Planejamento e Urbanismo os resultados da pesquisa, sempre que os mesmos puderem contribuir para a melhoria das condições de trabalho da coletividade. A pesquisa terá um tempo de duração e aplicação do questionário que não excederá mais que 20 minutos e o local de aplicação será no próprio ambiente de trabalho.

A pesquisa contribuirá para que os participantes possam ter oportunidade de expressar a sua voz sobre a experiência que viverem por muitos anos trabalhando nas ruas, esquinas e calçadas da cidade, movimentando a economia, gerando oportunidades, sociabilidades, construindo histórias, vivências e compartilhando saberes populares no cotidiano da urbe. O estudo destes trabalhadores invisíveis da economia informal pode subsidiar políticas públicas futuras para a mitigação dos impactos sociais que esta coletividade sofre. Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) pelos telefones **(94) 98434-9148 (WhatsApp)** como também, via e-mail: jaironbg@gmail.com. Dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP/UFT) no endereço: Prédio do Almojarifado, Campus de Palmas – TO, ou no **(63) 3229-4023** | nos seguintes horários de atendimento: segundas e terças-feiras, das 14h às 17h, quartas e quintas-feiras, das 9h às 12h e sextas-feiras não havendo atendimento ao público. Atendendo também via cep_uft@uft.edu.br.

O CEPUFT – Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos faz parte das atribuições da Universidade Federal do Tocantins no tocante ao apoio e incentivo aos projetos de pesquisa realizados dentro desta renomada instituição pública. Tudo com o objetivo de atender as normas da ciência, a ética na realização da pesquisa e assegurar a excelência científica. O constante apoio aos projetos de pesquisa realizados na UFT trouxeram ao longo dos anos muitos benefícios a sociedade em geral.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na **cidade de Araguaína - TO**, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **Secretária acadêmica** do Curso **Mestrado Acadêmico em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais** da UFT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **Espaço Público e Ocupação por Vendedores Informais no Centro Comercial de Araguaína-TO**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () **Concordo que o meu (registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) seja utilizado somente para esta pesquisa.**
- () **Concordo que o meu (registro fotográfico, sonoro e/ou audiovisual) possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo

de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Jairon Barbosa Gomes

Mestrando-pesquisador (PPGDire/UFT)

Av Paraguai, s/nº, esquina com a Rua Urixamas .
CEP: 77824-838

Bairro: Setor Cimba

Cidade: Araguaína – TO

Telefone Celular: 94 – 98434-9148

E-mail: jaironbg@gmail.com

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA

ASSINATURA DO PROFESSOR ORIENTADOR

DATA

Walace Rodrigues

Matrícula: 1903074 - UFT

**TERMO DE COMPROMISSO PARA REGISTROS FOTOGRÁFICOS, SONOROS
E AUDIOVISUAIS**

Eu, **Jairon Barbosa Gomes**, portador do RG nº **1.649.371 SSP/TO** e CPF nº, **672.199.692-87**, desenvolverei o projeto de pesquisa intitulado **Espaço Público e Ocupação por Vendedores Informais no Centro Comercial de Araguaína–TO** na cidade de Araguaína/TO, no **período de 20 de Abril de 2021 a 10 de fevereiro de 2022**, com a finalidade de realizar registros fotográficos, sonoros e audiovisuais, para fins da referida pesquisa, comprometo-me a:

- Não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos anuídos pelos participantes da pesquisa.
- Considerando que as entrevistas serão gravadas é necessário apresentar o termo de autorização de gravação de áudio e imagens

Declaro verdadeiras todas às informações prestadas neste Termo de Compromisso.

Araguaína, 05 de Janeiro de 2022.

ASSINATURA DO PESQUISADOR DO PROJETO

FORMULÁRIO DE SUBMISSÃO DE PROTOCOLOS DE PESQUISA
--

Dados dos Pesquisadores

Dados do Pesquisador Responsável

Nome: Jairon Barbosa Gomes

CPF: 672.199.692-87

Dados dos Membros da Equipe

Nome: Wallace Rodrigues

CPF: 006 787 437 11

(Inserir mais membros, se necessário)

Coleta de Dados

O projeto dispensa TCLE e/ou TALE?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
Haverá coleta de dados através de questionário, entrevista e/ou outro tipo de instrumento?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Haverá coleta de dados em alguma instituição diferente daquela de vínculo do pesquisador?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Haverá coleta de dados em prontuários?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
O projeto envolve comunidades indígenas?	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Eu, **Jairon Barbosa Gomes**, portador do RG: **1.649.371 SSP/TO** e CPF: **672.199.692-87**, pesquisador responsável do projeto de pesquisa intitulado **Dinâmicas dos Espaços Urbanos e Movimentos de Ocupação por Ambulantes na Avenida Cônego João Lima: Indicadores na Construção de uma Cidade Educadora**, comprometo-me a utilizar todos os dados coletados, unicamente, para o projeto acima mencionado, bem como:

- Garantir que a pesquisa somente será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), respeitando assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções vigentes, em especial a 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;
- Desenvolver o projeto de pesquisa conforme delineado;
- Apresentar dados solicitados pelo CEP/UFT ou pela CONEP a qualquer momento;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e estudados;
- Assegurar que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto de pesquisa em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- Justificar fundamentadamente, perante o CEP/UFT ou a CONEP, a interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- Elaborar e apresentar os relatórios parciais e final ao CEP da UFT;
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Araguaína, 05 de Janeiro de 2021.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Dinâmicas dos Espaços Urbanos e Movimentos de Ocupação por Ambulantes na Avenida Cônego João Lima: Indicadores na Construção de uma Cidade Educadora.

Pesquisador: JAIRON BARBOSA GOMES

Versão: 1

CAAE: 47843121.1.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 062037/2021

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Dinâmicas dos Espaços Urbanos e Movimentos de Ocupação por Ambulantes na Avenida Cônego João Lima: Indicadores na Construção de uma Cidade Educadora, que tem como pesquisador responsável JAIRON BARBOSA GOMES, foi recebido para análise ética no CEP Fundação Universidade Federal do Tocantins em 09/06/2021 às 12:15.